



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-graduação

Rachel Pereira de Mello

O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil
no discurso do jornal *O Globo*

Brasília
2009



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-graduação

Rachel Pereira de Mello

O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil
no discurso do jornal *O Globo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção de título como Mestre em Comunicação.

Orientadora: Professora Doutora Dione Oliveira Moura.

Brasília - DF
2009

Ficha catalográfica

Mello, Rachel Pereira

O mesmo e o outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal *O Globo* / Rachel Pereira de Mello. –Brasília: UnB/Faculdade de Comunicação, 2009

166 f.

Orientadora: Dione Oliveira Moura

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2009

Referências bibliográficas: f. 160-164.

1. Jornalismo. 2. Análise do discurso – Relações raciais. I. Moura, Dione Oliveira. II. Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós Graduação em Comunicação. III. Discurso sobre relações raciais.

Rachel Pereira de Mello

O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal *O Globo*

Dissertação apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), sob a área de concentração de *Comunicação e Sociedade* e linha de pesquisa *Jornalismo e Sociedade*, como requisito parcial para obtenção de título como Mestre em Comunicação.

Em 05 de junho de 2009.

Banca examinadora:

Professora Doutora Dione Oliveira Moura.
Professora Orientadora.

Professor Doutor Sergio Dayrell Porto

Professor Doutor Vicente Faleiros

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo às pessoas que o tornaram possível ao me ensinar os caminhos do afeto.

A Coroacy, onde quer que esteja, obrigada pelo calor, pelas narrativas, pelas memórias de infância.

A Luís Gustavo, simplesmente obrigada.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

Aos meus pais, que me ensinaram tanto e me ensinaram a perguntar;

À Professora Dione Oliveira Moura, que me apresentou o maravilhoso mundo da Análise do Discurso;

Aos professores Sergio Porto e Célia Ladeira Mota pelos comentários ao mesmo tempo generosos e afiados na banca de qualificação;

A Pedro Russi, pelos caminhos, pelas lembranças de Minerva;

A Gabriela Goulart Mora, amiga 24/7, companheira de peruca;

A Walter Guimarães, pela oportunidade linda de lecionar;

A meus alunos, colegas no caminho da Comunicação;

A Vicente Saldanha, pelo incentivo e pela pergunta de todas as segundas, “como vai sua dissertação?”;

A Elizabeth Brandão, pelas positivas provocações, pelo acolhimento;

A Adriana e Salete, pelos cafés e pães compartilhados, pelo carinho;

A Rodriguinho, pelas gostosas risadas quando tudo parecia chover;

E, sobretudo a minha avó, obrigada por me ensinar que tudo tem uma história.

Cada século trazia a sua porção de sombra e luz, de apatia e de combate, de verdade e de erro, e o seu cortejo de sistemas, de idéias novas, de novas ilusões; em cada um deles rebentavam as verduras de uma primavera, e amareleciam depois, para remoçar mais tarde. Ao passo que a vida tinha assim uma regularidade de calendário, fazia-se a história e a civilização, e o homem, nu e desarmado, armava-se e vestia-se, construía o tugúrio e o palácio, a rude aldeia e Tebas de cem portas, criava a ciência, que perscruta, e a arte que enleva, fazia-se orador, mecânico, filósofo, corria a face do globo, descia ao ventre da Terra, subia à esfera das nuvens, colaborando assim na obra misteriosa, com que entretinha a necessidade da vida e a melancolia do desamparo.

Machado de Assis,
Memórias Póstumas de Brás Cubas

Como muitos brasileiros, tive duas mães, uma branca, outra negra. A primeira me deu um nome, um lar. A outra me deu colo, comida e me trançou os cabelos. Dormia num quarto pequeno, escuro e sem janela. Não sei se sabia chorar. Não importava. Para nós, era tudo muito normal...

RESUMO

Com o intuito de compreender se e como o discurso do jornal *O Globo*, e especificamente o discurso de opinião do jornal, ecoa o discurso hegemônico sobre as relações raciais no Brasil e quais são o Mesmo e o Outro nesse discurso e como se relacionam, este trabalho de pesquisa elege a análise do discurso como seu instrumental metodológico para buscar essa compreensão. Este estudo revisa conceitos sobre o processo de construção do discurso midiático e sobre as características do discurso midiático de opinião, localiza historicamente os conceitos de raça e de nação no Ocidente e no Brasil. A partir dos conceitos da análise do discurso, principalmente de sua escola francesa, identifica quatro estratégias discursivas sobre as relações raciais brasileiras, desde a formação do Estado-nação brasileiro, e busca ecos e vestígios dos enunciados dessas estratégias no discurso de opinião do jornal *O Globo*. Na busca pelos efeitos de sentido, a pesquisa conclui que o discurso de opinião do jornal *O Globo* atualiza enunciados presentes em estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil. O jornal, no discurso de opinião analisado, realiza essa atualização a partir da preponderância de um Mesmo, sujeito discursivo este que, a partir da repetição das ideais de homogeneidade e de não-conflito, silencia o Outro no discurso. Este Outro, em *O Globo* é o sujeito negro a quem é negada a alteridade, o poder de construir uma subjetividade negra. Essa série de estratégias discursivas articuladas por este Mesmo torna possível a naturalização das diferenças e das origens de violência nas relações com esse Outro. O Mesmo, no discurso de opinião de *O Globo*, é o enunciador que monopoliza o cenário discursivo e diz, nomeia e classifica o Outro que, assim, ao ter seu discurso interdito, não pode enunciar, isto é, nomear, definir a sua própria subjetividade negra .

Palavras-chave: jornalismo; análise do discurso; relações raciais.

ABSTRACT

With the aim to comprehend whether and how the discourse of *O Globo* newspaper, and more specifically its opinion discourse, echoes the hegemonic discourse on racial relations in Brazil, who are its Self and its Other, and how they relate to each other, this research elects the discourse analysis as our method. This study reviews the concepts of the media discourse, localizes historically the concepts of race and nation in the Western and in Brazil. Using the concepts of the discourse analysis, mainly the French school of analysis, this study identifies four discursive strategies on race relations in Brazil, since the emerging of the Brazilian State, by the beginning of the 19th century, to look for traces and echoes of the statements of these strategies in the opinion discourse of *O Globo* newspaper. In the search for the meaning effects, this research finds how the opinion discourse of *O Globo* updates the statements of the discursive strategies on racial relations in Brazil. The newspaper in its opinion discourse precedes this updating through the reinforcement of the importance of the Self, as the discursive subject, and through the repetition of ideas of homogeneity and non-conflict. The Same silences the Other of the racial relations discourse. This Other in *O Globo* is the black subject. This series of discursive strategies makes inequities and violence look natural. The Same, in the opinion discourse of *O Globo* is the only one to whom discourse is allowed. The Same has the monopoly of the discourse, says and names the Other and, therefore, denies this Other its subjectiveness.

Key-words: journalism; discourse analysis; racial relations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – As formações discursivas, a exterioridade e o interdiscurso_____p. 34

FIGURA 2 – O Intradiscurso e o interdiscurso_____p. 36

FIGURA 3 – Proporção da população residente por cor ou raça no Brasil em 2000_____p. 75

FIGURA 4 – Erramos_____p. 91

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 – O Caminho da Análise_____ p. 43
- QUADRO 2 – As lógicas de ligação_____p. 51
- QUADRO 3 – A primeira estratégia discursiva, a representação do negro coisificado dentro da instituição da escravidão, o Mesmo e o Outro _____p. 103
- QUADRO 4 – A segunda estratégia discursiva, a representação da mestiçagem negativa, o Mesmo e o Outro_____p. 113
- QUADRO 5 – A terceira estratégia discursiva, a representação do sujeito negro como elemento de uma miscigenação espetacular, o Mesmo e o Outro_____p. 120
- QUADRO 6 – A quarta estratégia discursiva, a representação do sujeito negro segundo o movimento negro, o Mesmo e o Outro_____p. 127
- QUADRO 7 – Enunciados em destaque, o Mesmo e o Outro no discurso do editorial *Grave ameaça*_____p. 138
- QUADRO 8 – Enunciados em destaque, o Mesmo e o Outro no discurso do editorial *Falsas divisões*_____p. 146

SUMÁRIO

Introdução	15
<i>Capítulo 1 – Conceitos e contextualizações</i>	19
1.1 Um conceito fundamental, relações raciais	19
1.2 Contextualização Acadêmica	20
1.3 Contextualização teórica	22
1.3.1 As origens da Análise do Discurso	23
1.3.2 O discurso em Foucault	24
1.3.3 A Escola Francesa da Análise do Discurso	25
1.3.4 Movimento e sentido, buscando efeitos de sentido	26
1.3.5 Hegemonia	27
1.3.6 Ideologias	28
1.3.7 Acontecimento	29
1.3.8 Arquivo	30
1.3.9 Enunciado	31
1.3.10 Estratégias Discursivas	31
1.3.11 Formações Discursivas	32
1.3.12 Interdiscurso	33
1.3.13 Texto	36
1.4 Princípios de investigação	36
1.4.1 Princípio de investigação 1	37
1.4.2 Princípio de investigação 2	38
1.5 Material a ser analisado na pesquisa	39
1.6 O jornalismo e a prática disciplinar da Análise do Discurso	40
1.7 Procedimentos metodológicos	41
1.7.1 O caminho	41
1.7.2 Questões de estudo	43
1.7.3 Proposições de trabalho	43
1.7.4 Unidades de análise	46
1.7.5 Lógicas de ligação dos dados às proposições e aos critérios para interpretação	47
<i>Capítulo 2 - O discurso midiático</i>	51
2.1 A mídia como aparelho ideológico	51
2.2 O discurso midiático, funções e características	52
2.3 As condições de produção do discurso midiático	53
2.4 A mídia de opinião	55
2.5 Analisando o discurso midiático	58
<i>Capítulo 3 – Discurso, a questão racial, nação e mito fundador</i>	61
3.1 O discurso sobre a temática racial	61
3.2 Nação e identidade racial	66
3.2.1 A <i>fundatio</i> do Brasil	69
<i>Capítulo 4 – O sujeito negro na dinâmica das relações raciais no Brasil</i>	72
4.1 Uma grande nação negra	72
4.2 O sujeito negro no Brasil hoje	79
4.3 Uma nova categoria de políticas, as políticas públicas de ação afirmativa	80
4.3.1 As políticas públicas de ações afirmativas no Brasil	83
<i>Capítulo 5 - O discurso sobre o racismo na primeira década do século 21</i>	86
5.1 Raça, uma construção político-social	86
5.2 Estratégias discursivas	88

<i>Capítulo 6 - As estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil</i>	91
6.1. Por um tecido de historicidade	92
6.2. A primeira estratégia discursiva, a representação do negro coisificado	94
6.3. A segunda estratégia discursiva, a representação do sujeito negro como elemento de mestiçagem negativa	103
6.4. A terceira estratégia discursiva, a representação do sujeito negro como elemento de uma miscigenação espetacular	113
6.5. A quarta estratégia discursiva, a representação do sujeito negro segundo o movimento negro	120
<i>Capítulo 7 - O jornal O Globo e seus enunciados sobre relações raciais no Brasil</i>	129
7.1. O contrato de leitura do jornal O Globo	129
7.2. A construção do corpus desta pesquisa	131
7.3. Os textos analisados	132
7.3.1. Trilha da análise	134
7.3.2. O texto editorial <i>Grave ameaça</i>	135
7.3.3. O texto editorial <i>Falsas divisões</i>	143
<i>Considerações finais</i>	155
<i>Referências bibliográficas</i>	160
<i>ANEXO A EDITORIAIS</i>	165

Introdução

Saber, consiste, pois, (...) em fazer tudo falar.
Michel Foucault

Esta dissertação insere-se em dois campos de investigação: o do estudo do jornalismo e o do estudo da linguagem e, dentro desta, do discurso. Nesta pesquisa, essa relação jornalismo-discurso se estreita. O jornalismo é entendido como uma prática discursiva e o discurso, por sua vez, uma prática social.

Nosso foco é o discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Nossa pesquisa está ancorada no fato de que o Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo, depois da Nigéria. Numa população total de 169.872.856 no país, 75.872.428 brasileiros autodeclararam-se negros¹ (segundo a classificação oficial do IBGE, “negros” é a soma dos que se autodeclararam, de forma induzida, pretos ou pardos).

As relações raciais (que definiremos mais à frente, à página 19) estão certamente entre os temas políticos e sociais de importante presença na agenda pública brasileira na atualidade - para efeitos desta pesquisa, vamos usar aqui a noção de tema proposta por Denise Maldidier em seu *O discurso político e a Guerra da Argélia*², segundo a qual

a noção de tema não remete, aqui, nem à análise temática, tal como é praticada pelos críticos literários, nem aos empregos que dela se faz na linguística. Essa noção supõe a distinção entre ‘o horizonte de expectativas’ - o conjunto das possibilidades atestadas numa situação histórica dada - e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial.

(MALDIDIÉ, in ORLANDI, 1997, p. 166)

Nos últimos anos, vimos ampliar-se esse conjunto de possibilidades de questões sobre as relações raciais no Brasil. Por uma série de ações discursivas, políticas e sociais, que veremos mais adiante neste trabalho, o Brasil fez crescer o debate sobre as relações raciais e viu serem aprimoradas a coleta e disseminação de dados estatísticos, econômicos e sociais sobre a população brasileira.

Partindo da descrição de Foucault sobre as imbricações mútuas do discursivo e do não-discursivo, ao estudarmos a ordem do discurso sobre as relações raciais no Brasil, esperamos poder contribuir para a descoberta de sentidos das “facetas

¹ Dados do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, in <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 13 fev.2009.

² Texto originalmente publicado em *La Pensée*, 157, 1971.

discursivas das ordens sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99) e assim contribuir para esse debate da agenda pública no país.

Aqui situamos esta pesquisa, neste período rico de produção sobre as relações raciais no Brasil e ainda em nossa proposta de contribuir para a consolidação do uso dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso nos estudos do jornalismo.

Assumindo uma leitura foucaultiana do discurso, concebemos que há uma ordem de discurso sobre as relações raciais no Brasil. Uma ordem secreta, como nos ensina Foucault, onde as coisas se olham. Uma ordem que existe por meio da linguagem. Uma teia que “em suas casas brancas, se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada” (FOUCAULT, 2007, p. XVI).

Nesta dissertação, pretendemos fazer falar essa ordem de discurso: quem e quais são seus Mesmos? Quem e quais são seus Outros? Como falam de si e do outro? Como essas identidades e alteridades se relacionam e se constroem mutuamente? Como o discurso midiático, e mais especificamente o discurso midiático de opinião que escolhemos trabalhar nesta dissertação, ecoa, reflete, retifica ou ratifica esse discurso sobre as relações raciais no Brasil? Como nessas ordens de discurso sobre as relações raciais no país mora parte da ideologia do Brasil como nação?

Vamos tomar essa identidade – como toda identidade, simbólica – de um Brasil erguido em torno das ideias de uma natureza exuberante, de um poder mágico que tudo resolve (ou ajeita), de um povo cordial e ordeiro, onde reina uma miscigenação de gentes, alegre e colorida, para entendermos como enunciados se repetem e geram em si mesmas ideias, mas também abrem fissuras onde emergem ou podem emergir novas formas de falar, novos enunciados e enunciadoreis.

Palavras e coisas ligam-se por essa ideologia do Brasil, e acabam por nos parecerem naturais. Afinal, a repetição cria o objeto, como propôs Kant. E a repetição de algo imaginário estabelece um bloqueio à percepção da realidade que, paradoxalmente, nos permite e nos impede de lidar com ela. É essa a grande força persuasiva de representação que nos ajuda, como nos ensina a filósofa brasileira Marilena Chauí (2000), a resolver imaginariamente as tensões reais e fazer com que as contradições nos passem despercebidas.

Com o instrumental teórico-metodológico da Análise de Discurso, seria possível desnaturalizar esse discurso sobre as relações raciais no Brasil para ver quem é o seu Outro, quem é o seu Mesmo e como esses elementos se relacionam?

Esse é a questão que nos propomos aqui.

A 13 anos de o Brasil completar 200 anos de independência, ainda buscamos uma identidade, “um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, na interação de sua história individual com a do grupo onde vive” (SODRÉ, 1999, p. 34). Ainda desconhecemos nossa história. Deliberadamente mandamos queimar os arquivos sobre a escravidão, encobrimos a brutalidade da escravidão com a ideia de uma mistura gostosa, por vezes, divina. Por isso, seguimos buscando vestígios dos povos africanos que foram trazidos à força ao Brasil para servir aqui de braços-cérebro para a empresa escravista no Brasil, sobre os quais, ainda hoje, tão pouco sabemos.

Para nós, o tema das relações raciais no Brasil é uma desafiadora fronteira para a efetivação da democracia neste país. E para cruzá-la nos parece necessário buscar seu tecido de historicidade, como os efeitos de sentidos sobre essas relações foram construídos a partir das tensões e transformações nas relações de poder no Brasil e como, ao mesmo tempo, as construíram. Nos propomos a fazer essa busca a partir da linguagem, percebida na dimensão do discurso, de suas relações internas, de seu uso histórica e contemporaneamente, de sua discursividade³, enfim.

Como dissemos, esta dissertação dedica-se ao jornalismo e ao discurso e, mais especificamente, às estratégias discursivas sobre relações raciais no Brasil e ao processo de produção do discurso midiático e, mais especificamente, do discurso de opinião. O faz tendo como horizonte uma contribuição à reflexão da necessidade de rompimento de uma lógica erguida sobre a ausência de um projeto de equidade democrática, sobre a “produção de elites muito poderosas e diferentes muito inferiorizados” (SODRÉ, 1999, p. 83).

O trabalho está dividido em sete capítulos mais as considerações finais e as referências bibliográficas. No primeiro capítulo, introduziremos nosso tema de trabalho, os conceitos da Análise do Discurso, nossos princípios de investigação e os procedimentos metodológicos que seguiremos nesta dissertação. No segundo capítulo, vamos caracterizar o discurso midiático e a mídia de opinião. No terceiro capítulo, vamos brevemente percorrer as lógicas de ligação entre o discurso, a questão racial e os conceitos de nação e mito fundador, que nos serão especialmente úteis neste trabalho. No capítulo quatro, falaremos sobre a formação da população brasileira. No quinto

³ Na definição de Pêcheux, “a inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1997, p. 63).

capítulo, situaremos o discurso sobre as relações raciais e suas características nas sociedades midiáticas contemporâneas. No capítulo seis, apresentaremos as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil, que identificamos para fins desta pesquisa. No capítulo sete, apresentaremos os enunciados do jornal *O Globo* sobre as relações raciais e analisaremos os efeitos de sentido desses enunciados, a partir das estratégias discursivas identificadas no capítulo anterior. Na sequência, apresentamos nossas considerações finais e as referências bibliográficas para esta dissertação.

Façamos falar⁴.

⁴ Nesta dissertação, vamos usar as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2009. Nas citações, porém, estará mantida a grafia dos textos originais.

Capítulo 1 – Conceitos e contextualizações

Neste capítulo vamos apresentar conceitos fundamentais que serão utilizados na presente pesquisa, a contextualização teórica e acadêmica desta dissertação (incluindo-se aqui os mais importantes conceitos da Análise do Discurso - AD, principalmente segundo sua escola francesa, que serão utilizados nesta dissertação), as origens da Análise do Discurso, a ideia de discurso em Foucault, os conceitos de hegemonia e ideologia. Também vamos apresentar os princípios de investigação que nortearão o presente trabalho, os materiais que iremos analisar e as razões de nossas escolhas metodológicas.

1.1 Um conceito fundamental, relações raciais

Nesta dissertação, no que diz respeito à temática racial, vamos trabalhar com o conceito de *relações raciais*.

Examinaremos esse conceito sob a lente dos pressupostos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, com ênfase na escola francesa da AD, para buscarmos identificar como se dá o discurso contemporâneo sobre as relações raciais no Brasil e quais as estratégias discursivas, suas mudanças e deslocamentos, ao longo da história do país, desde sua formação como nação, na terceira década do século 19.

Nosso conceito-base sobre relações raciais vem do historiador brasileiro Joel Rufino dos Santos e sua proposta de uma equação dupla:

Parece indiscutível, à luz da ciência, que no caso dos seres humanos não haja raças. (...) Não há raças e entretanto há relações raciais. Paradoxo? Não. Na realidade, a expressão relações raciais acoberta outras relações.
(SANTOS in MAIO & SANTOS, 1996, p. 219)

Tomando emprestada a proposta de Michael Banton em seu *Race Relations*, publicado nos Estados Unidos em 1967, o sociólogo francês Michel Wieviorka vai usar a noção de relações raciais como instrumento de análise que pretende dar conta do entendimento de interações sociais em seis campos de interação social dentro da história das *race relations*: o contato institucional, a aculturação, a dominação, o paternalismo, a integração e o pluralismo.

Como faz Wieviorka, podemos usar o conceito de relações raciais (*race relations*) porque vamos buscá-lo da tradição intelectual e política anglo-saxônica e atualizá-lo, sempre fora do quadro das ciências biológicas e genéticas. “La race, dans

cette perspective, est une construction sociale et politique, fondée sur des attributs phénotypiques, à partir de laquelle se jouent des rapports entre des groupes” (WIEVIORKA, 1998, p. 26)⁵.

Para Wieviorka, há que se lamentar que ainda hoje exista resistência ao uso dessa categoria social em alguns países ainda que se tratem de sociedades...

...où le terme de race gagne chaque jour du terrain, dans le discours populaire, mais aussi de les média, voire les discours politique, on résiste pourtant à le légitimer, à accepter l'idée que la réalité sociale a construit et imposé une telle catégorie.

(WIEVIORKA, 1998, p. 27)⁶.

No contexto brasileiro, o conceito de relações raciais encontra-se inicialmente nas ideias inovadoras de Alberto Guerreiro Ramos, em seu *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957). Ramos sustentava então, como explica Santos (1996) que, “não há raças, mas há relações raciais” (SANTOS in MAIO & SANTOS, 1996, p. 222).

1.2 Contextualização Acadêmica

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida durante 28 meses no âmbito do Programa da Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Insere-se na área de concentração de Comunicação e Sociedade, que tem como objetivo a investigação das práticas, processos, produtos, instituições e tecnologias do campo da Comunicação e suas relações com as esferas políticas, econômicas e culturais das sociedades contemporâneas.

Este projeto integra a linha de pesquisa *Jornalismo e Sociedade*, que dedica-se aos estudos do jornalismo enquanto campo teórico e prático e seus desdobramentos em torno de uma Teoria da Notícia. Dentro dessa linha, estudos e pesquisas, como esta dissertação, buscam a compreensão do jornalismo como categoria cognitiva de representação da realidade, a partir de uma leitura crítica dos processos de produção da notícia e de uma análise da narrativa jornalística. Essa compreensão é lida à luz da correlação estrutural entre realidade e ficção consistente nos valores-notícia. Como na linha de pesquisa na qual se insere, também aqui buscamos respostas ou quiçá novas perguntas para ajudarmos a pensar as tensões existentes entre as utopias do jornalismo

⁵ “A raça, dentro dessa perspectiva, é uma construção social e política, fundada sobre os atributos fenotípicos, a partir da qual se jogam as relações entre os grupos” (em versão livre de minha autoria).

⁶ “Onde o termo raça ganha terreno a cada dia, no discurso popular, mas também na mídia, ver o discurso político, mas resistimos porém a legitimá-lo, a aceitar a idéia de que a realidade social construiu e nos impôs tal categoria” (versão livre da autora).

como função pública e social e as reais possibilidades do jornalismo enquanto ação social.

O estudo aqui apresentado fundamenta-se nas observações empíricas e conceitos que vêm sendo desenvolvidos por professores do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, que utilizam, no nível epistemológico de vários de seus estudos e projetos, a Análise do Discurso, principalmente em seu modelo francês.

Entendemos por nível epistemológico, o nível da ciência que se consegue a partir de uma escolha intelectual e política por uma ou por algumas das diversas formas simbólicas existentes na área do conhecimento. Por exemplo, em nosso caso específico, optamos pela escolha da linguagem, e dentro desta, o discurso, como as formas através das quais tentaríamos compreender parte do universo que se descortina em nossa frente, destacando deste universo um pedaço, um naco, uma parte que denominamos objeto de nossa ação de sujeito de conhecimento.

(PORTO in PORTO, 2002, p. 367).

Entre esses professores dedicados à Análise do Discurso e sua relação com o jornalismo estão o Professor Doutor Sergio Dayrell Porto e a Professora Doutora Dione Oliveira Moura, orientadora desta dissertação e coordenadora do projeto *Jornalismo Ambiental na Era do Risco Científico e Tecnológico e Ambiental*, inscrito junto ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e realizado dentro da linha de pesquisa na qual se insere o presente trabalho. Para esses estudos, empreendidos dentro da linha Jornalismo e Sociedade, o discurso é tomado “como produção de sentidos [visando] à compreensão de como um objeto simbólico (...) está investido de significância para e por sujeitos” (MOURA in MOTTA, 2002, p. 345).

O estudo aqui apresentado aceita o convite metodológico dos estudos de Porto e Moura como ponto de partida e pretende somar-se às tradições da Análise do Discurso, principalmente de sua escola francesa, para buscar as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil e se e como essas estratégias ecoam no discurso de opinião do jornal *O Globo* e com que efeitos de sentido.

Esta pesquisa busca a identificação dos enunciados sobre as relações raciais no Brasil, quais seus encadeamentos discursivos, quais os seus já-ditos, não-ditos e interditos e quem são o(s) seu(s) Mesmo(s) e o(s) seu(s) Outro(s) (que definiremos à página 38 desta dissertação). Ao nos debruçarmos sobre o discurso do jornal *O Globo*, esperamos poder contribuir para a compreensão do papel do jornalismo na sociedade e

como sua existência/interferência reflete e/ou contribui para o discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Fiel a sua linha de pesquisa, esta dissertação soma-se aos estudos de jornalismo que se debruçam sobre a linguagem e o discurso, como lentes de interpretação de nosso mundo, mas também como práticas sociais que criam e transformam realidades.

1.3 Contextualização teórica

Por meio da análise do discurso de opinião do jornal *O Globo* sobre relações raciais no Brasil, este trabalho procura contribuir para a produção acadêmica no campo da Comunicação e do jornalismo, a partir do entendimento do jornalismo como uma prática discursiva que nos dá acesso ao discurso por meio do texto, mas também para além do texto.

Para nós, o discurso tanto é constitutivo como criativo da sociedade. Ou seja, “contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças), mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Vamos apresentar nos itens seguintes deste capítulo as bases epistemológicas e os pressupostos teóricos da Escola Francesa da Análise do Discurso (EFAD), desenvolvida a partir do final da década de 60 do século 20 por pesquisadores como Michel Pêcheux e Jean Dubois, e baseada nos estudos do discurso de Michel Foucault, principalmente a partir de sua obra *Arqueologia do Saber*, publicada na França em 1969.

De Foucault, vamos apresentar os princípios da Análise do Discurso (AD) que utilizaremos no decorrer desta pesquisa sobre o discurso das relações raciais no Brasil. Também lançaremos mão das ideias e conceitos que a EFAD revelou ao longo de suas quatro décadas de pesquisa, ao colocar em funcionamento as propostas de Foucault. Vamos buscar os conceitos da EFAD nos estudos de Michel Pêcheux, Denise Maldidier, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, entre outros. Nossa base principal será o conceito de estratégia discursiva, que nos permitirá delimitar um campo e um gênero de discurso a partir de seus enunciados, suas regras e regularidades. Trabalharemos ainda com os conceitos de acontecimento, arquivo, texto.

Também nos interessam os usos desses conceitos da AD feitos no Brasil. Nossas principais referências serão os trabalhos de Eni Orlandi e os procedimentos

metodológicos e achados de pesquisadores da AD no campo da Comunicação, como Sergio Dayrel Porto, Márcia Benetti e das teses de doutoramento das professoras doutora Célia Ladeira Mota e Dione Oliveira Moura, orientadora desta pesquisa.

Embora no campo metodológico da AD nosso foco principal seja a EFAD, trataremos a esta pesquisa alguns elementos da escola inglesa da Análise do Discurso. Nos serão especialmente úteis as ideias do linguista inglês Norman Fairclough sobre discurso e mudança social e seu entendimento do discurso como espaço para a relação dialética entre a linguagem e as práticas sociais, a partir da qual entende-se que se a linguagem é socialmente formada, ela é também socialmente formadora.

Nas próximas páginas, vamos apresentar uma breve história da AD, o conceito de discurso em Foucault e os conceitos da EFAD que nos serão úteis para efeitos desta pesquisa.

1.3.1 As origens da Análise do Discurso

É possível localizar já no trabalho dos formalistas russos, nas décadas de 20 e 30 do século 20, um pressentimento de que o texto carrega em si uma lógica interna e que, portanto, seria possível se falar em uma estrutura do texto.

Também as obras de Gaston Bachelard, Mikahial Bakhtin e Georges Canguilhem desestabilizavam os pressupostos da fenomenologia e do positivismo e deixavam antever uma explicação da sociedade e do conhecimento pelas diferenças e pelas relações, ou seja, pela natureza estrutural desses eventos.

São esses alguns dos autores que vão influenciar as bases da Análise do Discurso, assentadas pelo psicólogo francês Michel Foucault principalmente em duas de suas obras: *As Palavras e as Coisas* (publicada em 1966) e *A Arqueologia do Saber*, (publicada em 1969). Nessas duas obras, Foucault dedicou-se a mostrar “as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento e com as condições de transformação do conhecimento em uma ciência” (FAIRCLOUGH, 2001, 65).

Além de Friederich Nietzsche, Bachelard, Bakhtin e Canguilhem, uma das principais inspirações de Foucault foi o filósofo argelino Louis Althusser e seu conceito de supradeterminação, ou seja, sua proposta de que as contradições no sistema, ao contrário do que havia sugerido Marx, não são imediatamente visíveis e, portanto, o caminho pelo qual o modo de produção se manifesta na formação social é muito mais complexo do que o marxismo supôs. Essa é uma das bases da complexa proposta de Foucault.

A partir de suas influências, podemos dizer que a Análise do Discurso foucaultiana procurou reunir em seu quadro teórico três das grandes escolas de pensamento que mais influenciaram o século 20, a linguística, o marxismo e a psicanálise, e de três de seus grandes nomes, respectivamente, Ferdinand de Saussure, Louis Althusser e Jacques Lacan.

Sobre o conceito de discurso em Foucault, dedicaremos o próximo item deste capítulo.

1.3.2 O discurso em Foucault

As palavras e as coisas e *A Arqueologia do Saber* são duas das obras de Foucault de seu momento chamado de arqueológico. Nesse período, seus trabalhos tinham como foco uma preocupação com a emergência de novas positivities, surgidas a partir de sistemas tanto de simultaneidades como de mutações necessárias e suficientes para definir os limites dessas novas positivities. Foucault propôs, então, que a arqueologia das práticas, como a medicina, por exemplo, se voltasse para a construção de séries, para a descoberta de relações e para a proposta de uma teoria geral de descontinuidades.

Para essa teoria geral do conhecimento, Foucault sugere que nos libertemos das noções de tradição, de influência, de desenvolvimento e evolução, de mentalidade e espírito, para lidarmos com uma “história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidades” (FOUCAULT, 2007, p XIX) ou ainda de “uma população de acontecimentos dispersos” (FOUCAULT, 1987, p. 24).

E é aí que entra o discurso nas reflexões de Foucault. Para o autor, esses acontecimentos dispersos seriam reencontrados no espaço do discurso. Afinal, é do discurso que vem o poder, que constitui e contribui para a produção, transformação e reprodução dos objetos de conhecimento (ele estudou, por exemplo, a loucura na psicopatologia), constituindo uma ordem. Essa é a ordem do discurso.

Para Foucault, um projeto que pretenda buscar essa ordem precisa comprometer-se com a descrição dos acontecimentos discursivos e buscar ali os fenômenos de ruptura e as relações do que está no discurso e no que está fora dele.

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento, não é fixá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.

(FOUCAULT, 1987, p. 33).

O discurso e a análise do discurso são, para Foucault, uma análise de enunciados. Não uma análise linguística, mas uma análise que leve em conta as especificidades sócio-históricas, que compreenda que nas sociedades existem os discursos do dia-a-dia e os discursos “fundamentais ou criadores” (FOUCAULT, 1996) e que há deslocamentos e abertura de espaços de fala aí, que há variações de suas estratégias discursivas, que existem sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados e que as doutrinas ligam os indivíduos a certos tipos de enunciação, ligando sujeitos a discursos e discursos a grupos.

1.3.3 A Escola Francesa da Análise do Discurso

As ideias de Foucault sobre o discurso desdobram-se, principalmente, em duas escolas de Análise do Discurso (AD). Uma vai florescer na França e a outra, na Inglaterra.

Na França, a escola da AD nasce do encontro das pesquisas e ideias do linguista Jean Dubois e do filósofo e pesquisador da história das ciências e da psicologia social, Michel Pêcheux. Duas preocupações os uniam, o marxismo e a política. Ambos tomam a AD como uma proposta de um novo modo de prática de leitura.

Para o linguista Dubois, o discurso político é seu principal objeto de estudo. Sua proposta vai além da linguística clássica e sugere “a passagem do estudo das palavras (a lexicologia) ao estudo do enunciado” (MALDIDIER, in ORLANDI, 1997, p. 18).

Pêcheux publica em 1969 sua obra seminal *Análise automática do discurso*. A partir do entendimento de que o objeto não é separável do método próprio para defini-lo, o filósofo herda de Althusser a crítica sobre o esquecimento pelo marxismo de que a história, centro da episteme de Karl Marx, é uma disciplina de interpretação. A partir desse quadro de compreensão, Pêcheux tece seu conceito de discurso, determinado e passível de ser apreendido dentro de uma relação com a história e de um princípio de construção de um corpus discursivo. Em sua obra de 1969, Pêcheux também apresenta os conceitos de máquina discursiva e atrela as condições de produção aos processos de produção do discurso.

Na primeira metade dos anos 70, a EFAD consolida-se como uma prática disciplinar que, segundo Maldidier (in ORLANDI, 1997).

- a) realiza o fechamento de um espaço discursivo;

- b) supõe um procedimento linguístico de determinação das relações inerentes ao texto;
- c) produz no discurso uma relação do linguístico com o exterior da língua

Assim, a EFAD vai se preocupar com:

- a) o que é dito – e o que é dito de uma maneira e não de outra maneira;
- b) o que é dito em outro lugar, de outro modo;
- c) o que não é dito dentro do que é dito.

E não deve se esquecer:

- a) do real da língua (Pêcheux, por exemplo, critica o modo como o estruturalismo não teria dado importância a manifestações cotidianas da língua, como o humor);
- b) que o enunciado e as sequências de enunciados são pontos de deriva e é aí que o analista deve trabalhar;
- c) na análise da discursividade, para que os efeitos linguísticos e suas repetições não apaguem o acontecimento.

1.3.4 Movimento e sentido, buscando efeitos de sentido

A proposta da Análise do Discurso não é descobrir o que um texto quer dizer, mas como esse mesmo texto significa. Para isso, a AD toma da semiologia da palavra discurso o entendimento de que discurso é percurso e movimento, carrega em si uma acepção de continuidade. “O discurso é, ao mesmo tempo, efeito de filiações, mas também trabalho de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, in ORLANDI, 1990, p. 57).

Esses deslocamentos fazem com que o discurso seja “a língua fazendo sentido” (ORLANDI, 1999, p. 15), a mediação entre o homem e a realidade.

Para a Análise do Discurso, o discurso é um objeto histórico-social, mas tem uma materialidade, de natureza linguística.

Essas visões definem o discurso na AD como produto, mas também como possibilidade de criação.

A AD ocupa-se em deslocar a história de sua aparente interpretação dos fatos, desterritorializá-la, encontrar o momento no qual o político e simbólico se confrontam, o lugar do homem na história. Assim, a AD nos permite refletir sobre “como a

linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 1999, p. 15).

A AD entende ser a linguagem dura, não-transparente, estruturada como um conjunto de véus que se sobrepõem e criam opacidade. Desvelá-la é, portanto, um exercício de descoberta, de busca de sentidos. Mas não se trata, porém, de buscar nem sentidos implícitos nem verdades ocultas. A língua, com sua natureza mercurial, cheia de truques e brincalhona, encobre esses sentidos, que se fixam e se transmutam todo o tempo.

A AD teoriza e questiona a interpretação e promove, assim, gestos de interpretação nessa busca de sentidos, fazendo uma arqueologia das relações que articulam o texto com a discursividade, ou as relações e os processos pelos quais os textos produziram e produzem sentido. Afinal, para a AD, os sentidos não estão nas palavras, mas para quem e para além delas.

Para realizar sua complexa tarefa de interpretação, a AD lida com as ideias de hegemonia e ideologia. Na sequência, apresentamos esses dois conceitos.

1.3.5 Hegemonia

Idéia central na obra do filósofo e cientista político italiano Antonio Gramsci, o conceito de hegemonia não significa somente um processo de dominação de uma classe pela outra. A hegemonia gramsciana permite um foco sobre a mudança discursiva e é, ao mesmo tempo, um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança. O conceito traz em si a noção de um equilíbrio instável, estabelecido e desestabelecido continuamente, em torno de alianças que são articuladas, rearticuladas e desarticuladas entre classes e grupos sociais, tecendo assim relações de dominação e subordinação. Essa dinâmica social traz em si também uma concepção dialética entre estruturas e eventos discursivos.

Por isso, nos estudos sobre discurso, o conceito de hegemonia permite um foco sobre a mudança discursiva e sobre como essa mudança ao mesmo tempo que colabora nos processos mais amplos de mudança social, também é moldada por esses processos, sendo esse um dos aspectos da luta hegemônica.

O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo - uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modelo de luta hegemônica que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes.

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

1.3.6 Ideologias

A ideologia é outro importante conceito para a prática disciplinar da Análise do Discurso.

A AD vai considerar a ideologia uma concepção de mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva .

Enquanto a interpelação dos sujeitos é uma elaboração althusseriana, há em Gramsci uma concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui (...) uma visão de ‘senso comum’ tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais. No senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas.

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 123)

Também a teórica política alemã Hannah Arendt nos oferece um conceito de ideologia.

A ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos ‘enigmas do universo’ e dominar o conhecimento íntimo das leis universais ‘ocultas’, que supostamente regem a natureza e o homem.

(ARENDR, 1989, p. 189)

Como a hegemonia, as ideologias não são estáticas. Para Gramsci, os campos das ideologias também se movimentam, concorrem entre si, conflitam-se, sobrepõem-se e se cruzam.

Essa movimentação das ideologias também se dá entre os campos da memória e do esquecimento, no espaço entre linguagem e mundo, entre língua e história.

Por isso, o conceito de hegemonia é tão importante para os estudos sobre o discurso. Porque no discurso,

o ponto chave da ideologia (...) é o de que a linguagem não reflete a realidade mas a significa, ou seja, a enquadra numa forma conceitual. Por meio do discurso, o papel da ideologia é o de fornecer conjuntos de crenças e valores que são relevantes para as pessoas em suas tarefas sociais. Assim, a ideologia

não é reduzível à subjetividade, (...) não é uma questão de ‘estados d’alma’ (...). Ao contrário, a ideologia é socialmente construída. (...) Assim a ideologia tem a ver mais com o discurso do que com a linguagem, e é produzida por efeitos discursivos.
(MOTA, 2008, p. 45).

A ideologia organiza os sentidos (ORLANDI, 2008) e a busca de sentidos, como vimos acima, é a principal tarefa da Análise do Discurso.

Nessa busca de sentidos, a AD lança mão de conceitos como acontecimento, arquivo, estratégias discursivas, intertextualidade. Vamos conhecê-los a seguir.

1.3.7 Acontecimento

Como vimos, a AD trabalha com as noções de relações e movimentos. Nessas relações e nesses movimentos reconhecemos haver repetições e criações, sobreposições e choques. Se lançarmos mão de uma metáfora e compararmos discurso e discursividade às placas tectônicas que formam nosso planeta, podemos dizer que nesse “atrito” entre discurso e história, assim como nos terremotos, há descontinuidade e rupturas em nosso mundo e em nossas ideologias. A essas “fendas” discursivas, a AD, e mais especificamente a EFAD, dá o nome de acontecimento.

O momento do acontecimento é aquele do encontro da estrutura da linguagem com a história, em que se nota o esquecimento ou a imposição ideológica, momento da fratura discursiva, aquele em que aparece com cores nítidas a ilusão dos sujeitos envolvidos.
(PORTO, 1999, p. 78).

Para Charaudeau, o acontecimento opera numa dialética permanente de ordem e desordem. Surge para o sujeito como um fenômeno bruto que não pode ser compreendido automaticamente. Para torná-lo inteligível, é preciso “o olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o [o acontecimento] integra num sistema de pensamento” (CHARAUDEAU, 2006, p. 95).

Charaudeau nos propõe que um acontecimento:

- a) modifica o estado do mundo fenomenal (ou seja, cria mudança na ordem das coisas);
- b) é percebido pelos sujeitos (cria a idéia de descontinuidade, de movimento);
- c) insere essa percepção numa corrente de significações sociais (gera atitudes de problematização e é entendido dentro de uma cadeia de causalidades que dê ao acontecimento uma razão de ser).

Maldidier e Guilhaumou nos lembram as especificidades do acontecimento discursivo: “não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, in ORLANDI, 1990, p. 166).

Para a AD, a dimensão do acontecimento marca a passagem do sem-sentido para o sentido, “a construção do significar” (ORLANDI, 2003, p. 11):

- a) o apagamento do já-dito;
- b) a resistência ao apagamento e a produção de outro sentido;
- c) o retorno do recalque (o que já foi apagado), deslocando esse apagado.

Logo, o acontecimento é o momento em que a incompletude da linguagem se revela, a que Orlandi chama de o “lugar do possível” (ORLANDI, 1999), o ponto onde a falha faz irromper o não-realizado e desvela as estratégias discursivas.

1.3.8 Arquivo

Vamos tomar aqui a definição de arquivo proposta por Pêcheux. Para ele, “arquivo é o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997, p. 57).

O arquivo representa, então, a memória institucionalizada. Se entendermos que a interpretação é possibilitada e garantida pela memória, podemos entender a importância do conceito de arquivo para a EFAD.

Vários dos teóricos e pesquisadores da EFAD debruçaram-se sobre o conceito e a leitura do arquivo nas pesquisas da Análise do Discurso. Tomando de Canguilhem a ideia da capacidade do homem de jogar sobre o sentido, desafiando o jogo da língua de encobrir esse sentido dentro da discursividade, Pêcheux vai localizar na relação entre a língua e a história “o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (PÊCHEUX, 1997, p. 63). Fiel à ideia de Pêcheux, Orlandi diz que o *coup de grace* da AD, o gesto de interpretação, se faz entre o arquivo e o interdiscurso (ORLANDI, 1999).

Preocupados com a questão do corpus em seus estudos sobre a questão da sobrevivência, em que percorrem o trajeto da ideia do alimento (do pão) durante a Revolução Francesa, Maldidier e Guilhaumou vão encontrar no arquivo uma resposta.

Para eles, “o arquivo nunca é dado a priori (...). É preciso retomar as preocupações dos historiadores de mentalidades e instalar confrontações de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto”(GUILHAUMOU & MALDIDIER, in ORLANDI, 1990, p. 163). A partir dessa visão de arquivo, os dois pesquisadores da EFAD puderam buscar as cadeias discursivas que permitem emergir novos valores políticos no campo das relações sociais.

1.3.9 Enunciado

Para fins desta pesquisa, vamos usar a definição de enunciado de Foucault. Assim, o enunciado não é uma unidade elementar do discurso. O enunciado é uma função que cruza o domínio de estruturas e faz com que apareçam essas estruturas no tempo e no espaço.

O enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece como um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.

(FOUCAULT, 1987, p. 121)

O enunciado se define pelas condições na qual realizou sua função, tem uma existência específica, definida, por sua vez, como uma relação com um domínio de objetos, como um jogo de posições possíveis para um sujeito. O enunciado, propõe Foucault, é um campo de coexistência.

1.3.10 Estratégias Discursivas

Embora reconheça sua dificuldade de entrar em detalhes sobre como as Estratégias Discursivas (EDs) se distribuem na história, Foucault (1987) nos sugere algumas direções de pesquisa, que procuramos seguir neste trabalho.

Para compreendermos as EDs, é preciso:

- a) buscar os possíveis pontos de difração do discurso, ou o que, inicialmente, possam parecer pontos de incompatibilidade;
- b) buscar os pontos de equivalência, aqueles que situam-se num mesmo nível e formam uma alternativa (ou isso ou aquilo);
- c) buscar os pontos de ligação de uma sistematização;

- d) descrever circunstâncias específicas, ou seja, estudar o que Foucault (1987) chamou de “economia da constelação discursiva” à qual o discurso estudado pertence: o discurso estudado tem alguma analogia, oposição ou complementaridade com algum(ns) outro(s) discursos?;
- e) buscar a função que exerce o discurso estudado em um campo de práticas não discursivas: práticas políticas e econômicas, práticas cotidianas. Aqui trata-se de buscar o regime e o processo de apropriação do discurso.

As EDs, portanto, “compreendem, em um sistema articulado mas indissociável, objetos, enunciações, conceitos e escolhas teóricas” (FOUCAULT, 1987, p. 77). Se pudermos definir o sistema de formação das diferentes estratégias e como essas estratégias derivam de um mesmo jogo de relações, poderemos, então, individualizar uma formação discursiva.

1.3.11 Formações Discursivas

As formações discursivas (FD) são, na Escola Francesa da Análise do Discurso, a base sistêmica das relações dentro dos textos e entre os textos. Encontramos uma FD quando enunciados, em suas diferentes formas e dispersos no tempo, formam um conjunto e referem-se a um único e mesmo objeto.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação por conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e fundamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

(FOUCAULT, 1987, p. 43).

As FDs foram denominadas por Foucault (1987), “unidades de continuidades milenares”. Elas trazem em si o jogo das regras do discurso, determinam o que pode e o que não pode ser dito, possibilitam ou impossibilitam a ocorrência de certos enunciados (e lembremo-nos aqui que, como vimos acima, a Análise do Discurso proposta por Foucault é essencialmente uma análise de enunciados).

O conceito de FD está profundamente ligado ao de ideologia e é possível atrelar formações discursivas a formações ideológicas, segundo Pêcheux (PÊCHEUX, 1995, apud BENETTI, 2005). Isso porque as formações discursivas trazem em si uma posição, criada e articulada por uma classe ou grupo social.

Na tarefa da AD de interpretar, romper com a aparente obviedade, tão característica das práticas discursivas, é fundamental identificar e mergulhar nas formações discursivas.

Porém, não basta nos ocuparmos com as FDs apenas. Como propôs Foucault (1987), a unidade não se define pela permanência ou pela singularidade, mas pelo encontro e pela contínua transformação, pela ruptura e pela descontinuidade. Logo, para buscarmos sentidos, devemos, principalmente, buscar a relação entre as formações discursivas, que, dispostas em complexos de formações discursivas, relacionam-se entre si.

Essas relações criam interdependência: os textos sempre recorrem a outros textos e qualquer tipo de prática discursiva é gerada a partir de combinações de práticas discursivas e definida pelas relações entre essas práticas. Assim, os complexos de FDs criam uma espécie de teia, ou para usar a metáfora de Moura, uma “malha discursiva” (MOURA, 2001). Essa malha é, para a EFAD, chamada de interdiscurso, um conceito basilar da AD. O interdiscurso é o *locus* onde os sentidos da formação discursiva são determinados.

1.3.12 Interdiscurso

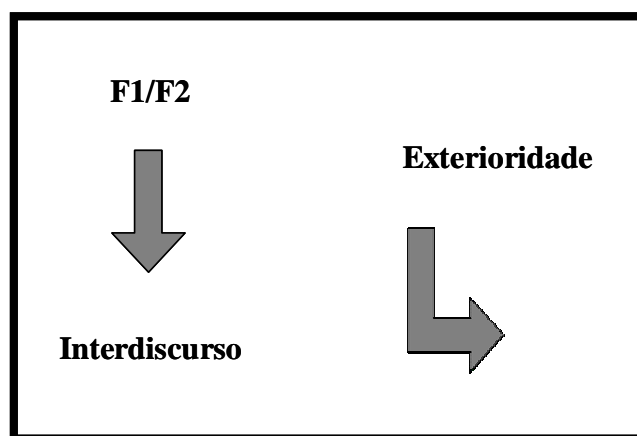
A relação entre as formações discursivas resulta no interdiscurso: aquilo que já foi dito, o que se falou antes em outro lugar, aí estão.

O interdiscurso, por sua vez, insere-se em três diferentes campos de referências cruzadas entre formações discursivas distintas: os campos da presença, da concomitância e da memória:

- a) no campo da presença, todos os enunciados formulados noutra lugar são aceitos no discurso e reconhecidos como verdadeiros;
- b) no campo da concomitância, os enunciados são originados em diferentes FDs e estão ligados pela relação entre as formações;
- c) no campo da memória, os enunciados que não são mais aceitos ou discutidos são estabelecidos no texto por relações que Foucault chamou de “filiações” ou ainda por movimentos de transformação, continuidade ou descontinuidade histórica.

Resumindo, como proposto por Orlandi (2008):

Figura 1 – As formações discursivas, a exterioridade e o interdiscurso



Fonte: ORLANDI, 2008, p. 50

Operando dentro da idéia de memória, do já-dito, o conceito do interdiscurso implica ainda em outros três importantes conceitos para a EFAD, o de esquecimento, o de paráfrase e o de polissemia, propostos por Orlandi (1999). Vejamo-los.

i. Esquecimento

Para a EFAD, o esquecimento é estruturante por ser instrumento recorrente das práticas ideológicas. O esquecimento pode ser:

- a) ideológico: nos esquecemos do já-dito, nos afastamos do ideológico porque não nos lembramos que “os discursos não se originam em nós, eles se realizam em nós em sua materialidade” (ORLANDI, 1999, p. 35);
- b) pela escolha de palavras: quando pretende estabelecer uma relação natural entre as palavras e as coisas e optamos por uma palavra em detrimento de outra.

Em seus estudos sobre o não-dito, Ducrot dedicou-se ao implícito, ao pressuposto e ao subentendido. Para ele, o analista do discurso precisa estar atento à ausência discursiva no enunciado. Quando um enunciado silencia, ele não apenas deixa de dizer, mas também não deixa dizer.

Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao

domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação. (...) o posto se apresenta simultaneamente ao ato da comunicação, como se tivesse surgido pela primeira vez, no universo do discurso, no momento da realização desse ato. O subentendido, ao contrário, ocorre em momento posterior a esse ato, como se tivesse sido acrescentado através da interpretação do ouvinte; quanto ao pressuposto, mesmo que, de fato, nunca tenha sido introduzido anteriormente ao ato de enunciação (...), ele procura sempre situar-se em um passado do conhecimento, eventualmente fictício, ao qual o locutor parece referir-se.
(DUCROT, 1987, p. 20).

ii. Paráfrase

“Os processos parafrásicos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, a memória, o dizível” (ORLANDI, 1999, p. 36).

A paráfrase é o retorno aos mesmos lugares do dizer, o lugar da sedimentação. Por isso, para a EFAD, a paráfrase é a origem do sentido, uma vez que não há sentido sem repetição. A repetição é o que também possibilita o assujeitamento.

Nas práticas ideológicas, a repetição torna possível ainda a naturalização de processos sociais.

iii. Polissemia

A polissemia traz o novo ao discurso. É o espaço do deslocamento e, portanto, o espaço da criação.

Para Orlandi (1999), é na tensão entre paráfrase e polissemia que o discurso se faz e significa, entre o mesmo e o diferente, o já-dito e o a se dizer.

Baseado na memória, e no jogo permanente do esquecimento, da repetição e da criação, o interdiscurso determina o intradiscorso (o dito).

E é na relação entre o interdiscurso (o já-dito) e o intradiscorso (o dito, o texto), que o sentido é formulado e construído. Orlandi (1999) chama interdiscurso e intradiscorso, respectivamente, de eixo vertical e eixo horizontal de sentido.

Figura 2 – O Intradiscorso e o interdiscurso



1.3.13 Texto

Para Charaudeau, “todo discurso se configura em texto” (CHARAUDEAU, 2006, p. 23).

O texto é um fato discursivo, a base de materialidade da AD. É a partir dessa base de materialidade que a AD produz conhecimento, ao se debruçar sobre a análise textual, mas também sobre o texto em sua prática discursiva (as restrições sociais e os processos de produção do texto, sua força, a ação social que realiza, sua intertextualidade – ou seja, os fragmentos de outros textos ali presentes, seu consumo) e em sua prática social (sua relação com as práticas hegemônicas e ideológicas).

Diante dessa tarefa, o texto será a unidade que o analista tem diante de si, seu ponto de partida. Ao usar os preceitos da EFAD, o analista remete o texto a um discurso para explicitar suas regularidades (em referência a uma ou outra FD) e busca seu sentido. “Não buscamos a história refletida no texto mas a historicidade em sua materialidade” (ORLANDI, 1999, p.68). Por toda a riqueza e a complexidade da prática disciplinar que implica a AD, faz-se crucial compreender que num mesmo texto há diferentes processos de significação.

1.4 Princípios de investigação

Para os fins deste estudo, são adotados dois princípios de investigação principais:

1.4.1 Princípio de investigação 1

Há um discurso hegemônico sobre a questão racial no Brasil. Nesse discurso há um Outro que se tensiona com o Mesmo, nos termos propostos por Foucault.

1.4.1.1 Hegemonia e ordens de discurso e o conceito de Outro

Vamos, a partir do conceito de hegemonia gramsciano apresentado acima, passar a entender para efeitos desta dissertação que hegemonia é, como proposto por Fairclough (2002), liderança e dominação nos domínios da economia, da política, da cultura e da ideologia de uma sociedade. Esse poder hegemônico é exercido sobre a sociedade como um todo por uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, num equilíbrio sempre parcial e temporário e, portanto, instável.

As ordens de discurso são um dos aspectos desse equilíbrio contraditório que constitui uma hegemonia.

A articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (assim também como a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articuladas na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes.

(FAIRCLOUGH, 2002, p. 123).

Assim, a classe que exerce o poder hegemônico é responsável pela produção do discurso.

Em toda sociedade [essa produção do discurso] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

(FOUCAULT, 2006, p. 9).

Esses procedimentos de controle, para Foucault, baseiam-se na exclusão em suas diferenças formas:

- a) a interdição - seja pelo tabu do objeto, pelo ritual da circunstância ou pelo direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Os campos identificados por Foucault onde essas três formas de interdição se cruzam, se reforçam e se compensam são principalmente a política e a sexualidade;

- b) a separação e a rejeição – um discurso que não pode circular, como o dos loucos;
- c) a oposição do verdadeiro e do falso – o discurso que se desloca do que era ou fazia para o que diz (do discurso ritualizado, “que não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim como destino” (FOUCAULT, 1996, p. 15) para o próprio enunciado).

O Outro é definido, então, por Foucault como o sujeito ao qual o discurso é interdito, proibido, encerrado e conjurado.

O Mesmo, por sua vez, garante a história da ordem das coisas, entre elas, a ordem do discurso.

Outro – daquilo que, para uma cultura é ao mesmo tempo interior e estranho, a ser portanto excluído (para conjurar-lhe o perigo interior), encerrando-o porém (para reduzir-lhe a alteridade); a história da ordem das coisas seria a história do Mesmo – daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidade.

(FOUCAULT, 2007, p. XII).

1.4.2 Princípio de investigação 2

É possível construir uma memória do discurso sobre raça e sobre o discurso sobre relações raciais no Brasil e, a partir da identificação de diferentes estratégias discursivas sobre o tema e buscar seus ecos e atualizações no discurso contemporâneo sobre o tema.

Vamos identificar as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil tendo como foco o discurso sobre o Outro, a partir da caracterização cronológica de Chauí (2000) sobre a construção do caráter nacional e a busca da identidade do Brasil ao longo de um esforço de criação da ideia do Brasil-nação. A partir daí, vamos buscar se e quais seus efeitos de sentido no discurso de opinião do jornal *O Globo* sobre relações raciais.

Vamos entender nesta pesquisa que a relação entre ideologia e hegemonia são, não apenas, mas também, construídas em várias formas e sentidos das práticas discursivas. “As ideologias são significações/construções da realidade (...) que

contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Assim, os momentos da *fundatio*⁷ da idéia de Brasil são ao mesmo tempo detonados e detonantes de acontecimentos históricos (construção e desconstrução de alianças econômico-político-ideológicas que regulam o equilíbrio frágil da hegemonia) que têm impacto e impactam as práticas discursivas.

1.5 Material a ser analisado na pesquisa

Nesta pesquisa, vamos analisar o discurso sobre as relações raciais em duas etapas.

Na primeira, vamos buscar o tecido de historicidade do discurso sobre relações raciais no Brasil, tendo como foco seu Outro. Nessa etapa, vamos analisar materiais históricos que trazem à tona as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil: textos políticos de José Bonifácio de Andrada e Silva, a obra *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, referências da ciência médica e social e da literatura brasileira durante a Primeira República (1889 a 1930), entre eles os escritos de Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues e artigos publicados pela *Gazeta Medica do Brasil* e o *Brazil Médico* (jornais publicados pelas então duas faculdades de medicina existentes no Brasil), escritos de Euclides da Cunha, a obra *Diário Íntimo*, de Lima Barreto e trechos da obra *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato, a obra seminal de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, o romance *Jubiabá*, de Jorge Amado, os manifestos da Legião Negra, publicado em 1932, e o do Dia Nacional da Consciência Negra, de 1978, o poema *Sou Negro*, de Solano Trindade, publicado em 1963, além de outras referências históricas.

Para usar um percurso analítico similar ao de Renato Ortiz (1985), escolhemos esses textos por entender que neles estão enunciadas algumas das mais representativas teorias explicativas do Brasil que podem nos ajudar a “desvendar nossas origens” (ORTIZ, 1985, p. 13). Vamos tomar manifestos políticos, textos científicos e obras literárias como objetos de análise na busca pelas condições de construção do Estado-nação brasileiro, mas também, como nos sugere Sodré (1998) da fixação para a

⁷ Aqui vamos usar o conceito de Chauí (2000) que distingue fundação (*fundatio*) de formação. Enquanto a formação se dá pela história cronológica-factual, a *fundatio* “um passado imaginário que se mantém vivo e presente no curso do tempo (...) algo perene (...) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido” (CHAUÍ, 2000, p.9), situa-se para além do tempo e pode repetir-se indefinidamente. Se usarmos Foucault, poderíamos tomar esse conceito como o momento de “instauração da discursividade” (apud ORLANDI, 2003).

representação da cidadania. Em sua obra *Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil*, publicada em 1999, Sodré nos mostra como que aquilo que define o caráter brasileiro pertence ao plano do imaginário social e, com frequência, entra em choque com a realidade, ou ainda, para usar os conceitos de Chauí (2000), a formação e a fundação do Brasil parecem não combinar. Isso nos parece especialmente relevante quando confrontado, no tema das relações raciais, com a proposta de Ortiz, segundo a qual “o mito das três raças é (...) exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais” (ORTIZ, 1985, p. 44) ou ainda a de Sodré, para quem “o discurso da democracia racial entra em contradição com as práticas discriminatórias disseminadas na consciência e no cotidiano do sujeito nacional” (SODRÉ, 1998, p. 95).

Na presente dissertação, pretendemos caminhar sobre e sob esses dois movimentos, o da coesão (o mito exemplar) e da contradição (discurso *versus* práticas sociais).

Na segunda etapa desta pesquisa, vamos usar como objeto empírico de análise o jornal *O Globo*, confrontando-o analiticamente com essas obras literárias, discursos científicos e manifestos sobre as relações raciais no Brasil, identificadas na primeira etapa de pesquisa.

Aí vamos nos debruçar especificamente sobre o corpus desta pesquisa, identificado a partir da clipagem feita por nós de mais de 700 artigos publicados pelo jornal *O Globo* durante todo o ano de 2008 que, de alguma forma, tratavam do tema das relações raciais. Serão analisados dois textos de opinião, mais especificamente dois editoriais, publicados pelo jornal nos meses de janeiro e maio de 2008. Nossa escolha pelos editoriais, que será detalhada mais adiante nesta pesquisa, se dá principalmente por entendermos ser o discurso de opinião, do qual o editorial é exemplo privilegiado por representar a opinião institucional do veículo - no caso do presente estudo, o jornal *O Globo* -, local estratégico da constituição do discurso político social, como nos propõe Ramos (2000).

1.6 O jornalismo e a prática disciplinar da Análise do Discurso

A compreensão do jornalismo como prática da linguagem e do discurso, a partir de uma visão tridimensional que leva em conta o texto jornalístico, sua prática discursiva e sua prática social (FAIRCLOUGH, 2001), imprime aos estudos do jornalismo um foco que não se sobrepõe ao enquadramento sociológico, mas o supera, no sentido de olhá-lo além, sem esquecê-lo. Portanto, um olhar que o enriquece.

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente, capta, transforma e divulga acontecimentos opiniões e idéias da atualidade – ou seja lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, legítima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.

(MARIANI in ORLANDI, 2003, p. 33)

1.7 Procedimentos metodológicos

Á luz dos conceitos e instrumentos da Análise de Discurso, mais especificamente da Escola Francesa da Análise do Discurso, vamos buscar as circunstâncias de enunciação sobre as relações raciais no Brasil em seu contexto sócio-histórico e os possíveis ecos desses enunciados no discurso de opinião sobre o tema. O corpus da pesquisa é composto por dois textos de opinião do jornal *O Globo*. Nos colocaremos as perguntas de Orlandi: que história nos é contada nesses textos, que esquecimentos e silêncios, paráfrases e polissemias há ali?

Nessa busca, vamos aceitar o convite da prática disciplinar da EFAD. Vamos construir um dispositivo analítico especificamente para esta analista, autora da presente dissertação, e para esta análise específica. Vamos usar conceitos propostos pela EFAD, mas sempre a partir de recortes conceituais específicos para a questão que se descortina diante de nós, as estratégias discursivas sobre as relações raciais e o discurso de opinião do jornal *O Globo*. Faremos os movimentos entre a descrição e a interpretação, identificados por Pêcheux como um dos principais desafios da AD, por meio de um dispositivo teórico que nos permita entrar na opacidade da linguagem, no fluxo metafórico, no trabalho da ideologia (PÊCHEUX, 1990).

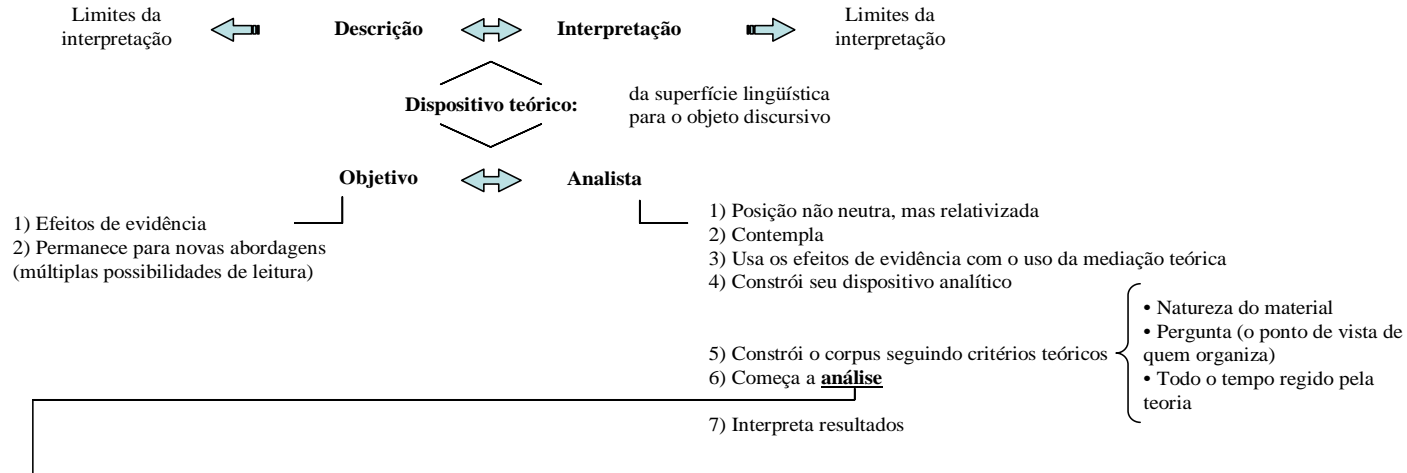
1.7.1 O caminho

“No método de análise, fazemos o caminho inverso ao do discurso, partimos do texto para o que lhe é anterior e exterior” (BENETTI, in LAGO & BENETTI, 2007, p. 115). Partiremos dos textos históricos (o arquivo da presente pesquisa) para os textos de opinião do jornal *O Globo* (o corpus desta pesquisa).

O esquema abaixo resume a proposta metodológica da EFAD que vamos utilizar nesta dissertação, como proposto por Orlandi (1999) e Benetti (2007).

Nossa abordagem será qualitativa.

Quadro 1 – O caminho da análise



A Análise

Fase 1

I. Sintaxe e processo de enunciação: como o discurso se materializa (suas relações de força e sentido).
 ⇒ Supera-se o esquecimento ideológico (a impressão de que o que está sendo dito somente poderia ser dito daquela maneira).

II. Objeto discursivo: $\frac{\text{o que é dito naquele discurso}}{\text{O que é dito em outros discursos}}$

Formações discursivas

a) Identificação das formações discursivas (“região de sentidos”)

- i) Numeram-se as FDs
- ii) Nomeiam-se
- iii) Localizam-se as marcas discursivas
- iv) Identificam-se os principais sentidos

Forma-se um quadro de formações discursivas

⇒ Do objeto empírico ao teórico
 Aqui aparecem as primeiras marcas do funcionamento do discurso, sua relação com as formações discursivas.

Fase 2

III. Construção, estruturação, circulação, gestos de leitura

↳ O deslize ⇒ o outro (paráfrase, sinonímia, metáfora).

⇒ Do objeto discursivo para o projeto discursivo.
 Das formações discursivas para sua relação com a ideologia.

1.7.2 Questões de estudo

Para efeitos desta pesquisa, as questões que nos nortearão serão: quais as estratégias discursivas sobre as questões raciais no Brasil? Como se dá o discurso de opinião do jornal *O Globo* sobre as relações raciais no Brasil? Quais as lógicas de ligação entre as EDs e o discurso de opinião do jornal *O Globo*? Quais os seus efeitos de sentido?

1.7.3 Proposições de trabalho

Nossas propostas de trabalho estão relacionadas ao arquivo e ao corpus deste estudo e nos ajudam a definir o dispositivo teórico-conceitual que definirão nosso dispositivo analítico. Nesta dissertação, essas proposições são:

1.7.3.1 Classe e raça no Brasil

No Brasil, se fizermos um recorte racial da classe de maior poder econômico veremos que sua autoidentificação racial é branca.

Assim, nos mostram as estatísticas de renda, que

a desigualdade nos rendimentos existente entre brancos e negros é evidenciada também quando se examina a distribuição da população por décimos de renda per capita. Quanto mais caminhamos dos décimos mais pobres no sentido dos mais ricos, mais a distribuição fica embranquecida. Em 2007, entre os 10% mais pobres da população, 67,9% eram negros; e esta proporção cai para 21,9% no grupo dos 10% mais ricos. Já no grupo do 1% mais rico da população 84,7% são brancos.

(PINHEIRO et al, 2008).

Quanto à escolaridade, também as pessoas possuidoras de mais alto nível de escolaridade, em sua maioria, autodeclaram-se brancas, segundo aponta o *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 — Racismo, pobreza e violência*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2005, a partir de dados do Censo 2000, do IBGE:

O percentual de brancos formados na universidade é mais que quatro vezes o de negros. A proporção de brancos com nível universitário passou de 1,8% em 1960 (3% dos homens, 0,49% das mulheres) para 11,8% (11,6% dos homens e 12% das mulheres) em 2000; o de negros subiu de 0,13% (0,21% dos homens e 0,04% das mulheres) para 2,9% (2,7% dos homens e 3,1% das mulheres) no mesmo período. Ou seja, em 2000, o percentual dos homens negros com mais de 30 anos que tinha diploma de graduação (2,7%) era inferior ao mesmo dado registrado para os homens brancos em 1960 (3%).

(PNUD, 2005⁸)

⁸ Em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 13 fev.2009.

Aqui é preciso ressaltar que os indicadores tanto de raça como de renda no Brasil são tomados por autodeclaração⁹. Podemos, portanto, dizer que a classe de maior poder no país – poder sendo entendido aqui por acesso a bens econômicos e simbólicos/nível de educação - autodeclarara-se branca.

Assim nos mostram também as pesquisas sobre as dinâmicas simbólicas do que é ser branco e rico no Brasil e do que é ser negro e pobre. Essas dinâmicas têm origem na sociedade colonial dividida entre dois grupos de status principais, brancos e negros, ou senhores e escravos, “o poder oligárquico do senhor rural (...) assumia a forma da família extensa (...) quando se pensa no modelo clássico da família do proprietário da *plantation* (...) Na senzala, à sombra da casa-grande vive o escravo, escala mais baixa da pirâmide social” (SODRÉ, 1998, p. 76) e permaneceram, como veremos no capítulo 3 da presente dissertação, ao longo da história do Brasil.

Thales de Azevedo, em seu *As Elites da Cor*, produzido sob o apoio da Unesco¹⁰ e publicado originalmente em francês, 1953, localiza, de maneira original, no Brasil urbano, o “branco-rico” e o “preto-pobre”.

Na caracterização de Azevedo, ‘brancos’ não eram apenas os ricos, mas também a classe média mestiça (morena ou mulata) e letrada (com nível de educação médio correspondente ao secundário). ‘Pretos’ eram os pobres e iletrados, ainda quando de cor branca ou clara. Azevedo dotou assim, de modo original, as designações raciais brasileiras de um fundamento estrutural, tratando-as não mais como denominações biológicas, mas como nomes de grupos de prestígio (...). Maneiras de falar e vestir, privilégios jurídicos e políticos (...) separavam “brancos-ricos” de “pretos-pobres”. (GUIMARÃES, 1996, p. 153).

Retomando os conceitos de hegemonia que vimos acima, vamos neste estudo assumir que a ordem do discurso sobre as relações raciais no Brasil é articulada, hegemonicamente, pelas elites econômicas brasileiras que se autoidentificam como brancas. Não vamos, porém, perder de vista que a hegemonia tem um equilíbrio tênue.

⁹ O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) usa o método da pesquisa ocorre por meio da autodeclaração induzida - os entrevistados respondem se são de cor preta, branca, parda, amarela ou indígena.

¹⁰ Como veremos mais adiante em maiores detalhes, a partir da década de 50 do século passado, o Brasil chegou a ser olhado como um laboratório de relações raciais. Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Comunicação (Unesco) financiou uma série de estudos que tinham como objetivo mostrar o país como um exemplo de democracia racial para o mundo, naquele momento profundamente abalado pelos resultados do regime nazista e suas políticas racistas. Pesquisadores como Darcy Ribeiro, Thales de Azevedo e Fernando Henrique Cardoso foram engajados nas pesquisas. Em seus estudos, porém, acabaram revelando uma estrutura de relações raciais muito diferente do ideal nacional do país alegre e democraticamente miscigenado. Darcy Ribeiro resume essa história: “O estudo que realizamos para a UNESCO, esperançosos de apresentar o Brasil como um país por excelência assimilacionista, demonstrou precisamente o contrário”. (RIBEIRO, 1995, p. 145).

1.7.3.2 O Outro

É como se aí onde estivéramos habituados a procurar as origens, a percorrer de volta, indefinidamente, a linha dos antecedentes, a reconstruir tradições, a seguir curvas evolutivas, a projetar teleologias, e a recorrer continuamente às metáforas da vida, experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença (...) É como se tivéssemos medo de pensar o outro no tempo de nosso próprio pensamento.
(FOUCAULT, 1987, p. 14)

Como vimos nos princípios de investigação deste trabalho, o Outro é definido por Foucault como o sujeito ao qual o discurso é interdito, proibido, silenciado.

Em nossa pesquisa, buscar seu lugar - ou seu não-lugar - no discurso será fundamental para que possamos desvelar sentidos. Afinal, “a relação com o outro regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o sujeito como o sentido” (ORLANDI, 2008, p. 45).

Pela definição de Van Dijk (2008), o sujeito sem-poder é o sujeito que deve ficar em silêncio.

Ao propormos que na ordem do discurso “os grupos mais poderosos e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 44) e que esses grupos mais poderosos no Brasil – com melhores condições econômicas e educacionais, como vimos acima - autodeclaram-se brancos, propomos ainda que os grupos que têm acesso ao discurso sobre as relações raciais no Brasil são formados por pessoas que se autodeclaram-se brancas quando perguntadas por sua raça/etnia. Esse grupo não é apenas o que fala, mas também aquele que determina o tom ou estilo da escrita e da fala, agenda os assuntos e decide quem serão os participantes da fala (VAN DIJK, 2008).

Assim, como o louco dos estudos foucaultianos, o sujeito negro é proposto, neste trabalho, como o Outro na ordem do discurso sobre as relações raciais no Brasil.

1.7.3.3 O Outro e a identidade

Esse Outro e as potenciais relações de alteridade estão na base da identidade nacional. Da Matta assume uma explicação desse Outro, a quem chama, entre outras de “diferentes”:

Tampouco se nega a presença da iniquidade no caso brasileiro, como foi e tem sido igualmente injusto e violento para com os “diferentes”, sobretudo os negros. (...) No caso brasileiro, a idéia de hierarquia tem duas características: 1. Ela atua por meio de uma lógica complementar que, embora limite a ascensão dos ‘diferentes’, não os dispensa como tal. Ou seja: a

complementaridade se exprime em uma ideologia segundo a qual negros, brancos e índios formam um triângulo racial e se complementam. (...) 2. Esse estilo de relacionamento racial fundado na inclusão promove o reconhecimento da gradação (...), [porque] saímos gradualmente do regime de trabalho escravo, transformando o escravo em cliente e subcidadão, o racismo à brasileira tende a se manifestar de modo implícito.

(DA MATTA, in SOUSA, 1997, p. 72)

Como em todo processo identitário, será a possibilidade de produção de alteridades (os “diferentes” complementares) a dar existência e fixação à identidade nacional. Importante dizer que, também como em todo processo identitário, o Outro está ao mesmo tempo dentro e fora da construção identitária, que, por sua vez, é eminentemente um processo simbólico, como bem nos lembra Ortiz (1985).

O Outro provoca o que Mendes (2002) vai chamar de forças centrípeta e centrífuga: permite que o Mesmo sinta a necessidade de ligar-se ao Outro (força centrífuga), mas concomitantemente exige que o Mesmo se diferencie do Outro (força centrípeta). Nessa dinâmica, o Outro é sempre transitório e preparatório, para que a identidade possa ser irredutível.

As identidades se constroem no e pelo discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formações prático-discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas(...). A circulação dos discursos (...) produz memórias subterrâneas, memórias produzidas em redes sociais informais.(...) Cabe ao estudioso verificar como se relacionam com a memória oficial e sob que condições materiais, sociais e simbólicas foram produzidas.

(MENDES, in SANTOS, 2002, p.504)

1.7.4 Unidades de análise

Como proposto pela Análise do Discurso, nossa unidade de análise está naquilo que dá materialidade ao discurso, o texto e o arquivo. “Os textos são monumentos nos quais se inscrevem as multiplicidades de leitura” (ORLANDI, 1999, p. 64).

Nesta pesquisa, os textos serão analisados a partir de seus enunciados.

O arquivo será analisado dentro de sua materialidade e diversidade (GUILHAUMOU & MALDIDIER, in ORLANDI, 1990), na identificação de seu trajeto temático, ou seja, de como as configurações textuais formam-se de um acontecimento discursivo a outro, e de seu contexto, o conjunto de enunciados que permite uma ampla visualização do tema estudado.

1.7.5 Lógicas de ligação dos dados às proposições e aos critérios para interpretação

As análises desta pesquisa foram realizadas em três etapas: as descrições genealógicas, o corpus e as descrições críticas.

Depois de vencidas as etapas da escolha do dispositivo teórico da análise do discurso, modelo francês, principalmente a partir das teorias de Michel Foucault e Michel Pêcheux, e, do nível epistemológico, a escolha da linguagem e dentro dela, do discurso, optamos por um objeto empírico, textos do jornal *O Globo* sobre as relações raciais, publicados ao longo do ano de 2008.

Para lermos esse objeto empírico à luz da EFAD, era preciso construir um arquivo, como vimos no item 1.3.8 desta dissertação, que nos permitisse identificar as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil.

Ancorados em outros pesquisadores que buscaram compreender as relações raciais no país e sua relação com a construção de uma identidade nacional, assumimos um esforço de descrição genealógica, que, como propõe Foucault (2002) exige um grande número de materiais acumulados e nos permite “descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 2002, p. 21).

Fazer genealogia (...) será (...) se demorar nas meticolosidades e nos acasos dos começos.(...) É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades.
(FOUCAULT, 2002, p. 19).

1.7.5.1 As descrições genealógicas

Para empreender tais descrições genealógicas, vamos trabalhar o que no item 1.3.8 identificamos como arquivo, ou seja, o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão (PÊCHEUX, 1997).

Optamos por três tipos de textos. Primeiro, os textos políticos de José Bonifácio de Andrada e Silva, escritos entre 1823 e 1825, e de Joaquim Nabuco, materializados na obra *O Abolicionismo*, publicada em Londres em 1883. Esses primeiros textos trazem em si os enunciados do período inicial da formação da nação e do Estado brasileiro.

Depois optamos por textos daqueles que Ortiz (1985) vai definir como os precursores das Ciências Sociais no Brasil, autores que se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira ao final do século 19 e início do século 20. Vamos tomar os

mesmos três autores de Ortiz (1985), Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Silvio Romero, mas ampliá-los, sem perder de vista o momento histórico pós-Abolição e pós-República quando “a questão racial (...) adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além dessa constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional” (ORTIZ, 1985, p. 13). Assim, com a ajuda de Schwarz (2008), vamos ampliar o leque de autores sugeridos por Ortiz (1985) – e trazer enunciados nos dois jornais das escolas de medicina então existentes no Brasil, uma obra de Monteiro Lobato e uma de Lima Barreto – para aí buscar as estratégias discursivas de literatos e cientistas no Brasil vindas à tona no período entre 1880 e 1930.

Numa terceira etapa de construção desse arquivo, buscamos na literatura e no ensaio os já-ditos sobre as relações raciais, mas também momento em que o enfrentamento da questão nacional e das relações raciais encontra novos termos, por volta dos anos 30 do século 20: o romance de Jorge Amado, *Jubiabá*, e a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*. É aí que, segundo Ortiz (1985), o mito das três raças torna-se plausível, imprimindo nacionalidade ao que era mestiço.

A construção do arquivo finaliza-se com os Manifesto da Legião Negra, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o poema *Sou Negro*, de Solano Trindade, publicado em 1963, e o Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, tornado público por movimentos negros em 20 de novembro de 1978.

Esse será nosso ponto de partida. “Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca de um começo” (FOUCAULT, 2002, p. 20). Vamos ver nascer os enunciados sobre as relações raciais na construção de uma ideia do Brasil-nação.

1.7.5.2 O corpus

Optamos por construir uma leitura com ênfase no aspecto qualitativo, sem preocupação em construir uma amostragem quantitativamente representativa, embora tenhamos feito uma clipagem inicial de 700 textos sobre relações raciais, publicados pelo jornal *O Globo* ao longo do ano de 2008. Consideramos que esta análise, verticalizada, é apropriada ao instrumental da Análise de Discurso que optamos por utilizar nesta dissertação.

A partir dessa clipagem, construímos o corpus desta pesquisa, dois textos de opinião publicados como editoriais pelo jornal *O Globo*, nos dias 6 de janeiro de 2008 e 2 de maio de 2008.

1.7.5.3 As descrições críticas

As lógicas de ligação dos dados entre as descrições genealógicas e o corpus desta pesquisa serão dadas pela identificação dos enunciados, das paráfrases, polissemias e esquecimentos/silêncios.

Essa identificação será operada a partir do entendimento de que o discurso é um exposto metódico que flui, que se processa por meio de operações intermediárias e parciais.

Discurso, como a própria palavra indica, do latim *discurrere*, que por sua vez vem do próprio latim *currere*, significa discorrer, atravessar, expor. (...) Discurso contempla assim a idéia de continuidade e também do contrário, a noção de descontinuidade.
(PORTO in PORTO, 2002, p. 374)

Nossa proposta é criar um mapa que nos permita descrever uma cadeia que deixe entrever os efeitos de sentido do discurso sobre as relações raciais.

A partir das estratégias discursivas, vamos buscar os elos discursivos que nos permitam ver o que há de comum (parafrásico) e o que há de polissêmico nesse discurso, o que se está enfrentando por trás dessas estratégias discursivas, quais suas lógicas e como o discurso midiático, e mais especificamente o discurso de opinião, ao mesmo tempo reflete e contribui para o discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Para fins desta pesquisa, o que nos importa, por fim, “não é se a identidade apreende os verdadeiros valores brasileiros, mas saber a que grupo ela se vincula e a que interesse serve?” (ORTIZ, 1985, p. 139).

Quadro 2 – As lógicas de ligação

As construções genealógicas	O corpus	As construções críticas
<p>1. Textos políticos de José Bonifácio de Andrada e Silva (escritos entre 1823 e 1825) e de Joaquim Nabuco (<i>O Abolicionismo</i>, publicada em Londres em 1883).</p> <p>2. Precusores da Medicina e das Ciências Sociais no Brasil (Nina Rodrigues, Silvio Romero e artigos dos jornais de medicina das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro) e os escritores Lima Barreto, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.</p> <p>3. O romance de Jorge Amado, <i>Jubiabá</i>, e a obra de Gilberto Freyre, <i>Casa Grande & Senzala</i>.</p> <p>4. O Manifesto da Legião Negra, de 1932, o poema <i>Sou Negro</i>, de Solano Trindade, publicado em 1963 e o Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, publicado em 1978.</p>	<p>1. Clipagem de mais de 700 matérias publicadas ao longo do ano de 2008 pelo jornal <i>O Globo</i> que tratam de temas relativos à questão das relações raciais.</p> <p>2. Dois editoriais publicados pelo jornal <i>O Globo</i>, nos meses de janeiro e maio de 2008, escolhidos entre as 700 matérias inicialmente clipadas, como descrito no item 1, acima nesta coluna.</p>	<p>1. A análise propriamente dita: o discurso como um exposto metódico que flui. Operações intermediárias e parciais.</p> <p>2. Mapa que descreve cadeia de efeitos de sentido.</p>

Neste capítulo apresentamos a contextualização e teórica acadêmica desta dissertação. Vimos a ideia de discurso em Foucault e os conceitos de hegemonia e ideologia. Apontamos os conceitos fundamentais da Análise do Discurso em sua escola francesa que serão utilizados nesta dissertação: acontecimento, arquivo, estratégias e formações discursivas. Também apresentamos os princípios de investigação que norteiam o presente trabalho e o caminho metodológico que optamos por tomar no desenvolvimento desta dissertação.

Capítulo 2 - O discurso midiático

Voltei da Europa (...). Fui hospedar-me no Hotel Damiani. (...) Tem defronte uma grande casa de modas e um escritório de jornal político. Dizem-me que a casa de moda faz mais negócio que o jornal. Não admira; poucos lêem, mas todos se vestem.
Machado de Assis, *Mariana*

Neste capítulo vamos situar a mídia como um elemento da indústria cultural e também como um aparelho ideológico de Estado, seguindo as ideias de Louis Althusser. A partir daí, vamos apresentar o modo de funcionamento do discurso midiático, suas condições de produção e nossa proposta de análise com base no lugar simbólico do discurso midiático. Discorreremos ainda sobre o discurso midiático de opinião, suas características e sua estrutura de discurso polêmico.

2.1. A mídia como aparelho ideológico

A ordem sociolinguística de uma sociedade é estruturada, ainda que parcialmente, como um mercado, onde os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como mercadorias. Esse é um dos conceitos-chave da ideia de Bordieu (1992) sobre as indústrias culturais.

Podemos concluir daí que as mídias, ao serem esse suporte organizacional que produzem, distribuem e possibilitam o consumo da informação e da comunicação como objetos com valor de troca, são um aparelho social fundamental para a compreensão da ordem sociolinguística de nossas sociedades.

Ao voltarmos na gênese da Escola Francesa da Análise do Discurso, encontramos ali as ideias de Louis Althusser. Seus conceitos dos aparelhos ideológicos do Estado formam a base para as ideias de Michel Foucault e, um pouco mais tarde, de Michel Pêcheux. Nesta dissertação, como temos na Escola Francesa da Análise de Discurso nosso mapa metodológico na busca dos sentidos, vamos situar a mídia, como Althusser, no marco dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Colocarmos a mídia aí, como um dos AIE althusserianos significa que a entendemos, assim como os outros AIE, como local e marco “delimitadores na luta de classe que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Afinal, nos ensina Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de

dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Nesta dissertação, vamos entender mídias como suportes organizacionais que usam a informação e a comunicação para integrá-las em suas lógicas econômica, tecnológica e simbólica. A lógica econômica diz respeito às ações que permitem fazer viver uma empresa. A tecnológica, à extensão da quantidade e da qualidade da difusão de seus produtos. A lógica simbólica trata da maneira como os indivíduos regulam suas trocas sociais, constroem valores e representações, criam e manipulam signos e, assim, produzem sentido.

Essa lógica simbólica opera a partir do discurso. Para Rodrigues (2002), “o discurso não é uma das funções da instituição midiática; é seu principal produto e o resultado final de seu funcionamento” (RODRIGUES, 2002, p. 217).

2.2 O discurso midiático, funções e características

O discurso midiático tem suas próprias funções e características. Trata-se de um discurso com função referencial, ou seja, que pretende dar conta dos acontecimentos do mundo. Trata-se ainda de um discurso com função fática, porque pretende o contato com o público.

O discurso midiático é constante. Opera num certo nível de encantamento com seu público, uma vez que camufla seus processos de enunciação e procura apagar as marcas de seus processos de produção. Em sua linguagem, opta preferencialmente pela terceira pessoa, a forma verbal da não-pessoa. Em suas dinâmicas produtivas, retira o referencial de seu lugar para depois reorganizá-lo segundo sua lógica de tempo (tamanho das notícias, dinâmicas de blocos e páginas) e espaço (blocos, editorias, cadernos).

Para criar seus efeitos próprios, o discurso midiático flui de maneira contínua, encadeando enunciados, sem páginas em branco ou pausas, dirigindo-se a seu público. Polimórfico e com muitas faces, o discurso midiático é provavelmente o discurso da contemporaneidade mais permeado por outras práticas discursivas e, ao mesmo tempo, o que tem maior capacidade de infiltração em outras práticas discursivas. Daí, aponta Rodrigues (2002), emerge sua função de mediação.

Ao contrário de outros discursos, o discurso midiático destina-se a um público disperso e por isso pretende-se um discurso compreensível para todos. É o discurso midiático que toma os discursos muitas vezes herméticos da ciência, da medicina, da

política, da economia, das políticas sociais e culturais e os torna permeáveis ao público. Essa é uma de suas principais características. Seu grande efeito é não apenas refletir e representar entidades e relações sociais, mas contribuir para a construção e a constituição das sociedades contemporâneas. “A mídia veio a tornar-se um grande espelho de representações, um amplo processo de construção simbólica” (MOURA, 2001, p. 45)

Outra de suas capacidades é dar às conflitualidades efeitos de esvaziamento e à multiplicidade das experiências sócio-político-econômicas efeitos de habituação e naturalização. Descontextualizar e contextualizar, esquecer e lembrar, arquivar e desarquivar, avançar e retornar são movimentos propostos permanentemente pelo discurso midiático. Por meio do discurso midiático, criam-se fragmentos de mundo, ao mesmo tempo amplificados e simplificados. Arelados a sua característica de neutralizar marcas enunciativas, esses movimentos do discurso midiático são fundamentais para a naturalização de conflitos e tensões.

2.3 As condições de produção do discurso midiático

As condições de produção que constituem os discursos funcionam de acordo com certos fatores:

- a) uma relação de sentidos. Não há discurso que não se relacione com outros discursos;
- b) relação de forças: o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz (se não, vejamos as falas dos professores, dos padres e dos jornalistas, principalmente no que diz respeito à imagem que esses sujeitos têm, mais do que seus lugares físicos contam suas posições sociais).

Essas condições de produção constituem “um jogo imaginário – o material, o institucional e o imaginário – [que] preside a troca de palavras” (ORLANDI, 1999, p. 40).

Com o discurso midiático não é diferente.

“A newspaper is a bureaucracy” (TUCHMAN, 1978, p. 149)¹¹. Como nos mostram os estudos sobre os processos produtivos nas comunicações de massa, dos quais Gaye

¹¹ “Um jornal é uma burocracia” (tradução livre da autora).

Tuchman é uma das principais pesquisadoras, mais do que marcados pela ideologia, esses processos produtivos são determinados por três fases claramente organizadas, definidas e articuladas que permitem, nas rotinas de produção da notícia, superar a escassez de tempo e de meios que marcam a mídia de massa: a recolha, a seleção e a apresentação das notícias.

Em seus estudos sobre práticas discursivas e práticas sociais, Fairclough retoma as teorias do *newsmaking* (que, desde o final dos anos 70 até hoje, debruçam-se sobre a informação para entender como ela era produzida), para afirmar que “um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos em diferentes estágios de produção”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107).

Essa produção está baseada em dois aspectos:

- a) a organização burocrática das “empresas de fabricar informação” para usar uma definição de Charaudeau (2006);
- b) a estrutura dos valores-notícia ou critérios de noticiabilidade que ordenam a seleção e a posição de determinadas histórias.

Na produção das notícias temos

um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis rituais e convenções, relativos às funções dos *mass media* e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção. A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adoptadas como naturais¹².
(GARBARINO, 1982, apud WOLF, 1987, p. 168)

A primeira etapa da produção da notícia é definida pela “escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL et al, 1999, p. 224). Nesse momento, o acontecimento midiático é selecionado, dentro de um processo de construção da notícia, em função de seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade, os chamados valores-notícia ou noticiabilidade.

¹² Mantida a grafia da edição portuguesa consultada.

Filtradas por esses critérios de noticiabilidade, as - ainda potenciais - notícias voltam a passar por uma série de negociações. Pragmaticamente orientadas, as notícias são submetidas a um processo de decisão e de escolha realizado rapidamente, que seguem os seguintes critérios, segundo Wolf (1987): substantivos (a importância e o interesse da notícia), relativos ao produto (brevidade, representatividade nacional), relativos ao meio (disponibilidade de materiais específicos do produto informativo, declarações, imagens, correspondentes no lugar do fato), relativos ao público (potencial interesse dos leitores), relativos à concorrência (exclusividade).

É nessa etapa, então, que a notícia ganha materialidade, passando a ser uma articulação discursiva dos fatos.

Findo esse processo, há ainda um último, anterior à distribuição, a edição. Fase de organização racional do trabalho, a edição tem como tarefa recontextualizar esses acontecimentos transformados em notícias dentro do formato do noticiário. É aí, então, que, “opera o mecanismo de adição de sentido ligado à aproximação de duas notícias entre si, aos critérios de calibragem do ritmo interno do noticiário, às inferências que se podem extrair d ordem em que estão dispostas as próprias notícias” (WOLF, 1987, p. 217).

2.4 A mídia de opinião

No discurso midiático, o discurso de opinião, resulta de processo semelhante ao da produção da notícia, que vimos descrito acima. Porém, o discurso de opinião tem características muito específicas. São essas características que vamos buscar identificar e ver funcionar nesta pesquisa.

O discurso midiático cumpre duas funções: a referencial, ao definir para a maioria da população os acontecimentos significativos; e a de mediação, ao oferecer interpretações poderosas acerca da forma de compreender esses acontecimentos.

Essas funções são desempenhadas a partir de uma forma de discurso chamada por Hall et al (in TRAQUINA, 1999) de “idioma público”.

A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a quem se dirige principalmente: a sua versão da retórica, imagens e *stock* comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha e que, deste modo, constitui a base de reciprocidade produtor-leitor¹³. (HALL et al, 1981, in TRAQUINA, 1999, p. 232)

¹³ Mantida a grafia do texto original.

Em seu idioma público, a imprensa, normalmente ouve declarações. Mas a imprensa tem também a liberdade de ter opinião, a sua opinião acerca de tópicos de grande interesse. Um jornal diz o que pensa e o expressa em seu próprio idioma público. A essa forma de discurso de opinião institucional de um jornal damos o nome de editorial.

O editorial é “o ponto onde os *media* mais activa e abertamente modelam e estruturam a opinião pública (...), estabelecem uma ponte de mediação crucial entre o aparelho de controlo social e o público¹⁴” (HALL et al, 1981, in TRAQUINA, 1999, p. 234). Por meio do discurso de opinião e mais especificamente do editorial, um veículo de imprensa ora busca legitimar e reforçar ações ou políticas, trazendo os seus próprios argumentos, ora faz pressão, incitando a opinião pública a apoiar os seus próprios pontos de vista.

Como em qualquer texto, a produção desse discurso de opinião é marcada por suas coordenadas de enunciação. Do ponto de vista da mensagem, o editorial assume sua estrutura de discurso polêmico (“o que define o discurso polêmico é que o conjunto das suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas se encontra ao serviço de um objectivo dominante, o de desqualificar o objecto que constitui o seu alvo”, RAMOS, 2000, p. 2)¹⁵. O discurso polêmico reveste-se ainda de um carácter maniqueísta e é fortemente marcado, do ponto de vista enunciativo, por um tom de autoridade.

Em sua coordenada espacial, o discurso de opinião, e, portanto, também o editorial, é, sobretudo, temático e gravita quase sempre à volta de assuntos de política nacional. A opinião, junto com os editoriais, está localizada, no jornal, em espaços dedicados a artigos/colunas de opinião e temas livres, ou seja, um espaço que o jornal dedica e identifica explicitamente. No caso do jornal *O Globo*, objeto empírico desta pesquisa, esse espaço tem o nome de editoria de “Opinião”.

Do ponto de vista do tempo, o editorial reforça o conceito de idioma público e pressupõe que o assunto ali tratado é imediata e facilmente identificável, uma vez que navega pelo universo de conhecimento supostamente partilhado por produtor e leitor, e atualiza os acontecimentos do dia anterior, já tratados como notícia pelo jornal. Assim, se comparados com a notícia e suas características de imediatismo e transitoriedade, os artigos de opinião têm maior esperança de vida, exatamente porque têm maior potencial

¹⁴ Mantida a grafia do texto original.

¹⁵ Mantida a grafia do texto original.

de buscar referências em estratégias discursivas anteriores e também de serem enunciados em outros textos e estratégias discursivas posteriores.

Enquanto a notícia é tendencialmente pura descrição de determinado estado de coisas, o artigo de opinião apresenta características próprias: baseia-se na realidade, nos acontecimentos reais externos ao texto para, a partir deles tecer comentários, explicar causas, relações e consequências, criar casos políticos. É essa componente narrativa e criadora que foge à simples mostra referencial do mundo e dos estados de coisas, para constituir comentário, definir valores, criar realidades. Mas continuarão todos marcados – fortemente marcados – pelo momento zero da sua enunciação, o ponto de intersecção das linhas definidoras do campo enunciativo¹⁶.
(RAMOS, 2000, p. 5)

No editorial, sujeito de enunciação e locutor, para usar as categorias de Ducrot (1987), coincidem. Como a marca do “eu” ou do “nós” (como pronome ou por meio da desinência verbal), assume papel de relevo, o discurso de opinião marca-se, assim, como o discurso de persuasão, um discurso que reflete, mas também que alimenta os conflitos da vida social, que, por suas relações de locução e enunciação, opera no campo do polêmico, do que estabelece um campo de batalha metafórico, de luta por argumentos discursivos (RAMOS, 2000).

Importante ainda compreender que no artigo de opinião, o locutor evoca aquilo que, aos olhos da opinião pública é ou parece ser razoável, evidente e necessário. “Os media desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as acções e perspectivas dos poderosos¹⁷” (HALL et al, 1981, in TRAQUINA, 1999, p. 234).

A opinião pública, por sua vez, assume o papel de narratório, é a ela que o locutor/sujeito de enunciação se dirige numa primeira instância. Percebe-se aí um espaço de disputa retórica, entendida aqui como “a arte de persuadir pelo discurso” (REBOUL, 2004, p. XIV), ou seja, de tentativa de convencimento, de se levar alguém a crer em alguma coisa.

No artigo de opinião, o locutor, então, passa a falar em nome de valores universais ou da vida comunitária. Ele se coloca no lugar da representação do “bem” (RAMOS, 2000), dos interesses coletivos e não em nome individual.

¹⁶ Mantida a grafia do texto original.

¹⁷ Mantida a grafia do texto original.

O discurso de opinião no jornal e a discussão que provoca/de que é reflexo realizam diversas funções de mediação cultural, de re-criação do real, de consagração do jornal como actante institucional interventivo na vida social e política do País e da consagração de líderes de opinião¹⁸
(RAMOS, 2000, p. 9)

Esse discurso de opinião pode substituir as instâncias oficiais, constituindo uma rede de poderes. No nível linguístico, pode promover uma pluralidade de modos de significação, códigos e competências. Como conclui Ramos (2000), o discurso de opinião é fenômeno marcante em tempos de mediatização da vida pública e encontra nos jornais o local estratégico da constituição do discurso político-social.

2.5 Analisando o discurso midiático

Analisar o discurso midiático é uma busca pelo simbólico ali construído. Nas palavras de Charaudeau, é buscar os efeitos de sentido “nessa máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos e seus coletivos regulam o sentido social ao construir sistemas de valores (CHARAUDEAU, 2002, p. 17).

Nesta pesquisa, das três lógicas da mídia que vimos no item 2.1 acima (econômica, tecnológica, e simbólica), é a terceira, a lógica simbólica, que nos interessa. Afinal, pretendemos identificar maneiras pelas quais as trocas sociais são reguladas, como valores são criados, como os signos são criados e manipulados, como se constrói sentido, enfim, quando o jornalismo lança mão de “mapas culturais de significado” (HALL et al, in TRAQUINA, 1999).

Essa produção de sentido da “máquina midiática” pode ser analisada em três lugares distintos:

- a) a produção, ou o lugar das condições de produção (as práticas de organização socioprofissionais e as práticas de realização do produto);
- b) o produto, ou o lugar de produção do produto (a organização estrutural semiodiscursiva segundo hipóteses sobre a intencionalidade, o enunciador-destinatário e os “efeitos possíveis”);
- c) a recepção ou o lugar das condições de interpretação (o alvo, imaginado pela instância midiática e seus “efeitos supostos” e o público como instância de consumo do produto, ou os efeitos produzidos).

¹⁸ Mantida a grafia do texto original.

Vamos tratar aqui especificamente do “segundo” lugar, aquele que busca efeitos sociais possíveis, utilizando-nos dos conceitos da Análise do Discurso. Sem, porém, nos esquecermos do primeiro lugar, o do espaço da produção e da complexidade do objeto discurso midiático e suas rotinas de produção da notícia que vimos no item 2.3 da presente dissertação.

Para a Análise do Discurso, “qualquer evento discursivo é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Analisar, portanto, o discurso midiático implica necessariamente situá-lo dentro de uma prática social hegemônica.

O conceito de hegemonia é particularmente útil na análise de discursos políticos, onde formas híbridas se articulam. Mas ele também pode ser utilizado na análise do discurso jornalístico, especialmente para a percepção maior de conceitos em conflito que dizem respeito a relações de poder na sociedade, nas instituições, no governo, e que colocam em cheque declarações públicas.

(MOTA, 2008, p. 44)

Implica ainda situá-lo dentro de uma prática ideológica, o que demanda da analista:

- a) percorrer a análise linguística do texto propriamente dito;
- b) desvelar a prática discursiva, os processos de produção e interpretação textual, os tipos de discursos que são derivados e se combinam no texto analisado;
- c) buscar situar texto e prática dentro das circunstâncias institucionais e organizacionais e como elas moldaram e moldam a prática discursiva e seus efeitos constitutivos.

Afinal, para utilizar os métodos da EFAD no discurso midiático do jornalismo

é preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que essa estrutura vem de fora, [que] o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é anterior e exterior que se inicia em outro lugar (na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário) e, portanto, apenas o método arqueológico pode evidenciar essa origem.

(BENETTI in BENETTI & LAGO, 2007, p. 111)

Esse é o método que nos propomos a percorrer nesta pesquisa, esse encontro, fonte da produção de sentido, entre as condições interdiscursivas (a continuidade de um texto com base em outros tipos de textos ou convenções discursivas) e das relações

intradiscursivas. Para usar a ideia dos eixos vertical e horizontal de Orlandi (1999), que esquematizamos nesta pesquisa segundo a Figura 2, o espaço, o jornal e seu discurso são o campo do intradiscursos. Já o tempo e o discurso sobre as relações raciais no Brasil, o interdiscursivo. Ou ainda do que, a partir de Foucault, chamamos para efeitos desta pesquisa de descrições genealógicas e sua contraposição com o corpus desta pesquisa no movimento que chamamos aqui de descrições críticas.

Vamos buscar as paráfrases, tão comuns no discurso midiático, no discurso sobre as relações raciais no Brasil para localizarmos esse retorno permanente aos mesmos espaços do dizer, ao que já foi dito e está cristalizado. Vamos também buscar a polissemia e a relação entre o Mesmo e do Outro no discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Neste capítulo, descrevemos o funcionamento do discurso midiático, abordamos o processo de produção do discurso midiático, a partir do quadro teórico do *newsmaking*, tratamos da especificidade da mídia de opinião, suas características, funções e estrutura, e apresentamos nossa proposta de análise do discurso midiático a partir de seu lugar simbólico, segundo proposta de Charaudeau (2002).

Capítulo 3 – Discurso, a questão racial, nação e mito fundador

Neste capítulo, vamos aceitar o convite de Michel Foucault para “investigar, propor a apreensão e compreensão de uma arqueologia das práticas que fizeram de nós aquilo que somos” (FOUCAULT, 1987, p. 6). Vamos refazer, ainda que brevemente, a trajetória do tema das relações raciais como objeto de conhecimento, identificando, portanto, um discurso sobre a temática racial e os seres humanos. Vamos também abordar as origens da ideia moderna de nação e como, num determinado momento da história esses dois conceitos, nação e raça, se confundiram. Veremos como no Brasil, a falta de uma homogeneidade cultural que ajudasse a criar coesão social a partir de uma ideia de nação foi compensada por um mito fundador.

Essa ordem do discurso sobre o tema das relações raciais e a ideia de nação nos são especialmente importantes nesta dissertação, uma vez que entendemos estar o discurso hegemônico sobre relações raciais no Brasil profundamente atrelado à ideologia do Brasil-nação.

3.1 O discurso sobre a temática racial

Desde o século 18, a ciência tem se dedicado à investigação sobre o tema das relações raciais, o conceito de raça¹⁹ (categorias, tipos, elementos), suas estratégias (teorias e temas), seus sujeitos.

Esse percurso fez emergir um saber sobre a questão racial e, por causa e consequência, um discurso sobre o tema. Esse discurso sobre as relações raciais foi e é construído por diferentes enunciados, dentro de um conjunto de práticas discursivas (objetos, sujeitos relações sociais e estruturas conceituais) que constituem o conhecimento e as condições de transformação do conhecimento desse objeto na ciência.

A questão racial emerge no espaço da biologia, mas como veremos, vai atravessar diferentes campos do conhecimento, a sociologia, a geografia, a etnografia, a antropologia etc., numa trajetória continuamente transformada.

A questão racial está indissociavelmente associada à modernidade, embora muito provavelmente, a discriminação acompanhe o homem desde sua origem. Porém, a

¹⁹ As teorias mais recentes, baseadas em pesquisas sobre o mapa genético humano, dão conta de que não se poderia falar de raça, senão de raça humana, uma vez que as diferenças genotípicas entre os seres humanos seria mínimas, derrubando, portanto, a ideia de raça.

modernidade é quem vai criar “a ideologia racista” (DUMONT, 1966, apud WIEVIORKA, 1998, p. 16). Arendt concorda. “Nem mesmo a escravidão, embora estabelecida em bases estritamente raciais, engendrou ideologias racistas entre os povos escravizadores antes do século 19” (ARENDR, 1989, p. 207).

Para Schwarcz, a irrupção do acontecimento discursivo sobre raça pode ser localizada em Georges Cuvier, o criador da anatomia comparada e responsável pela definição de um sistema de classificação biológica unificado, capaz de determinar uma ordem única para os seres vivos e os fósseis. Herdeiro intelectual de Lineu (autor de *Systema naturae*, uma proposta sistematizada de classificação das espécies vivas, onde surgem a noção de espécie e o conceito de raça, publicado em 1758) e representante da ciência católica na França pós-revolucionária, Cuvier inaugura, no início do século 19, com suas *Leçons d'anatomie comparée*, a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre grupos humanos, estendendo, assim, à humanidade a possibilidade de classificação por hereditariedade e traços físicos.

Naquele momento histórico, a ciência ocidental passava a lidar com duas linhas de visões sobre raça e seres humanos. Por um lado, a linha inspirada na humanidade una de Jean-Jacques Rousseau e seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* defendia a capacidade humana de superação, de aperfeiçoamento, além de sua clássica visão sobre o bom selvagem. Por outro lado, autores como Georges-Louis Leclerc (o conde de Buffon) e sua obra *História Natural* (publicada em 1749), considerada uma das influências de Charles Darwin, tentava criar uma ciência geral do homem e caracterizava a humanidade a partir de diferenças essenciais entre os grupos humanos.

O mundo estava em expansão. As grandes viagens, a consolidação da primeira leva de colonização fazia chegar longe das capitais europeias os pesquisadores que traziam e levavam suas ideias, naquele momento em confrontos com novas realidades. O homem europeu e seu espírito moderno e explorador encontravam-se com “o outro”, o homem africano ao sul do Saara, o americano. Essa percepção de alteridade tinha impactos sobre suas narrativas, que, na maioria das vezes, mesclavam fantasia e realidade. Pesquisadores que viajavam às Américas ou à África voltavam a Londres, Paris e Madri levando consigo negros e índios, exibindo-os ora em circos ora nos círculos científicos, apontando traços físicos distintos do homem caucasiano como aberrações, curiosidades ou sinais de inferioridade.

No século 18, povos não-europeus passaram a ser caracterizados como primitivos e/ou selvagens. Para dar conta desse novo “outro”, a noção de raça atrela-se, então, à cor da pele e a outros traços fenotípicos que diferenciavam os “primitivos” dos europeus: tipos de cabelos, olhos, formato do nariz.

Para Rousseau e seus seguidores, a humanidade era una, mas as regulações da vida social definiam a moralidade dos homens. Segundo sua visão, o “selvagem”, em seu contato com a natureza, não viciado pelas hostilidades do mundo moderno nem marcado pela desigualdade entre os homens, era moralmente superior aos homens ocidentais.

Já para o conde de Buffon (Leclerc) e seus seguidores, a moralidade se definia pela genética. Havia ligações estreitas entre raça, aptidões intelectuais e moralidade. Para esses cientistas, o Novo Mundo, seu campo mais fértil de observação, era um lugar não apenas de imaturidade, mas de degeneração, de seres marcados pela inferioridade e por desvios patológicos. Com sua teoria sobre as Américas e seus povos, Buffon provocou “uma ruptura com o paraíso rousseauiano, passando a caracterizar o continente americano com o signo da carência” (SCHWARCZ, 2007, p. 46). Será esta a visão que mais fortemente fará a transição para o século 19 e influenciará a ciência europeia.

Além da quebra no ideal de Rousseau, as ideias de Buffon e daqueles que as seguiram representaram também um duro golpe na cosmovisão católica. Na virada do século 18 para o 19, os cientistas conhecidos como poligenistas desconstruíram o mito bíblico do Éden e de Adão e Eva ao propor a existência de vários centros de criação, de onde teriam surgido então as diferentes raças. Para Hannah Arendt, os poligenistas...

...acusando a Bíblia de ser um livro de piedosas mentiras, negavam qualquer relação entre as raças humanas; seu principal feito foi a destruição da idéia da lei natural como elo de ligação entre todos os homens e todos os povos. Embora sem estipular uma superioridade racial predestinada, o poligenismo isolou arbitrariamente todos os povos, resultado do profundo abismo gerado pela impossibilidade física da compreensão e comunicação humanas.
(ARENDR, 1989, p. 208).

A poligenia deu origem e força aos mais diferentes enquadramentos explicativos sobre o crime, a loucura, a dominação de homens por homens. Seus desdobramentos mais práticos no exercício da ciência foram a frenologia e a antropometria, teorias que interpretavam a capacidade humana a partir da observação e medição do tamanho e da proporção do cérebro de diferentes povos. Entre seus discípulos está o italiano Cesare

Lombroso, que em sua obra *L'Uomo delinquente*, de 1879, defendia ser a criminalidade um fenômeno físico-hereditário e, portanto, passível de prevenção pelo isolamento de pessoas com determinadas características familiares e fisiológicas. Também a loucura e suas práticas médicas e discursivas serão amplamente influenciadas pela poligenia, que justificará os métodos de tratamento moral aos quais serão submetidos indivíduos com transtornos mentais.

Mas se há um campo onde as ideias da poligenia foram especialmente úteis, esse é o campo das relações entre colônias e metrópoles, entre senhores e escravos, entre dominantes e dominados. “A exasperação do racismo no Ocidente coincide com o fortalecimento dos impérios coloniais” (SODRÉ, 2007, p. 79).

Em 1853, o conde Arthur de Gobineau publica seu *Essai sur l'inegalité des races humaines*. Em sua obra em quatro volumes, Gobineau vai assentar algumas das mais duradouras teorias racistas da história. Partindo do princípio de que a civilização ocidental estaria entrando em sua obscura e irremediável decadência, o conde tratou de buscar uma única explicação, uma lei natural, uma força única que regeria a ascensão e declínio das civilizações. Chegou à descoberta que a queda da civilização ocidental “se deve à degenerescência da raça, e de que esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue [uma vez que] (...) qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que acaba preponderando” (ARENDRT, 1989, p. 203). Em busca de uma elite que substituísse a aristocracia, Gobineau propunha, então, a criação de uma raça de príncipes que formassem uma raça superior, uma elite, com direitos superiores, destinada a dominar todos os outros.

Poucos anos mais tarde, o anatomista e craniologista francês Paul Broca fundou, em 1859, a Sociedade Antropológica de Paris para reunir cientistas que, como ele, postulavam ser as diversidades humanas produto direto das diferenças raciais. Observando crânios, Broca tentava comprovar a relação entre inferioridade física e mental. Seu objetivo final, chegar à construção de uma raça pura e de seus tipos ideais. O anatomista francês condenava a hibridação humana em razão da suposta esterilidade das espécies miscigenadas. Para os seres humanos mestiços, Broca providenciou paralelos com a não-fertilidade das mulas, idéia que, em espanhol²⁰ e depois em português, deu origem à palavra mulato.

²⁰ Segundo o Dicionário de la Lengua Española, publicado pela Real Academia Espanhola (22ª edição, 2001). **Mulo**. (Del lat. *Mulus*). . Hijo de caballo y burra o de asno y yegua, casi siempre estéril. 2. coloq. Persona fuerte y vigorosa. **Mulato**, ta. (De *mulo*, en el sentido híbrido, aplicado primero a cualquier

No rastro dessas teorias, sociedades de antropologia e etnologia surgiram nas mais importantes cidades da Europa e dos Estados Unidos e vieram influenciar, no Brasil, os trabalhos do Instituto Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, sob as bases da pesquisa científica etnográfica alemã. Todas essas sociedades antropológicas tinham metas – e, logo, discursos – não apenas científicos, mas sociais e políticos.

Em 1859, a disputa entre monogenistas e poligenistas foi profundamente abalada pela publicação da obra seminal de Charles Darwin, *A Origem das espécies*. “O impacto da publicação dessa obra foi tal que a teoria de Darwin passou a constituir uma espécie de paradigma de época, diluindo antigas disputas” (SCHWARCZ, 20007, p. 54). Mais do que a disputa sobre a origem única ou múltipla da espécie humana, o que passará a ser chamado de darwinismo, vai refundar todo o saber sobre a natureza e será aplicado a várias disciplinas sociais: a antropologia, a sociologia, a história e a economia. Esse novo saber sobre evolução e seu uso no saber sobre raças e seres humanos implicou também um novo ideal político.

Na segunda metade do século 19, o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes. (...) Raça tornou-se um conceito central nas ciências sociais. Ampliado por subdivisões que iam além da cor da pele; o evolucionismo darwiniano, suplementado pelo que seria depois conhecido como genética alimentou o racismo com aquilo que parecia ser um conjunto poderoso de razões científicas pra afastar ou mesmo, como aconteceu de fato, expulsar e assassinar estranhos.

(HOBSBAWN, 1987, p. 131)

O darwinismo provocou o atrelamento das ideias de evolução, civilização e progresso. Alimentou a criação de um potencial de civilização dentro das escolas deterministas da geografia, que acreditavam ser o homem o produto de seu meio físico. Segundo Arendt (1989), politicamente o darwinismo ofereceu dois conceitos importantes para os ideais imperialistas: a otimista afirmação da ‘sobrevivência dos mais aptos’ e as infinitas possibilidades que parecia haver na evolução do homem a partir da vida animal, e que deram origem à uma nova ‘ciência’, a eugenia.

A eugenia era o estudo dos agentes que, sob o controle social e científico, poderiam melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações física e mentalmente. Em 1869, o britânico Francis Galton, considerado um dos fundadores da eugenia, escreveu o primeiro ensaio na área da hereditariedade humana, o *Human*

mestizo). adj. Dicho de una persona: Que ha nacido de negra y blanco o al contrario. U.t.c.s 2. De color morena.

faculty. Em 1904, Galton, que também foi um matemático brilhante e fundou alguns dos princípios da Estatística, publica *Eugenics, its definition, scope and aims*, para defender que a eugenia produzia vigor. Inspirado em seu primo Charles Darwin argumentava que “que por meio de casamentos *judicious* poderia se produzir uma raça de homens altamente habilidosos” (SCHWARCZ, 2007, p. 60).

Nessa estratégia discursiva sobre raça e seres humanos, havia lugar ainda para um conceito de degeneração que explicasse os desvios do progresso de um povo e acomodasse a teoria de que somente as raças civilizadas e próximas da pureza poderiam ser aperfeiçoadas.

“O amálgama dos conceitos de raça e de ‘elite’ deu à *intelligentsia* internacional novos e excitantes jogos psicológicos com que brincar no grande parque de diversões da história” (ARENDR, 1989, p. 205). Assim, o discurso sobre raça e seres humanos, aproxima-se do conceito de nação, como veremos no próximo item deste capítulo.

3.2 Nação e identidade racial

Outro grande profeta do determinismo, H. Taine (...) foi um dos responsáveis pela transformação que se operou na noção de raça no final do século 19. O conceito era ampliado, já que, além de ser entendido como noção biológica, passava a equivaler à idéia de nação.
(SCHWARCZ, 2007, p. 63)

Embora nos pareça “natural”, o conceito de nação, no sentido de Estado-nação, é historicamente muito recente. Habermas e Hobsbwan concordam que o Estado nacional e o conceito de nação emergem no período entre a independência americana e a Revolução Francesa, para firmarem-se na segunda metade do século 19, com o surgimento dos Estados-nacionais da Itália e da Alemanha.

“A consciência nacional é um artefato”, propõe Habermas (HABERMAS, 2002, p. 133). “As nações são um mito”, conceitua Hobsbawn (HOBSBAWN, 1998 p. 48). E como mito, a ideia de nação captura uma parte significativa da realidade, como ela é e como ela é percebida. Sobre essa base foram construídas as nações modernas, a partir da invenção, da obliteração e da mistura de culturas pré-existentes, construídas do alto, pelas elites, mas amalgamadas com a participação de baixo, do povo, expandindo o significado da política. “A criação da nação criará entre pessoas até então estranhas entre si uma coesão solidária” (HABERMAS, 2002, p. 129). Esse movimento de fundar Estados-nação demandou uma força que fosse capaz de integrar consciências morais,

mas também corações e ânimos. Surge aí a ideologia de nação, o mecanismo que faz parecer-nos natural o conceito de nação.

Mergulhado em um de seus temas de estudos mais caros, Hobsbawn vai buscar na origem semântica da palavra nação a sua origem. Antes da modernidade, como ele prova ao pesquisar diferentes dicionários, ‘nação’ definia apenas grupos dentro de sociedades e, quase sempre, os estrangeiros dentro dessas sociedades (os judeus na Espanha do século 15, por exemplo).

A nação una e indivisa surgirá apenas a partir dos últimos anos do século 18, baseada na ideia de um corpo de cidadãos que habitam um mesmo território e reúnem-se em torno do entendimento de que o interesse comum deve prevalecer ao interesse particular e o bem comum deve ser posto acima do privilégio. Parte fundamental da ideologia liberal, a nação ou Estado-nação deveria ser grande e economicamente viável para que fizesse sentido (no Brasil, essa ideia, como veremos no capítulo 6 desta dissertação vai reforçar o discurso sobre a necessidade de manutenção e expansão ao norte do território brasileiro e também o discurso em favor da abolição da escravidão, considerada pelos pensadores liberais-abolicionistas da época um entrave ao acúmulo de capital para a industrialização).

Vencida a primeira etapa da construção da nação, aquela entre a revolução e o liberalismo, é chegada a hora do que Hobsbawn chamou de protonacionalismo popular. Nesse momento, no início do século 19, já era possível mobilizar certas variáveis de um sentimento de vínculo coletivo existente. São elas a língua (quase sempre a partir da escolha de um dialeto ou da língua das elites já alfabetizadas) e a história, que vão contribuir para uma tentativa de erguer uma comunidade imaginária em torno de um passado comum e uma promessa de futuro.

Outro elemento preponderante do protonacionalismo popular será a religião, em dois aspectos. O primeiro será a invenção de uma gênese divina, como foi feita na Rússia ou na Irlanda, com narrativas que imprimiam uma origem sagrada tanto ao povo como ao território. A segunda, muito comum na América Latina, foi o uso da religião como instrumento de escamoteamento de diferenças étnicas, linguísticas, políticas. “Paraguaios, brasileiros e argentinos desde a independência foram todos, igualmente fiéis filhos de Roma e não podiam distinguir-se como comunidade por sua religião” (HOBSBAWN, 1998 p. 83). Gilberto Freyre, em seu *Casa Grande & Senzala*, chega a elogiar essa política brasileira que fez da religião o ponto de encontro e confraternização entre brancos e negros, como veremos no capítulo 6, item 6.4 desta dissertação.

É nesse momento do protonacionalismo que surge também a busca por uma base étnica comum ou uma idéia de origem tribal, como, por exemplo, para o nacionalismo alemão. A ideia de uma raça ou de uma etnia única terá grande importância dentro das fronteiras dos Estados-nação, nessa criação de um passado comum (ARENDDT, 1989). Como os grandes Estados-nações nascem muito heterogêneos etnicamente para reivindicar uma etnicidade comum, a raça única traz um importante elemento de regulação e estratificação social.

O uso mais comum da discriminação pela cor aparece na história, infelizmente, como aquele que atribui posição social mais elevada dentro da mesma sociedade (...) a etnicidade 'visível' tende a ser negativa na medida em que é muito mais usada para definir 'o outro' do que o próprio grupo (...). Para nós parece óbvio que os membros de nossa 'nacionalidade' tenham um amplo espectro de tamanhos, formas e aparências (...) É apenas para 'eles' que todos somos parecidos.
(HOBSBAWN, 1998, p. 48)

Habermas complementa.

A auto-estilização positiva da própria nação transformava-se agora no eficiente mecanismo de defesa contra tudo que fosse estrangeiro, mecanismo de desprezo de outras nações e de exclusão de minorias nacionais, étnicas e religiosas (...). Na Europa, o nacionalismo vinculou-se de forma muito conseqüente ao anti-semitismo.
(HABERMAS, 2002, p. 129).

No campo ideológico dos Estados, a ideia de raça ganha enorme impulso. Na segunda metade do século 19, na fase que Hobsbawn chamará de “transformações do nacionalismo”, raça e nação na prática, foram usadas como “sinônimos possíveis” (HOBSBAWN, 1998 p. 132).

Na Europa, segundo Habermas, esse conceito de nação (na verdade apenas um artefato da consciência nacional) foi equivocadamente legitimado por sua origem. A partir (ou por causa dele), os Estados nacionais, tanto no período do imperialismo, de 1871 a 1914, e, mais tarde, na ascensão e consolidação do nazismo, esqueceram-se que “os mitos nacionais (e o trato científico e a mediatização propagandística que recebem) são artificiais [e os utilizaram] para mobilizar as massas em favor de objetivos que dificilmente se podem harmonizar com princípios republicanos” (HABERMAS, 2002, p. 133) ou ainda “o racismo recebeu considerável substância 'teórica' [o que] (...) serviu para ocultar a essência destruidora da nova doutrina” (ARENDDT, 1989, p. 214).

No Brasil, essa ligação da temática racial com a construção da ideia de nação encontrará um terreno fértil, como veremos mais à frente, no capítulo 6 desta dissertação. A repercussão dessa ideia por aqui talvez possa ser creditada, ainda que em parte, ao fato de que na “América Latina a colonização ibérica tenha sempre procurado reforçar e institucionalizar um profundo senso de diferença étnica [dividindo a população em] ‘castas raciais’” (HOBSBAWN, 1998, p. 82).

Na ausência de uma herança comum que pudesse ser amalgamada de maneira forte o suficiente para criar coesão social, a construção de uma ideologia de nação demandou diferentes esforços de elaboração de mitos e estratégias discursivas. Em países como os Estados Unidos, a falta da homogeneidade cultural foi compensada com a criação de uma religião civil, em torno das ideias de liberdade e oportunidades para todos. Já no Brasil, a falta de homogeneidade cultural para a estruturação de uma nação demandou a elaboração de um mito mágico fundador.

O fato de a civilização encontrar aqui uma estrutura calcada em princípios aéticos é importante para compreendermos que a formação de um mito nacional em nosso caso não poderia deste modo apelar para sentidos éticos, mas apenas para sentidos mágicos.
(MACIEL, 2007, p. 29)

3.2.1 *A fundatio do Brasil*

Para compreender a fundação da ideia de Brasil, Chauí (2000) nos propõe o conceito de um mito fundador. Diferente da formação, essa, sim, histórica e factual, a *fundatio* ou o mito fundador é “uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Como mito, pode-se repetir indefinidamente. Perene que é, permanece vivo e presente ao logo do tempo.

Para definir o mito fundador de um país chamado Brasil, Chauí (2000) trabalha com o conceito de semióforo, o signo trazido à frente, rastro ou vestígio que pode ser rastreado ou seguido. Para ela, há um semióforo-matriz, a nação, “o objeto de culto integrador da sociedade una e indivisa” (CHAUÍ, 2000, p. 14).

Os primeiros elementos desse mito fundador do Brasil surgem no período da conquista e da colonização e como nos propôs Maciel, são compostos de elementos mágicos. Os elementos são:

a) A visão do paraíso, do país-jardim.

Esse elemento tem sua origem na carta de Pero Vaz de Caminha, uma terra onde em se plantando, tudo dá. Chauí vai chamá-lo de “elaboração mítica do símbolo oriente, a sagração da natureza (...), o reencontro com a origem perdida e o retorno a ela” (Chauí, op. cit, p. 57).

Essa produção mítica do país-jardim, ao nos lançar no seio da natureza, lança-nos para fora do mundo da história (...) Nesse estado de natureza paradisíaco em que nos encontramos, há apenas nós – pacíficos e ordeiros – e Deus, que, olhando por nós, nos deu o melhor de Sua obra e nos dá o melhor de sua vontade.
(CHAUÍ, 2000, p. 63).

b) A sagração da história.

Esse elemento nos imprime mais do que uma História, mas um destino. O Brasil seria, portanto, parte da realização de um plano de Deus ou resultado de uma vontade divina e não o resultado de um processo histórico, de suas contradições, de suas lutas hegemônicas e de suas ideias.

c) As relações sociais na forma do mando-obediência e do favor.

Herança direta de quase quatro séculos de regime escravocrata, a sociedade brasileira é notadamente hierárquica. Porém, marcada por uma “rede intrincada de relações” (CHAUÍ, 2000), onde a convivência é regulada por padrões de relações raciais verticais (no âmbito público, como, por exemplo, nas relações de trabalho, na operação dos aparelhos repressivos do Estado) e horizontais (no âmbito doméstico, por exemplo).

São esses três elementos mágicos (por oposição a elementos político-sociais) que ajudaram a fundar a ideologia do Brasil-nação, essa ideia de um país de riquezas naturais inigualáveis, um dom da natureza e, principalmente um país que desconhece discriminação de raça, por ser mestiço, e reconhece a mestiçagem como padrão de fortificação da raça.

Como toda ideologia, essas construções do caráter nacional “criam obstáculos para o conhecimento da sociedade brasileira [uma vez que] o caráter nacional tem uma ‘plenitude positiva’, uma totalidade de traços coerente, fechada em lacunas” (CHAUÍ, 2000, p. 21). Dentro do esforço de buscar as fraturas dessa aparente plenitude e tentar desvelar, na ideologia do Brasil, as paráfrases e polissemias do discurso sobre as

relações raciais no Brasil, esses três elementos formadores da *fundatio* do Brasil serão cruciais:

- i. se a ideia de país-jardim fundamenta a ideia da inocência paradisíaca, nosso mito fundador nos ensina que no Brasil não há pecados, nem tensões, nem conflitos;
- ii. se nossa história não é história, mas plano divino, destino, o discurso científico e o discurso literário têm espaço para tomar o lugar do discurso histórico, “produzindo o brasileiro como um sujeito-cultural e negando-lhe o estatuto de sujeito-histórico” (ORLANDI, 2008, p. 18);
- iii. a confusão entre a movimentação do sujeito negro brasileiro, esse “Outro” no discurso das relações raciais, segundo os princípios de investigação desta pesquisa, pelos eixos vertical e horizontal da sociedade (CHAUÍ, 2000), somada a um sofisticado sistema de classificação racial e a um vocabulário racial que comporta multiplicidade de termos, é o ponto que alimenta o mito da democracia racial brasileira, que pressupõe igualdade de oportunidades. “Atribuem-se apenas ao passado escravista as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros no Brasil” (BAPTISTA & ROSEMBERG in VAN DIJK, 2008, p. 77). Assim veremos com mais profundidade no capítulo 6 da presente pesquisa, dedicado às estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil.

Neste capítulo, apresentamos uma breve arqueologia do saber sobre o tema das relações raciais nos séculos 18 e 19 até o momento em que o conceito de raça encontra-se com o conceito de nação. Vimos ainda como no Brasil, na ausência das condições dos países europeus para a construção de uma ideia de nação, buscou-se a coesão social a partir de um mito fundador baseado em elementos mágicos: a natureza e deus, somados a uma moral de mando e de mestiçagem que atravessa as relações raciais.

No próximo capítulo, faremos uma breve análise sobre a formação da população negra no Brasil, que nos será importante para compreendermos a relação do Mesmo e do Outro nas relações raciais brasileiras.

Capítulo 4 – O sujeito negro na dinâmica das relações raciais no Brasil

*“Quando você for convidado pra subir no adro da
 Fundação Casa de Jorge Amado
 Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
 Dando porrada na nuca de malandros pretos
 De ladrões mulatos
 E outros quase brancos
 Tratados como pretos
 Só pra mostrar aos outros quase pretos
 (E são quase todos pretos)
 E aos quase brancos pobres como pretos
 Como é que pretos, pobres e mulatos
 E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados (...)
 E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina
 111 presos indefesos
 Mas presos são quase todos pretos
 Ou quase pretos
 Ou quase brancos quase pretos de tão pobres
 E pobres são como podres
 E todos sabem como se tratam os pretos...”*
 CAETANO VELOSO, Haiti

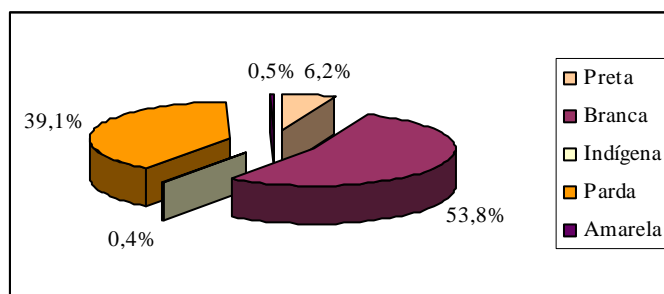
Neste capítulo, vamos falar sobre a formação da população negra no Brasil e apresentar alguns dados sócio-demográficos sobre os negros no Brasil. Vamos também apresentar uma história das políticas de ação afirmativa no mundo e no Brasil, por entendermos que o momento histórico que possibilita esse debate deixa ver uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001) que, ao mesmo tempo, tem implicações e implica nas práticas discursivas sobre as relações raciais no país.

Antes de iniciarmos o capítulo, porém, será importante retomarmos aqui considerações que fizemos no capítulo 1 desta pesquisa em nossas proposições de estudo sobre o Outro na ordem do discurso sobre relações raciais no Brasil. Se vamos falar do discurso sobre relações raciais no Brasil, por que dedicar um capítulo exclusivamente à população negra no Brasil? Porque, como já dissemos, esta pesquisa analisa o discurso sobre as relações raciais no Brasil a partir da idéia de um Outro, sendo esse Outro, nos princípios da presente pesquisa, o sujeito negro brasileiro.

4.1 Uma grande nação negra

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo, depois da Nigéria. São quase 76 milhões de negros brasileiros, segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, em 2000 (de um total de 169.799.170 pessoas residentes no Brasil, 45,3% autodeclararam pardos ou pretos).

Figura 3 – Proporção da população residente por cor ou raça no Brasil em 2000



Fonte: http://www.ibge.gov.br/datas/populacao/populacao_no_brasil.html. Acesso em 01. Abr. 2009.

A origem da população negra em nosso território remonta à primeira metade do século 16, quando deu-se início a uma das maiores empreitadas comerciais da história, o tráfico de seres humanos da África para as Américas.

O Brasil foi a nação que mais “importou” escravos africanos - estima-se que entre 1540 e 1860, 6,35 milhões de negros foram trazidos à força da África para o Brasil (RIBEIRO, 1995, p. 162). Foi ainda o último país das Américas a abolir a escravidão.

Apesar de todo esse contingente humano e de seus impactos na história do país, a quem pergunta sobre as origens ou sobre o discurso sobre o sujeito negro brasileiro a resposta mais frequente pode ser o silêncio. Os arquivos sobre essa gente, sua voz, suas lutas parecem ter sido sempre reprimidos ou, com frequência, simplesmente, apagados. No terceiro aniversário da lei geral de libertação dos escravos, por exemplo, em 13 de maio de 1891, o então conselheiro Rui Barbosa, ministro do Governo Provisório da República, “por motivos ostensivamente de ordem econômica (...) mandou queimar todos os arquivos da escravidão, segundo registra a circular de número 29 do Ministério da Fazenda da República brasileira (FREYRE, 2003, p. 384).

Faltam dados, informações, registros sobre esse enorme contingente populacional que até o início do século 19 era chamado de “estoque”. As estatísticas populacionais e as informações sobre a origem dos negros trazidos ao Brasil são falhas e desconstruídas, o que dificulta as tentativas de construção de suas histórias e contribuições.

Como uma sombra que o país insiste em não enfrentar, a história do sujeito negro brasileiro salta em lacunas, cerca-se de interditos e, como em toda ideologia, é marcada por enunciados apagados a fim de parecer natural. “Ao silêncio sobre esta história e cultura se acrescentam preconceitos e discriminações e, assim, se naturalizou

a ausência desses conhecimentos” (CUNHA JR., 2005, p. 250). Em volta da história do sujeito negro brasileiro há pausas, ou quando muito, mais perguntas que respostas.

Nas últimas décadas, alguns esforços têm sido feitos para romper essa ausência, principalmente graças aos movimentos sociais negros. Ainda que muitas vezes as pesquisas continuem ou a se concentrar em espaços muito específicos (como as práticas das religiões afro-brasileiras) ou, pela natureza dessa história pouca contada, apagada das Constituições ou dos arquivos públicos, as pesquisas optam por se debruçar sobre o imaginário social, como fez Sodré (1999).

Quando não há ausência, há marcas profundas da ambiguidade com que o Brasil parece ter sempre tratado o tema das relações raciais e de seu Outro, como definido nesta pesquisa, o sujeito negro brasileiro.

Algumas vezes, como veremos no capítulo 6 da presente dissertação, quando da apresentação das estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil, o papel do sujeito negro é limitado a uma complementação ao branco, como sugere o sociólogo Roberto da Matta:

o negro possui qualidades ausentes dos brancos e no fato de que um é necessário ao outro. Não é por acaso que a grande religião popular brasileira, a Umbanda, integre no seu panteão figuras poderosas, personagens como os Pretos Velhos, os Zé Pelintras e os Caboclos, respectivamente negros e índios.

(DA MATTA, in SOUSA, 1997)

Ou ainda, como veremos também no capítulo 6 desta dissertação, algumas das mais interessantes e pioneiras pesquisas feitas sobre as origens dos negros brasileiros nas diferentes regiões e povos africanos foram feitas por pesquisadores que também ajudaram a construir o discurso científico sobre os possíveis riscos da mestiçagem e as potenciais necessidades eugênicas de se embranquecer o Brasil a fim de permitir seu progresso.

Sabemos, por exemplo, graças aos estudos do médico baiano Raimundo Nina Rodrigues e de Arthur Ramos, empreendidos nas primeiras décadas do século 20, que os negros escravizados, então chamados de “peças”, começaram a chegar ao Brasil por volta da metade do século 16, ao preço de 25 libras esterlinas, em média, por “cabeça”. Vieram em diferentes levas, formadas por distintos povos africanos, de três principais regiões da África:

- a) dos povos bantos da região congo-angolesa e da Contra-Costa, onde hoje estão o Congo, Angola e Moçambique;
- b) os povos yorubá, nagô, os Dahomey ou daomé, que ficaram conhecidos no Brasil como gegê e os Fanti-Ashanti, chamados no Brasil de minas. Gente feita cativa e escravizada nos territórios onde hoje estão Gâmbia, Serra Leoa e Costa do Marfim;
- c) das regiões islamizadas do que hoje é o norte da Nigéria. Pehul, Mandinga e Haussa eram os povos escravizados e enviados ao Brasil como mão-de-obra escrava. No Rio de Janeiro, foram chamados de alufás e no Bahia, malês.

Essa gente trazia consigo nada além de seus saberes. Aqui, foram os elementos da fundação da empresa escravista no Brasil, os braços, pernas, coração e pulmão da economia e da sociedade colonial e do Brasil Império.

O sistema escravocrata que os fez cativos e explorou, baseado na “vigilância perpétua e na violência atroz” (RIBEIRO, 1995, p. 119), tornou-se também a mão de ferro que fez o que estava a seu alcance para desaculturar e desumanizar essas mais de 6 milhões de pessoas ao longo quatro séculos.

Primeiro, roubou-lhes a língua. A que eles responderão com o aportuguesamento do Brasil. Trazidos de povos diferentes, esses homens e mulheres²¹ vão aprender o português de seus senhores e capatazes, e mais tarde vão usá-lo para se comunicarem entre si e espalhá-lo pelo imenso território brasileiro que percorriam ora trabalhando ora sendo comercializados.

Depois, roubou-lhes a vida. Exaustos, consumidos pela fome, pelas péssimas condições de higiene nas senzalas e por humilhação e tristeza, entre os escravos, a expectativa de vida era curtíssima²². Tal fato não era um problema para o sistema escravista no Brasil. Na verdade, era parte constituinte de sua lógica. Como a população escrava tendia a minguar, era preciso, portanto, repô-la, o que, por sua vez, alimentava o tráfico de gente entre a costa da África e a brasileira. “Ao contrário do que prevaleceu nos Estados Unidos, onde houve regiões que chegaram a especializar-se na criação de

²¹ Ribeiro (1995) calcula a proporção de quatro homens para uma mulher no fluxo de importação de escravos.

²² Alguns estudos citados por Furtado (2007) dão conta de uma vida produtiva de no máximo 10 anos.

escravos, no Brasil sempre prevaleceu uma visão de curto prazo nessa matéria” (FURTADO, 2007, p. 84).

A escravidão também extraiu do sujeito negro seus conhecimentos. Na cultura da cana e, mais tarde do café ou do algodão, suas tecnologias de plantio foram adaptadas e usadas, pelos próprios escravos nas plantações. Na senzala e na casa grande, fez-se uso de seus saberes de saúde e higiene. Nas Minas Gerais, no século 18, serão as técnicas de mineração dos escravos que tornarão possível o desenvolvimento da siderurgia brasileira, uma vez que os portugueses desconheciam o trabalho nas minas e vários povos negros feitos escravos no Brasil dominavam sofisticadas técnicas de mineração (FURTADO, 2007).

Por último, a escravidão vai tentar tirar-lhes seus símbolos. Aí, será menos eficaz. Cada um desses povos vindos da África trouxe sua contribuição e suas histórias, suas crenças e religiões. Sempre perseguidas, destruídas ou ignoradas pelas classes dominantes, encontrarão abrigo e significado nos muitos e permanentes lugares criados a partir dos movimentos de resistência que o sujeito negro empreenderá por todo o território brasileiro: os terreiros de candomblé, os quilombos (espalhados da Serra da Barriga, em Alagoas, onde se ergueu Palmares, por todo o Brasil, de norte e sul e de leste a oeste), as rebeliões (como a dos malês na Bahia e dos bantos em Minas Gerais e em São Paulo), a luta pela escravidão, que ganhou maior força e amplidão depois da Guerra do Paraguai, onde, estima-se, entre 40 e 50 mil negros brasileiros soldados morreram, de um total de 50 mil a 60 mil brasileiros mortos na guerra (DORATIOTO, 2002).

Porém, toda essa resistência do sujeito negro brasileiro demorou a fazer estremecer e ceder o modelo econômico-social erguido em torno da escravatura. Nem Palmares e seus 30 mil negros aquilombados, nem a falência da produção do ouro em Minas Gerais, no início do século 19, foram capazes “de criar fricções sociais de maior vulto” (FURTADO, 2007, p. 133) que colocassem fim de uma vez por todas no regime de escravidão. Ao contrário do que aconteceu na Austrália - com o esgotamento das lavras minerais -, ou no Haiti - com o colapso da produção de cana, quando em 1789, 500 mil escravos declararam a independência do primeiro país livre nas Américas -, o sistema brasileiro guardou, por anos, sua estrutura.

Afinal, era forte o amálgama que mantinha firme o sistema escravagista no Brasil, uma liga baseada em eficientes estratégias políticas, sociais e simbólicas. No campo político, a escravidão manteve coesas as classes dirigentes do norte e do sul da

colônia e depois do Brasil Império, unidas que estavam em torno da manutenção do tráfico de escravos e do direito de propriedade sobre os negros. No campo da repressão, a lógica era aplicar uma violência dizimadora contra quilombolas e rebeldes. No campo social, o alicerce do sistema eram as complexas relações horizontais (HASENBALG, 2002)²³ da casa-grande, também marcadas por violências e abusos constantes, mas também por traços de apadrinhamento e privilégios aos “bons negros”. No campo simbólico, a religião católica era a viga que, ao mesmo tempo em que era professada por boa parte dos negros escravos, afirmava, apoiava e praticava a escravidão (FURTADO, 2007). Aos padres, cabia apenas a tarefa de lembrar aos senhores as necessárias moderações no uso da força, da violência e da repressão por duas razões. A primeira, para que o escravo não perdesse seu valor de troca. A segunda tinha como objetivo diminuir as possibilidades de revoltas escravas na escala de Palmares. Como nos conta Furtado (2007) como os jesuítas aconselhavam os senhores de engenho, no começo do século 18:

aos feitores de nenhuma maneira deve se consentir o dar coice, principalmente na barriga das mulheres, que andam peçadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir na cabeça a um escravo de préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo. Repreendê-los, e chegar-lhes com um cipó nas costas com algumas varadas, he o que se lhes póde, e deve permitir para ensino²⁴.
(SIMONSEN, 1957 apud FURTADO, 2007, p. 84).

Mas o sistema cedeu, enfim. A escravidão chegou ao fim em 13 de maio de 1888, depois de um longo processo iniciado em 1831, internacionalmente sob a pressão dos ingleses pelo fim do tráfico de escravos, internamente pela ruína financeira do sistema baseado na monocultura e na escravidão, sufocado por suas dívidas e ainda pela pressão de movimentos negros, reforçada a partir do importante papel que os escravos tiveram na Guerra do Paraguai.

Um ano e meio depois de sua abolição, foi a vez de ruir o regime monárquico. Em 15 de novembro de 1889, o Brasil tornou-se uma República. Porém, continuou incapaz de separar hierarquia social e pertencimento étnico e de fundar esse artefato

²³ Citando a pesquisa de Lívio Sansone, Hasenbalg define o que chama de complexas. Em sua pesquisa sobre as relações raciais na vida cotidiana em Salvador, Bahia, Sansone (1993) delimitou as áreas nas quais a cor das pessoas assume maior ou menor importância na orientação das relações sociais, distinguindo áreas duras –onde ser negro é uma desvantagem - e áreas moles – onde ser negro não é uma desvantagem. “As áreas duras são as do trabalho, particularmente a procura do trabalho, o mercado matrimonial e da paquera e os contatos com a polícia. As áreas moles (...) estão vinculadas ao domínio do lazer, mas incluem também a Igreja Católica, as igrejas de crentes e os círculos espíritas” (HASENBALG in MAIO & SANTOS, 1996, p. 242)

²⁴ Furtado manteve a grafia original de Simonsen (1957).

moderno, uma consciência de cidadania para todos, construída a partir de políticas, de símbolos e signos. “Os ex-escravizados, ainda que judicialmente livres, não foram chamados cidadãos, mas ‘libertos’” (CUNHA, 2005, p. 221).

A então recente República brasileira optou por três linhas de ação com relação a esses “libertos”:

- a) não adotou uma legislação específica de segregação étnico-racial;
- b) não desenvolveu uma política específica de integração dos negros libertos;
- c) incentivou a imigração europeia movida por duas razões: resolver o problema de escassez de mão-de-obra e promover o branqueamento da população (os negros representavam então cerca de 20% do total da população brasileira, segundo Ribeiro (1985).

O braço livre e desejado era o braço estrangeiro, sem mácula, não o braço do liberto ou do negro degradado pela escravidão. Esse, ao contrário, passava a ser considerado em si mesmo, independente do sistema escravocrata, como causa de ociosidade, marasmo, dissolução. O que fora fruto da escravidão passava a ser confundido com sua causa e tido como fator de imobilismo e atraso.
(CARDOSO, 1962, p. 222).

Quando o braço estrangeiro “imaculado” chega principalmente às lavouras de café de Minas e de São Paulo e aos centros de colonização no sul do país, os negros, principalmente aqueles ocupados em ofícios urbanos, como o comércio e serviços, são rapidamente deslocados pelos imigrantes e relegados a um plano econômico e social menor. Como os censos demográficos no Brasil, entre 1900 a 1930, não incluíram o quesito cor, é difícil obter maior aprofundamento sobre os processos de incorporação de negros e mulatos no mercado de trabalho, mas há evidências fragmentadas que mostram que, por exemplo, em São Paulo...

... os imigrantes monopolizaram (...) as oportunidades de avanço econômico e mobilidade social, e (...) o conseqüente deslocamento de negros e mulatos para ocupações periféricas da economia capitalista em expansão, pode ser generalizado para o resto do Sudeste.
(HASENBALG, 2005, p. 169).

Assim, o período logo após a abolição e a proclamação da República apenas definem a passagem, na ideologia do Brasil-nação, “da raça biológica para a raça social, do racismo da escravidão para o da exclusão” (CUNHA JR., 2005, p. 250).

Em 1940, a taxa de alfabetização de pessoas de cinco anos de idade e mais no Brasil era de 46,9% entre os brancos e de 22,6% para não-brancos. Dez anos depois, essas taxas tinham mudado para 52,7% no grupo branco e 25,7% no grupo negro. Se considerados os níveis de escolaridade superior, em 1940, a taxa era de 9,6% entre pessoas brancas e 1,5% para negros. Em 1950, a mesma taxa era de 24,8% para negros e 5,7% para negros. (HASENBALG, 2005, p. 169).

Mais de 50 anos depois do período analisado por Hasenbalg, as desproporções seguem bastante parecidas.

4.2 O sujeito negro no Brasil hoje

No Brasil hoje, como há seis décadas, nas mais diversas esferas da sociedade brasileira, seja no campo do trabalho, da educação, da saúde, da segurança pública, da habitação, do acesso à terra, são evidentes as iniquidades nas relações sociais no país se tomadas pelo viés das relações raciais.

Segundo dados do IBGE do ano 2000, a população negra no Brasil, composta por pessoas que autodefinem-se negras ou pardas, representa 45,3% (PNAD) da população brasileira.

Se analisados quaisquer critérios sociais, os negros estão super-representados naqueles que podemos considerar “negativos”, como pobreza, analfabetismo e sub-representados nos critérios que podem ser considerados “positivos”, como nível de escolaridade, por exemplo. Vejamos.

Entre os pobres e indigentes, os negros representam 63,6% dos pobres brasileiros e 68,8% dos indigentes, segundo as categorias de classificação do IBGE²⁵. Ainda segundo o IBGE, trabalhadores assalariados com Ensino Superior no Brasil recebem, em média, R\$ 2.000; entre os negros, a remuneração média é de R\$ 1.278.

No acesso à educação, entre as 660 mil crianças de sete a 14 anos de idade que estavam fora da escola em 2007, 68% eram negras. Também o índice de analfabetismo afeta de maneira mais grave as populações negras. A taxa de adultos maiores de 15 anos que não sabem ler ou escrever entre brasileiros que se autodeclararam brancos era de 7,2%, em 2004, e entre os adultos que se autodeclararam negros, o índice era de 16,2%. Na Educação Superior, as desigualdades são ainda mais nítidas. Em 2004, 35,6% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos estava matriculada em instituição de

²⁵ Dados do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, in <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 13 fev.2009.

nível superior. Entre as pessoas autodeclaradas brancas, esse índice era de 37,3%, entre as negras, 4,9%.

Na área da saúde, os dados seguem apontando desigualdades. O risco de morte por doenças infecciosas e parasitárias era 60% maior para as crianças negras com menos de cinco anos se comparada com as crianças brancas, segundo o Ministério da Saúde, com informações recolhidas no ano de 2003²⁶.

Se analisada a categoria de vítimas de violência policial, ainda segundo dados do IBGE, vemos que 70% das pessoas mortas pela polícia entre 1993 e 1996, eram negros.

Os dados sócio-demográficos brasileiros parecem demonstrar, portanto, o que definiu Guimarães (1996): embora no Brasil, existam numerosos termos para além da dicotomia branco-negro, as coordenadas das relações raciais têm significados sociais e econômicos.

4.3 Uma nova categoria de políticas, as políticas públicas de ação afirmativa

No início do século 21 no Brasil emerge na agenda pública brasileira o debate sobre políticas de ação afirmativa. “As chamadas políticas de ação afirmativa visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (MUNANGA, 1996).

O debate sobre as políticas de ação afirmativa ajuda a consolidar as primeiras políticas oficiais de ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira. Como veremos mais adiante, o tema das ações afirmativas tem grande impacto na prática discursiva sobre as relações raciais no Brasil. Vejamos, por agora, um pouco de sua história.

Ao contrário do que mais comumente se reporta na mídia e do que o senso comum apropriou-se, as políticas públicas de ações afirmativas não têm origem nos Estados Unidos. O conceito de ação afirmativa surge na Índia, em 1919, a partir de uma proposta do economista, jurista e historiador, B. R. Ambedkar²⁷. Membro da casta intocável, Ambedkar entendeu que o processo de independência da Índia, então colônia britânica, seria ideal para colocar fim ao milenar regime de castas. Para isso, seria fundamental estabelecer políticas públicas diferenciadas e constitucionalmente

²⁶ UNICEF, *Situação da Infância e Adolescência Brasileira*. Brasília, UNICEF, 2005.

²⁷ Curioso notar que Sodré em seu *Claros e escuros – Identidade, povo e mídia no Brasil* vai situar na tradição hindu um interessante conceito de identidade fora do quadro epistemológico não-ocidental.

protegidas que dariam às castas inferiores acesso à educação, a serviços de saúde e a outros serviços públicos em caráter diferencial, o que beneficiaria, segundo estimativas do próprio Ambedkar, cerca de 60% da população indiana e permitiria a construção de um horizonte de equidade na Índia independente. Assim, o *Plea for separate electorate for the depressed classes* é considerado hoje o documento fundador das políticas de ação afirmativa, naquele momento chamadas de “reservas”.

A proposta foi rejeitada pelo líder do movimento pela independência indiana, Mahatma Gandhi, que acreditava que qualquer tentativa de se mudar o sistema de castas, dividiria a Índia e levaria à guerra civil. Porém, em busca de apoio para o movimento de independência, os nacionalistas indianos pediram a Ambedkar que redigisse os dois capítulos da Constituição indiana que instituíram um sistema de reservas no novo marco legal daquele país.

Na segunda metade da década de 50 do século 20, países como Gana e Guiné, então recém-independentes, também instituíram políticas de ação afirmativa, numa tentativa de formar quadros nacionais para o funcionalismo público e dentro das universidades, então quase totalmente ocupados por europeus. A ideia das políticas públicas de ação afirmativa chegou também a países como a Malásia, que, em 1971, instituiu por lei um complexo sistema de cotas para garantir aos malaio acesso a quadros do funcionalismo público e das universidades dominados pela minoria chinesa. Em 2003, após a avaliação do governo malaio do êxito das políticas de ação afirmativa, a lei foi revogada.

Na década de 60, os Estados Unidos foram o primeiro país industrializado a adotar um sistema de cotas, fruto do movimento de luta pelos direitos civis. Stephen Steinberg cita comentário do presidente norte-americano Lyndon Johnson sobre a lei que dava maior participação eleitoral aos negros americanos, aprovada em 1965:

A liberdade em si não é nada. Para se extinguirem os traços de feridas seculares, não basta dizer: Pois bem, vocês estão livres (...) Quando alguém passou anos agrilhado, para se fazer justiça, não basta livrá-los das correntes e lhe dizer: ‘Vai, você está livre para competir com os outros’. O que desejamos é a liberdade acompanhada das oportunidades reais de exercê-la, a fim de que a igualdade não seja um princípio abstrato, mas uma realidade tangível.

(STEINBERG, 1996, in SODRÉ, 1999, p. 161)

Para alguns estudiosos das políticas de ação afirmativa, sua oficialização nos Estados Unidos “aprofundou a democracia norte-americana” (WEDDERBURN, 2005,

p. 318). A adoção de políticas voltadas às populações negras fez com que outros segmentos sociais, tanto nos Estados Unidos como em outros países, passassem a reivindicá-las. A partir dos anos 70, o conceito de “cotas corretivas” incorporou-se ao arsenal de luta feminista na Europa, com implicações para o resto do mundo. Em 1995, a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher das Nações Unidas, realizadas em Beijing, propugnou, pela primeira vez, a adoção de cotas para mulheres para cargos eletivos e funções públicas, em escala mundial.

Nos anos 90, o conceito das políticas de ação afirmativa amplia-se e a Comunidade Europeia incorpora o conceito de “paridade representativa”. A França, apesar do acalorado debate interno sobre políticas públicas de caráter universalista e a focalização de políticas imposta pelas ações afirmativas, é o primeiro país a obrigar os partidos políticos a destinar 50% das vagas eleitorais a candidatas mulheres, reconhecendo que era preciso “proporcionar tratamento diferencial aos que historicamente foram tratados de maneira desigual” (WEDDERBURN, 2005, p. 320). Na América Latina, as cotas de gênero para os partidos políticos também são estabelecidas (para o Brasil, a cota é de 30% das vagas). Grupos de pessoas com deficiência também reivindicaram e conquistaram espaços de cotas no que diz respeito à legislação trabalhista.

Porém, na mesma América Latina, lembra Wedderburn, a mera menção de cotas em favor de grupos por características étnico-fenotípicas (são 150 milhões de afro-descendentes e 130 milhões de indígenas na região), “provoca uma verdadeira cruzada contrária, vinda dos mais diversos setores da sociedade” (WEDDERBURN, 2005, p. 323). Os argumentos contrários às políticas de ação afirmativa concentram sua argumentação na premissa de que a implementação dessas medidas resultaria em fissuras na delicada e monumental obra da coexistência inter-racial harmônica.

Para contrapor-se a esses argumentos, é preciso buscar consensos e retomar a história. Essa foi, por exemplo, uma das propostas da 3ª Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001.

Durban nos parece um marco importante e está referenciada na presente pesquisa por ter sido a primeira das conferências sobre o racismo a tratar do tema das relações raciais de maneira mais ampla e mundializada (as duas conferências sobre racismo precedentes, realizadas em 1978 e 1983, foram dedicadas a tratar sobre temas específicos como a aplicação da política do "apartheid", exercida pelo governo da

África do Sul, e ao sionismo). Na conferência de Durban, promovida pelas Nações Unidas, participaram mais de 16 mil pessoas, segundo a ONU, representando 173 países e mais de 4 mil organizações não-governamentais²⁸. O documento final do encontro, afirma que a escravidão e o tráfico de escravos foram crimes contra a humanidade. Além de políticas de ação afirmativa, o mesmo documento exorta as nações a promover a inclusão no currículo educacional da história e da contribuição dos africanos e seus descendentes, levados como escravos a outras regiões do mundo, principalmente às Américas e ao Caribe.

4.3.1 As políticas públicas de ações afirmativas no Brasil

O reconhecimento pelo Estado brasileiro de que o país tem mecanismos discriminatórios com relação às populações negras é muito recente.

Apenas em 1995, pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu serem necessárias ações de Estado para corrigir parte decisiva das distorções resultantes desses mecanismos discriminatórios. Era 20 de novembro e o então presidente Fernando Henrique Cardoso estava na cidade de União dos Palmares, a 9 quilômetros de onde se instalou, durante quase todo o século 17, o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, estado de Alagoas. Comemoravam-se os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e Cardoso...

...reconheceu que há preconceito no país e disse que o governo não pode resolver a situação "com uma penada". O presidente propôs, depois de dizer que "começou a vida" estudando o preconceito contra os negros no país, uma cruzada contra o preconceito. "Nós devemos nos armar de vontade de combater, sem demagogia, aquilo que ficou da cultura escravocrata", afirmou.

(CIPOLA, A. *Folha de S. Paulo*, 21 de novembro de 1995).

Naquele mesmo dia, o governo federal instituía o *Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra* (GTI) que tinha, entre suas tarefas, a discussão, elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à população negra. Seis meses depois, o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 13 de maio de 1996 passou a incorporar parte das reivindicações dos movimentos negros e propôs a adoção de "políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra" (PNDH 1996), com foco, principalmente, em ações afirmativas para o acesso de pessoas negras ao ensino superior e ao ensino profissionalizante.

²⁸ Em www.un.org. Acesso em 26. Mar. 2009.

As bases históricas dessas reivindicações podem ser encontradas, principalmente, a partir do final da década de 1970. Naquela época, pesquisadores como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, apoiados em dados quantitativos e numa visão crítica da teoria da modernização do Brasil, começaram a contestar interpretações de que o racismo à brasileira teria natureza pré-moderna – uma vez que se trataria de um resquício da herança escravocrata e, como tal, tendente a desaparecer com o surgimento de uma sociedade capitalista, democrática, aberta e competitiva - e de que o desafio da equidade no Brasil estaria mais atrelado à categoria de classe que à categoria de raça. Para Hasenbalg (in MAIO & SANTOS, 2005), preconceito e discriminação no Brasil teriam sofrido alterações após a abolição da escravidão para assumir novas funções e significados dentro da estrutura social capitalista. Assim, não haveria incompatibilidade entre racismo e industrialização.

Nesse mesmo período, lideranças negras brasileiras organizaram-se tanto em torno da luta pela democracia no Brasil quanto da luta anticolonial na África de fala portuguesa. Em 1978, algumas dessas lideranças criam o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Porém, como o país ainda vivia sob a ditadura militar, as possibilidades de ação desses movimentos em defesa dos direitos das populações negras estavam bastante limitadas.

Ao longo da década de 1980, com o fim do regime militar, os movimentos negros, paralelamente à agenda da redemocratização do país, atuam também na luta contra o racismo. Na Assembleia Constituinte, instalada entre 1986 e 1988, advogam pelo reconhecimento da diversidade, pelos direitos à equidade e à terra pelas populações quilombolas. Sua maior conquista foi aprovar o inciso XLII do artigo 5o da Constituição Federal de 1988 que torna o racismo um crime inafiançável e imprescritível. No âmbito da cultura, a criação da Fundação Palmares é um marco importante. Na academia, há avanços importantes na institucionalização dos estudos raciais, com a criação de centros e núcleos voltados para pesquisas no âmbito da demografia, da educação, do mercado de trabalho, do nível de renda, dos casamentos inter-raciais, etc.

Mas foi em setembro de 2001, com a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, organizada com apoio das Nações Unidas, na África do Sul, que o debate das ações afirmativas tomou forma de política pública no Brasil. Os efeitos de Durban se fizeram sentir no Brasil de imediato.

Em 21 de março de 2003, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Depois de 14 meses, em 20 de maio de 2004, Lula da Silva envia ao Congresso Nacional o projeto de lei número 3.627 que “institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências”.

Logo depois do envio da lei, universidades começam a adotar as políticas de ação afirmativa e sistemas de cotas. No ano de 2004, a Universidade de Brasília é a primeira instituição federal de ensino a ter o sistema de cotas, adotando o critério de autodeclaração racial. No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa estabeleceu porcentagem das vagas para pretos e pardos nas universidades estaduais. Outros programas se seguiram. Seguiu-se também enorme polêmica.

Neste capítulo mostramos alguns dados e lacunas de informações sobre o sujeito negro no Brasil, vimos como se formou a população negra no Brasil, a partir das relações estabelecidas pela escravidão que sustentou o Brasil durante três séculos e meio, e como essa população foi deliberadamente relegada a um segundo plano depois da abolição e das políticas de incentivo à imigração europeia e como essas políticas têm impactos na configuração econômico-social do Brasil hoje. Apresentamos ainda um histórico sobre as políticas de ação afirmativa no mundo e no Brasil, um Estado que somente reconheceu oficialmente a existência de discriminação por critérios étnico-fenotípicos em 1995.

Capítulo 5 - O discurso sobre o racismo na primeira década do século 21

Neste capítulo vamos ver qual o lugar e as principais estratégias discursivas sobre as relações raciais na atualidade, a partir das propostas conceituais de Michel Wieviorka e da análise das estratégias discursivas sobre racismo, principalmente no discurso midiático, do pesquisador holandês Teun A. Van Dijk.

5.1 Raça, uma construção político-social

O racismo é um objeto de estudo do campo das relações raciais. Aqui vamos localizá-lo na prática social contemporânea.

O discurso sobre raça e racismo transformou-se consideravelmente ao longo da História. É grande a distância entre suas expressões clássicas (abordadas no capítulo 3 desta dissertação), vinculadas à ciência, e suas formas contemporâneas, que se referem cada vez mais à ideia de diferença.

Hoje, à luz da ciência genética, sabemos não fazer mais sentido falar em raça. Baseada nos estudos sobre o mapeamento genético humano, a biologia derrubou quaisquer tentativas de se falar biologicamente de raça, uma vez que não há diferenças genéticas significativas entre um ser humano e outro que justificasse o conceito.

Porém, no campo da sociologia, da ciência política, dos estudos da comunicação, o racismo é um fenômeno de forte e grande presença, exatamente porque em suas formas contemporâneas, o racismo trata da relação entre pessoas.

le racisme consiste à caractériser un ensemble humain par des attributs naturels, eux-mêmes associés à des caractéristiques intellectuelles et morales qui valent pour chaque individu relevant de cet ensemble et, à partir de là, à mettre éventuellement en oeuvre des pratiques d'inferiorisation et d'exclusion.

(WIEVIORKA, 1998, p. 7)²⁹.

Para Wieviorka, o racismo hoje, na Europa (seu campo de estudo e observação) está ligado à expansão dos movimentos migratórios, principalmente de pessoas vindas para a Europa de países que são ex-colônias europeias.

Para estudá-lo e tentar compreendê-lo, Wieviorka vai então situar o racismo fora do quadro das ciências biológicas e genéticas. Sua proposta de aproximação vem da

²⁹ “O racismo consiste em caracterizar um conjunto humano por seus atributos naturais, eles mesmos associados a características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo pertencente àquele grupo e, partir daí, a colocar eventualmente em ação práticas de inferiorização e de exclusão” (versão livre de minha autoria).

tradição da pesquisa anglo-saxônica, que nos abre a possibilidade de se falar de relações raciais (*race relations*), como vimos no capítulo introdutório desta dissertação.

O sociólogo vai, então, diferenciar os princípios de inferiorização e diferenciação do racismo. Wieviorka conceitua segregação e discriminação:

a) segregação: opera por uma lógica de diferenciação (como o *apartheid* sul-africano ou o racismo nas periferias negras de Chicago, nos Estados Unidos, onde a segregação está atrelada à exclusão social);

b) a discriminação: opera por uma lógica de hierarquização. “Elle apparaît aussi dans la façon dont les groupes victimes du racisme sont traités dans les médias (...) lorsqu’ils sont oubliés, méconnus³⁰”, diz Wieviorka, citando a obra de Ralph Ellison, *The Invisible Man*, sobre o negro americano, publicado nos Estados Unidos, em 1952. Em Ellison, o sujeito negro ora não aparece ora está presente e é um ser violento e perigoso.

Ele também questiona a influência da mídia europeia no fenômeno do racismo, ao afirmar que os meios de comunicação insistiriam em produzir e difundir “de la haine ou des préjugés racistes”³¹ (WIEVIORKA, 1998, p. 10) para analisar a produção contemporânea do racismo nas sociedades europeias e sua relação com a imigração de trabalhadores, a crise de instituições como a escola, os debates e controvérsias em torno do anti-racismo e as possibilidades de políticas específicas.

Outro importante nome na pesquisa sobre racismo e discurso hoje é o holandês Teun Van Dijk. Em suas pesquisas feitas principalmente na Europa, mas também nos Estados Unidos, Van Dijk tem concluído que a exclusão e a marginalização das minorias hoje na Europa resultam do limitado acesso dessas minorias a bens socioeconômicos e simbólicos (portanto ao discurso e aos espaços comunicativos). Van Dijk aponta que essas minorias, geralmente, não estão presentes nos governos e legislativos nacionais, na mídia, e estão pouco presentes na academia e no mundo corporativo. Estão, portanto, pouco representadas nos discursos desses campos sociais.

³⁰ “Ela aparece também numa maneira na qual os grupos vítimas do racismo são tratados na mídia (...) quando são esquecidos, pouco conhecidos” (versão livre de minha autoria).

³¹ “O ódio ou os preconceitos racistas” (versão livre de minha autoria).

5.2 Estratégias discursivas

Na mídia britânica, por exemplo, após um longo estudo sobre as notícias sobre imigrantes no Reino Unido, Van Dijk concluiu que essa ausência nos espaços discursivos se traduz, no discurso midiático, na contraposição do “nós” (os britânicos, retratados como tolerantes e valentes) com o “eles” (os migrantes, retratados como criminosos, fraudadores, invasores ou assassinos”).

Esse discurso da mídia, para Van Dijk, tem uma característica de dominância. Uma de suas estratégias mais recorrentes é a negação.

definir de forma persuasiva o status quo étnico como “natural”, “inevitável”, ou até mesmo democrático, por exemplo, através da negação da discriminação ou racismo, ou através da desracialização (*de-racialising*) da desigualdade através de redefinições em termos de classe, diferença cultural. (VAN DIJK, 2008, p 96).

Para Van Dijk, as estratégias discursivas de negações do racismo têm suas subestratégias. A autorrepresentação, por exemplo. Ela é usada quando os locutores do discurso hegemônico ou “ideologias oficiais” (VAN DIJK, 2008) se sentem ofendidos se e quando percebidos como racistas. Suas expressões típicas nesses casos são, “não somos racistas”, em situações individuais, ou “não somos uma sociedade racista”. A autorrepresentação é, assim, uma defesa.


A base semântica da negação é a verdade como vista pelo escritor. Portanto, a negação do racismo na imprensa pressupõe que o jornalista ou colunista creia na natureza essencialmente tolerante de seu próprio grupo ou país em relação às minorias. Assim, a auto-representação positiva é um importante movimento no discurso jornalístico, e deve ser vista como negação argumentativa das acusações de anti-racistas. (VAN DIJK, 2008, p. 177).

Outra estratégia importante, dentro da estratégia de negação, é também usada por quem é acusado de racismo de acusar por racismo. Van Dijk a chama de reversão. Nesses casos, “a pessoa que acusa o outro de racista é, por sua vez, acusada de racismo às avessas, de ser (...) intolerante, e de ‘estar vendo racismo onde ele não existe’” (VAN DIJK, 2008, p. 159).

Ele classifica os tipos de negação ao racismo:

- a) a negação do ato (“Eu não fiz/ não disse isso”);
- b) a negação do controle (“foi um acidente”).

Figura 4 – “Erramos”

 <p>Murdoch pede desculpas</p> <p>‘Nós erramos’, diz dono do ‘New York Post’</p> <p>• NOVA YORK. O presidente do conglomerado de mídia News Corp., Rupert Murdoch, pediu desculpas ontem pela publicação no jornal “The New York Post” de uma charge interpretada como uma piada racista ao presidente Barack Obama. Num editorial na primeira pessoa e publicado na página 2 do próprio Post, Murdoch assumiu a culpa junto com o jornal.</p> <p>“Nós erramos na semana passada. Publicamos uma charge que ofendeu muita gente. Hoje gostaria de me desculpar pessoalmente a todos os leitores que se sentiram ofendidos, ou mesmo insultados”, disse.</p> <p>A charge mostrava dois policiais atirando num chimpanzé e dizendo: “Vão ter que encontrar outro para redigir o próximo pacote de estímulo”, numa alusão a um macaco morto pela polícia em Connecticut depois de um ataque de fúria e ao pacote econômico desenhado por Obama.</p>	<p>Na edição de 24 fev.2009, <i>O Globo</i> reproduz charge do jornal <i>New York Post</i>, na qual dois policiais atiram em um chimpanzé e dizem “eles terão que encontrar outro para escrever o projeto de lei do estímulo [econômico]”. A charge dá margem à interpretação de que o chimpanzé é uma alegoria do presidente Barack Obama. “Nós erramos”, desculpou-se o inglês Rupert Murdoch, dono do jornal, na semana seguinte à publicação da charge.</p>
--	---

- c) a negação da intenção (“eu não quis dizer isso”);
- d) a negação do propósito (“eu não disse isso para...”).

Uma outra estratégia identificada é que o discurso do racismo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, reserva o conceito de racismo e racistas para os outros (muitas vezes em acusações mútuas ou a outros países/regiões do mundo), como as referências pelos europeus ao *apartheid* na África do Sul ou à escravidão nos Estados Unidos, em um exercício de autoexaltação nacionalista.

Há ainda uma outra estratégia, a de explicar fenômenos que poderiam ser classificados de racismo como incidentais ou individuais ou caracterizá-lo como um fenômeno temporário.

O fato é que “quanto mais flexível for o sistema de desigualdade, mais difícil será lutar contra ele (VAN DIJK, 2008, p. 167).

No Brasil, vamos analisar o discurso sobre as relações raciais hoje dentro da análise proposta para esta pesquisa, buscando as estratégias discursivas sobre relações raciais no Brasil e seus possíveis ecos no discurso de opinião do jornal *O Globo*.

Neste capítulo, vimos como os sociólogos Michel Wieviorka e Teun Van Dijk situam hoje o discurso sobre relações raciais. Para além da visão científico-biológica do

racismo, raça é entendida como uma construção social, que continua a ter importantes efeitos nos discursos hegemônicos e nas ideologias oficiais. Na mídia, as cadeias discursivas sobre o tema têm características específicas.

No próximo capítulo, vamos nos debruçar sobre o arquivo definido para esta pesquisa sobre o discurso sobre as relações raciais no Brasil desde sua fundação como ideal de país.

Capítulo 6 - As estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil

Neste capítulo vamos identificar as estratégias discursivas (EDs) sobre as relações raciais no Brasil. Seguimos aqui nossa proposição de buscar efeitos de sentido no discurso sobre as relações raciais a partir de seu Outro, o sujeito negro brasileiro. Para localizar este Outro, nos perguntaremos quais os enunciados sobre o sujeito negro brasileiro nos acontecimentos discursivos ao longo do processo de construção do caráter e da identidade nacional, base da ideologia do Brasil-nação? “Pela análise do discurso, perguntamos: ao dizer *isto*, o que estão fazendo?”³² (ORLANDI, 2008, p. 140).

Vamos retomar aqui a definição de enunciado de Foucault, que apresentamos no capítulo 1 desta dissertação. São os enunciados sobre as relações raciais no Brasil e sua particularidade de poder ser repetido que vamos buscar neste capítulo: como as escolhas efetuadas relacionam-se com a constelação geral do discurso sobre o Brasil-nação e sobre as relações sociais e econômicas no país.

Todo esse jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um dado discurso, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos”
(FOUCAULT, 1987, p. 74).

As EDs são fundamentais para nossa interpretação sobre o discurso sobre as relações raciais no Brasil, sobre como se deu e se dá a construção de identidades sociais e posições de sujeito e de relações sociais. Quem é, afinal, esse Mesmo e seu Outro, quais os seus papéis?

Uma observação importante. Enquanto tratarmos das EDs, vamos utilizar um recorte de delimitação histórica. Não perderemos de vista, em nenhum momento da presente pesquisa, o conceito de discurso que implica movimento, a ideia de continuidade de Porto (2002). Porém, neste capítulo sobre as estratégias discursivas usaremos as séries e os encadeamentos histórico-temporais para vermos emergir os encadeamentos discursivos de Foucault (1987), para deixar falar os enunciados.

³² Grifo do texto original.

6.1. Por um tecido de historicidade

“A raça negra nos deu um povo. (...); ela construiu o nosso país” (NABUCO, 1988, p. 37), escreveu em 1883 Joaquim Nabuco na mais representativa obra de seu pensamento, *O Abolicionismo*. Desde que o Brasil começou a ser gestado como nação, no século 19, a construção de uma ideologia do Brasil-nação, como vimos no capítulo 3 desta dissertação, ocupou-se das relações raciais como uma das bases fundantes de um ideal de país.

Buscamos as diferentes estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil a partir do caminho metodológico que nos propusemos para esta pesquisa:

- a) Observamos e percebemos que era preciso identificar no tempo o tecido de historicidade do discurso sobre as relações raciais no Brasil;
- b) A partir da mediação teórica da Análise do Discurso, percebemos ainda que os efeitos de evidência sobre o discurso das relações raciais no Brasil poderiam ser identificadas ao longo do processo da construção da ideia do Brasil como nação ou a ideologia do Brasil. Aí encontramos um dispositivo analítico que seria combinado com os pressupostos da AD, principalmente de sua Escola Francesa;
- c) Optamos, então, em nossa tarefa de analista, por seguir a proposta de caracterização cronológica de Chauí (2000) no eixo da construção do caráter nacional e da busca por uma identidade nacional que nos possibilitou a identificação de estratégias discursivas que foram numeradas e nomeadas. “A memória é necessariamente um espaço móvel de divisões disjunções, descolamentos e retomadas, conflitos e regularização, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, in ORLANDI, 2008);
- d) Essas estratégias discursivas construíram e ao mesmo tempo foram construídas, portanto, a partir de acontecimentos históricos que marcaram momentos de tensão no frágil equilíbrio do poder hegemônico no Brasil.

São quatro as estratégias discursivas que identificamos:

- i. O sujeito negro coisificado, definido pela instituição da escravidão. Essa formação define e é definida pelos quase 70 anos da formação do Brasil como Estado-nação independente (de 1822 a 1888) e é, em seu fim, impactada pela abolição da Escravatura e a Proclamação da República;
- ii. O sujeito negro como elemento de uma mestiçagem negativa, vista como doença ou atraso, que precisa ser “resolvida” pelo embranquecido a partir do estímulo à imigração europeia. Nesse momento, que vai do final do século 19 até a década de 30 do século 20, o Brasil é marcado por uma incipiente e emergente ciência brasileira que pretende ajudar a refundar o país tendo como base o atrelamento tardio das ideias de nação moderna e raça, pela aplicação das teorias do darwinismo-social e das teorias eugênicas;
- iii. O sujeito negro como elemento de uma miscigenação positiva, o negro bondoso, místico e quente, o mulato simpático. Essa estratégia discursiva coincide com a emergência de um Brasil industrial e urbano, na década de 30 do século 20, onde o sujeito negro terá forte presença;
- iv. O sujeito negro segundo os movimentos negros. O sujeito que deixa de ser apenas referido para referir-se.

Como já dissemos, essas EDs nunca estão estanques no tempo. Elas se sobrepõem, se chocam, realizam movimentos de idas e vindas, de síntese e antítese. Isso porque, a partir dos preceitos da Análise do Discurso, acreditamos ter o discurso uma relação sempre dialética com a estrutura social que o molda, o atravessa, o emoldura e é, ao mesmo tempo, alterada por ele. “A perspectiva dialética dá à prática [do discurso] uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). O que vamos buscar neste capítulo é essa fixidez temporária, construídas por paráfrases, esse retorno do discurso aos mesmos espaços do dizer.

Nossa classificação cronológica nos ajudará a construir o objeto discursivo e a compreender como se constitui no Brasil os modos de dizer as relações raciais e o tecido de historicidade que se constrói nessa ordem de discurso sobre relações raciais.

Tomaremos dessas estratégias discursivas seus enunciados por entendermos que carregam em si ideias. Assim, nos itens 6.2 a 6.5 seguintes, as palavras destacadas em negrito são aquelas localizadas como palavras-referência, as marcas no texto que nos permitirão identificar a discursividade sobre as relações raciais no Brasil. Fiéis ao

método da Análise do Discurso, que produz conhecimento a partir do próprio texto ao percebê-lo em sua materialidade simbólica, própria e significativa, vamos nos perguntar como este texto significa? (ORLANDI, 1999, p. 18).

6.2 A primeira estratégia discursiva, a representação do negro coisificado

A gênese do discurso sobre o sujeito negro brasileiro tem seus primeiros conceitos difundidos publicamente por José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado o patrono do Brasil ou “o glorioso fundador da nacionalidade brasileira” (MACIEL, 2007). Andrada e Silva foi o principal conselheiro de Dom Pedro I e desenhou política e ideologicamente a independência brasileira e a primeira Constituição do Brasil, outorgada em 1824.

Ao pensar essa ideia de Brasil-nação, Bonifácio de Andrada e Silva fez uso do cientificismo e do liberalismo político que constituíram a cultura política ocidental do século 18, incorporando suas principais ideias na criação desse imaginário social mágico, ancorado na união entre três elementos, unidos por uma vontade divina: 1) o Estado, simbolizado na figura generosa e iluminada do Imperador; 2) os povos que formavam o país nascente, regidos pelo Imperador; 3) o vasto território brasileiro. Esse imaginário que nos encanta até hoje, o do “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”³³.

O sujeito negro brasileiro vai aparecer em Andrada e Silva em sua obra *Representação a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. No escrito, datado de 1823, ele elege a escravidão como o primeiro grande problema nacional brasileiro, cujas consequências “funestas” da senzala são a fonte dos vícios e a imoralidade brasileira, “inoculados” em “nós” pelos escravos.

Tudo se compensa nesta vida. Nós **tyranizamos** os escravos e os reduzimos a **brutos animais**, eles nos inoculam toda a sua **immoralidade** e todos os seus **vícios**³⁴.

(ANDRADA e SILVA, 1922 apud FREYRE, 2003, p. 434).

Bonifácio vai começar a construir a ideia de que, entretanto, o problema do negro no Brasil está ligado apenas a um fator social, a condição de escravo. Ele vai sugerir a gradual resolução do sistema escravagista através de uma nova lei sobre o comércio da escravatura e o tratamento dos cativos. Surge, então, a proposta de

³³ Trecho da canção *País Tropical*, de Jorge Benjor.

³⁴ Mantida a grafia original. Grifos da autora.

promoção de uma emancipação lenta e progressiva. Proposição essa que, como veremos mais adiante, será atualizada em diferentes momentos da história brasileira, como uma manifestação insistente de um traço do caráter nacional que aposta sempre na resolução dos problemas, evitando-se conflitos e colocando-os no futuro³⁵.

É a partir de José Bonifácio Andrada e Silva que a questão da escravidão passa a ser central na busca do entendimento da constituição da vida nacional. O primeiro formulador da ideia do Brasil-nação independente vai, então manifestar sua preocupação com o futuro da nação e reivindicar o fim do tráfico de escravos e o aniquilamento de todos os vestígios da escravidão dentre nós. O projeto de Bonifácio era a formação de um país homogêneo e inquebrantável.

É da maior necessidade ir acabando com tanta **heterogeneidade** física e **civil**; cuidemos desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos **metais** diversos, para que saia um todo **homogêneo** e **compacto** que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política.

(ANDRADA E SILVA, in CADERNOS DE HISTÓRIA, 1964, apud MACIEL, 2007, p.28).

Coerente com os princípios do liberalismo econômico de seu século, Andrada e Silva preocupava-se com a construção de uma nação livre e apta a se transformar em uma sociedade de mercado. O Brasil de Andrada e Silva seria também uma pátria independente, civilizada e próspera.

Sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua **independência nacional** e segurará e defenderá a sua liberal constituição. Sem liberdade individual não pode haver civilização, nem sólida riqueza; não pode haver **moralidade** e **justiça**, e sem estas filhas do céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações.

(ANDRADA E SILVA, 1825 apud NABUCO, 1988, p. 58).

Para o patriarca da independência, a escravidão era vista como um empecilho à construção do novo Estado-nação, independente.

Sabeis que sem a abolição total do **infame** tráfico da escravatura africana, e sem a **emancipação** sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua **independência nacional**.

(ANDRADA E SILVA, 1825 apud NABUCO, 1988, p. 51).

³⁵Esse traço de brasilidade vai ganhar no olhar do estrangeiro a formulação de um semióforo, a de 'Brasil, país do futuro', como proposto pelo escritor alemão Stefan Zweig.

Andrada e Silva vai defender a liberdade dos homens acima do direito à propriedade e atacar a indolência improdutiva do sistema escravocrata e o luxo nocivo dos senhores de escravos, posições que serão retomadas 60 anos mais tarde por Joaquim Nabuco, como veremos adiante.

No primeiro projeto de Constituição para o Brasil que preparou, Andrada e Silva propôs a “emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial” (NABUCO, 1988). O artigo não entrou no texto final da primeira carta magna brasileira, aprovada em 1824. Temia-se, avaliará mais tarde Nabuco, que a menção à escravidão fosse uma “nódoa” no marco legal da emancipação política do Brasil.

A Constituição do Império não contém semelhante arquivo [o que garantiria a emancipação gradual dos escravos]. Os autores dessa última entenderam não dever **nodoar** o foral da emancipação política do país, aludindo à existência da escravidão, no presente(...) os organizadores da Constituição não quiseram **deturpar** a sua obra descobrindo-lhes os alicerces (...) os estatutos da nossa nacionalidade não fazem referência à escravidão.
(NABUCO, 1988, p. 56)

O primeiro marco legal dessa nova pátria chamada Brasil começa, assim, a construir silêncio em torno da escravidão, ao retirar de seu mais importante estatuto legal a menção à escravatura.

Ainda que derrotado em seu projeto constitucional no artigo relativo à escravidão, Andrada e Silva permaneceu advogando pela possibilidade de alforria, mediante o pagamento aos senhores de uma indenização pelos escravos. Entre suas propostas de políticas, estavam a doação de pequenas sesmarias aos escravos libertos mediante o financiamento do Estado. “O pensamento liberal de Bonifácio expressa o anseio de transformar a sociedade patriarcal brasileira em uma ação impessoal moderna, onde a lei colocaria rédeas nas ações dos senhores” (MACIEL, 2007, p. 31). Nessa sociedade, seria fundamental a emancipação e posterior educação dos escravos para que pudessem se tornar trabalhadores na indústria.

Importante notar aqui como as posições político-ideológicas de Andrada e Silva diferem quando trata dos negros e dos índios. Para o “patrono do Brasil”, o problema do negro estava relacionado com sua condição de escravo, enquanto o índio era percebido em condição natural de barbárie, que precisava ser lapidada pelos moldes liberais e por acompanhamento psicológico e espiritual, sob as regras da religião católica, e transformado o índio em cidadão-cristão. Quanto aos negros, se retirados do contexto da

escravidão e apoiados com certas políticas de acesso à pequena propriedade de terra e de formação religiosa e para o trabalho, a questão se resolveria.

Seis décadas mais tarde, o então jovem advogado e jornalista pernambucano Joaquim Nabuco fará eco aos ideais de José Bonifácio. Como Andrada e Silva, Nabuco também era um liberal, e seu pensamento político e econômico foi profundamente influenciado pelo ideário inglês que forjou o liberalismo do século 19.

Em 1883, num auto-exílio em Londres, Nabuco, então com 33 anos, escreve e publica *O Abolicionismo*, a obra que reúne suas principais ideias sobre a urgência da libertação dos escravos, os equívocos das legislações ora não-cumpridas, como a lei de proibição do tráfico de escravos, em 1831, e a que proibiu o tráfico interprovincial de escravos, de 1854, ora falsas em suas soluções para o problema da escravatura, como a lei do ventre livre, de 1871, ora contraditórias como o decreto do Conde d'Eu que aboliu a escravidão no Paraguai ocupado por tropas brasileiras, em 1869, enquanto ainda havia escravidão no Brasil.

Em Nabuco, estão fortemente presentes três ideias sobre o sujeito negro brasileiro. A primeira, a de que não há tensões raciais, apesar da escravidão, e de que fora do regime escravocrata não haveria barreiras para os “homens de cor”; a segunda, a da “considerável importância nacional” da raça negra. A terceira, a da inconsciência dos escravos, da impossibilidade ou ainda da renúncia pelo próprio sujeito negro de reivindicar seus próprios direitos. “O abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais [os “escravos e os ingênuos³⁶”] que, de outra forma, não teriam meios de **reivindicar** os seus direitos, nem **consciência** deles” (NABUCO, 1988, p. 35).

Para Nabuco, escravos e ingênuos teriam renunciado a seu direito de protesto, apelando para “a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria”:

não podem ter **consciência**, ou tendo-a, não podem reclamar, pela **morte civil** a que estão sujeitos” (...) Quem pode dizer que a raça negra não tem direito de protestar perante mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? Esse direito de acusação, entretanto, ela própria **renunciou**.
(NABUCO, 1988, p. 37)

Ou ainda:

³⁶ As crianças filhas de escravos também eram chamadas, segundo Nabuco de “crias”. Mais velhas, eram chamadas de “moleques”. A essa palavra, Nabuco reagirá, reconhecendo a importância da língua na construção de projetos políticos: “o triste vocabulário da escravidão usado em nossa época, e que é a vergonha da nossa língua, há de reduzir muito no futuro as pretensões liberais da sociedade brasileira” (NABUCO, 1988, p. 46)

Os escravos em geral não sabem ler (...). A consciência neles pode estar **adormecida**, o coração **resignado**, a esperança morta. (NABUCO, 1988, p. 42).

Citando o escritor escocês, Sir Walter Scott, considerado o criador do romance histórico, “não acordeis o escravo que dorme, ele sonha talvez que é livre” (NABUCO, 1988, p. 43).

Esse é um dos enunciados recorrente usados por Nabuco, o da inconsciência, que apela para os sentimentos de compaixão e paternalismo para aqueles que, como o autor d’*O Abolicionismo*, acreditavam ter sua cidadania diminuída enquanto houvesse brasileiros escravos.

Esse sentido de reconhecer a brasilidade das “vítimas da escravidão” leva a outro enunciado usado por Nabuco sobre “os homens de cor”. Aí temos uma ideia atravessada pela ambiguidade. Nabuco não dirá explicitamente que considera a raça negra inferior. Em alguns momentos, a reconhece como “elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro” (NABUCO, 1988, p. 36). Essa visão, porém, é marcada por contradições.

O principal efeito da escravidão africana sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de **sangue** preto (...). Cada ventre escravo dava ao senhor três ou quatro crias que ele reduzia a dinheiro; essas por sua vez multiplicavam-se, e assim os **vícios** do sangue africano acabavam de entrar na circulação geral do país. (NABUCO, 1988, p. 105).

Aproximando enunciados paternalistas sobre o não-sujeito negro e aqueles sobre a dívida do Brasil para com a raça negra, Nabuco apela para os senhores de escravos, numa tentativa conciliatória, de se evitar conflitos. Afinal, não era desejável “acordar os escravos”, afinal, melhor seria que seus proprietários finalmente reconhecessem que para a realização de um Brasil moderno e capitalista, a escravidão dos “homens de cor” era um entrave. Além do que, mais simples seria a abolição, no formato defendido pelos abolicionistas “que querem **conciliar** todas as classes, e **não indispor** uma contra as outras (...) que não podem querer instilar no coração do oprimido um **ódio** que ele não sente” (NABUCO, 1988, p. 39).

Aqui Nabuco ecoa e reforça o temor latente³⁷ das elites brancas de um potencial antagonismo social causada pelas relações raciais. Senão vejamos: oito anos antes da publicação da obra de Nabuco, o Conselho de Estado do Império, responsável pela aprovação de estatutos e petições de sociedades beneficentes e de auxílio, fora consultado, em 24 de setembro de 1874, pela Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor sobre seu estatuto de constituição.

No estatuto da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor constava, entre outras coisas, que seu fim era “promover tudo quanto estiver ao seu alcance em favor de seus membros”, [homens que deveriam ter] idade mínima de 14 anos, ter “bom procedimento”, “ser livre, liberto, ou mesmo sujeito de cor preta, de um ou outro sexo”.
(GOMES, 2005, p. 7)

A resposta do Conselho, a 16 de janeiro de 1875:

Os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não têm o direito de associar-se. A Sociedade especial é pois dispensável e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político: dispensável, porque os homens de cor devem ter e de fato têm admissão nas Associações Nacionais, como é de seu direito e muito convém à harmonia e boas relações entre os brasileiros.
(GOMES, 2005, p. 8/9)

Dialogando com o discurso liberal de Andrada e Silva, para Nabuco, a formação desse Brasil moderno e capitalista, sintonizado com os princípios do crescimento dos países europeus, passava exatamente pelo apagamento das questões raciais. “Não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos, portanto admitir essa **maldição da cor**; pelo contrário, devemos tudo fazer para **esquecê-la**” (NABUCO, 1988, p. 38).

Era preciso tomar vantagem do fato de que no Brasil a escravidão, ao contrário do que acontecera nos Estados Unidos, na avaliação de Nabuco, não criara ódio entre escravos e senhores. “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente (...) o contato entre elas [as duas raças, branca e negra] foi sempre **isento de asperezas**” (NABUCO, 1988, p. 38).

Assim, advogava Nabuco, fora do regime de escravidão, seria possível “criar entre senhores e escravos senão sentimentos de **benevolência e solidariedade**” (NABUCO, 1988, p. 42), afinal, “fora da escravidão, o homem de cor achou todas as aventuras abertas diante de si” (NABUCO, 1988, p. 38).

Em Nabuco, o sujeito negro tem seu papel na formação desse país que o escravizou, mas tornado não-sujeito, feito coisa pela escravidão, dorme, inconsciente,

³⁷ No sentido de que não se irrompe no espaço público.

seduzido pelo sonho da liberdade sem sabê-lo. Para o autor de *O Abolicionismo*, no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou na França, a escravidão não desapareceria “nem por uma guerra civil nem por uma revolução” (NABUCO, 1988). Entendida como entrave ao progresso por parte dos senhores de escravos, seria abolida pelo desejo desses mesmos senhores, movidos por uma vontade de modernização e de solidariedade e “nos daria a todos uma **dignidade de cidadão brasileiro**” (NABUCO, 1988, p. 40).

Reunidas num quadro ideológico, as três ideias de Nabuco ecoam o discurso de Andrada e Silva e contribuem para a construção dessa ordem de discurso sobre as relações raciais a partir de enunciados baseados no sujeito negro visto pelo olhar do paternalismo, do negro adormecido e sem consciência, morto civilmente.

A partir de Andrada e Silva e Nabuco, localizamos um encadeamento (FOUCAULT, 1987), uma cadeia discursiva que nos permite identificar a primeira estratégia discursiva sobre o sujeito negro no Brasil, a que chamamos de “estratégia de coisificação”.

Essa coisificação, ou seja, o desassujeitamento, está construída a partir de:

- a) a atribuída ausência de consciência (o negro dorme);
- b) o desejo/projeto de homogeneização do Brasil (a heterogeneidade racial, segundo as palavras de Andrada e Silva, tornam o país potencialmente mais frágil às convulsões políticas, é preciso reunir “todos” sob a dignidade de cidadão)
- c) o silenciamento (a escravidão, alicerce econômico do Brasil colônia apagada da primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, como nos conta Nabuco, o não-sujeito que renunciou a seu direito de protestar). Esse silenciamento está ligado ao enunciado da homogeneidade (b);
- d) a desumanização do sujeito negro (os escravos foram tiranizados, feitos “brutos animais” pelas palavras de Andrada e Silva).

O negro é, assim, nos enunciados de Andrada e Silva e Nabuco, o sujeito que não é sujeito, que é coisa, objeto, não-consciente, empecilho, fonte de vícios e imoralidades. Nesta estratégia discursiva, o negro (ou os “homens de cor”, os cativos) não pensa. Precisa ser pensado pelo outro, “o advogado gratuito”, o locutor do discurso sobre esse não-sujeito.

Também podemos identificar aqui um sentido de Mesmo e de Outro, como propusemos à página 38 desta dissertação.

O Mesmo é aquele que garante a história da ordem das coisas, entre elas, a ordem do discurso. Na presente pesquisa, o Mesmo é aquele que fala, é a primeira pessoa, o eu, o nós, o que conta a história, explica, reivindica, advoga, expõe suas opiniões. Ao Mesmo a palavra é franqueada, o discurso é, por ele enunciado, produzido, a partir de “certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2006, p. 9).

O Outro, por sua vez, é o sujeito ao qual o discurso está interdito, proibido, encerrado e conjurado. O Outro nesta dissertação é o objeto de princípios de exclusão do discurso de Foucault, o da separação e o da rejeição. O Outro é a terceira pessoa, a pessoa sobre a qual se fala, mas que, quase sempre, não fala, ou melhor, não enuncia.

Como identificamos nessa primeira estratégia discursiva, falam os brancos. O nós é o sujeito branco, o que tiraniza e é inoculado pelos vícios do Outro. O Outro, imoral, é o negro. O nós é também “um povo”, o povo que “a raça negra nos deu”, segundo as palavras de Nabuco (ver página 92 desta dissertação). A terceira pessoa (o “eles”) é construída sobre a raça negra, os escravos, as crias do ventre escravo, os homens de cor³⁸.

Essa desumanização, não-consciência, busca da homogeneidade e o silenciamento foram por nós identificados como mecanismos discursivos de ‘coisificação’ do sujeito negro. Uma síntese desses mecanismos encontra-se no quadro 3, abaixo.

³⁸Vale dizer que nessa primeira estratégia discursiva o Outro é também o senhor de escravo, visto do ponto de vista de liberais como Andrada e Silva e Nabuco.

Quadro 3 – A primeira estratégia discursiva, a representação do negro coisificado dentro da instituição da escravidão, o Mesmo e o Outro

Autores e enunciados		O Mesmo e o Outro (primeira e terceira pessoas)
Andrada e Silva	<p>A imoralidade e os vícios vêm dos negros. A tirania, do branco.</p> <p>A homogeneidade é desejável. Afinal, o homogêneo não se esfacela sob as convulsões políticas.</p> <p>A emancipação do escravo é chave para a independência do Brasil.</p>	<p>Primeira pessoa (nós): os brancos (os que tiranizamos).</p> <p>Terceira pessoa (eles): os escravos.</p>
Nabuco	<p>Escravos sem consciências, eles renunciaram a ela.</p> <p>Há vício no sangue africano.</p> <p>Não se pode instilar o ódio no coração do oprimido.</p> <p>Não somos um povo exclusivamente branco, é preciso fazer tudo para esquecer a maldição da cor.</p> <p>O contato das raças foi sempre isento de asperezas.</p> <p>Fora da escravidão, o homem de cor acha as aventuras abertas diante de si.</p>	<p>Primeira pessoa (nós): nossa população, um povo.</p> <p>Terceira pessoa: a raça negra, os escravos, o senhor de escravo, as crias do ventre escravo, os homens de cor.</p>

Alguns desses enunciados dessa primeira estratégia discursiva – principalmente o da homogeneidade - voltarão a irromper algumas décadas depois, principalmente em Gilberto Freyre, em seu *Casa Grande & Senzala*, quando da estratégia discursiva sobre

o sujeito negro como elemento de uma miscigenação positiva, em seu papel de negro bondoso, místico e quente, de mulato simpático, uma ode à “tolerância racial e à mestiçagem” (CHAUÍ, 2000, p. 38).

Entre essas duas estratégias discursivas – a da ‘coisificação do sujeito negro’ e a da ‘miscigenação positiva’, porém, há uma segunda estratégia, tecida ao longo das quatro décadas posteriores à abolição da escravatura e da proclamação da República. O Brasil republicano buscava consolidar sua ideia de nação, acolhendo, com algum atraso, os conceitos de nação que passaram a incluir raça como um elemento fundamental de nacionalidade. Essa segunda estratégia discursiva apresentaremos a seguir.

6.3 A segunda estratégia discursiva, a representação do sujeito negro como elemento de mestiçagem negativa

Poucas ideologias granjearam suficiente proeminência para sobreviver à dura concorrência da persuasão racional. Somente duas sobressaíram-se e praticamente derrotaram todas as outras: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classes e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas atraíram as massas de tal forma que puderam arrolar o apoio do Estado e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais.
(ARENDETT, 1989, p. 189)

Sub-repticiamente à primeira estratégia discursiva do negro coisificado dentro do quadro político-econômico e social da escravidão, ganhavam corpo e voz no Brasil as teorias da formação das nações a partir do elemento racial.

Aqui nos remetemos ao breve histórico que fizemos no capítulo 3 desta dissertação sobre o conceito de nação que, segundo propõe Hobsbawn, a partir de 1830 começa a abranger as ideias de nação, território, língua, religião, raça e consciência nacional.

As primeiras manifestações identificadas pela presente pesquisa acerca da segunda estratégia discursiva sobre o sujeito negro surgem na segunda metade do século 19. Porém, podemos localizar um de seus pólos de formação na criação do Histórico Geográfico, fundado em 1838. Ali, influenciados pela escola alemã do século 19 que ajudou a construir o conceito de nação a partir da unidade racial, pesquisadores brasileiros, diante da responsabilidade que tinham de procurar oferecer ao Brasil um passado glorioso e um futuro promissor, engendraram a invenção de uma memória para um país que se separava cada vez mais de sua antiga metrópole.

Para Schwarz (2007), entre 1870 e 1930, o debate sobre a miscigenação de raças no Brasil tornou-se um valor de singularidade do país, ora olhado e analisado por

estrangeiros ora um tema polêmico também entre as elites intelectuais locais, que buscavam saber um pouco mais sobre o Brasil como nação, o que fatalmente implicava, naquele momento, a saber mais do Brasil como povo.

O projeto nacionalista brasileiro passa, então, a vincular-se de maneira importante ao discurso racial. Também como aconteceu em outros países, principalmente europeus (como vimos no capítulo 3 desta pesquisa), a ciência foi fundamental para o estabelecimento desse nexos, dessa “visão racial” que produz-se no campo científico e principalmente ganha eco no domínio das relações pessoais e das vivências cotidianas, com grande ajuda dos meios de comunicação. Em 1901, o jornal *Correio Paulistano* cumpre sua função referencial e procura trazer a ciência ao conhecimento público ao afirmar “simplificando o que tão bem se diz nas teorias científicas, é através da raça que se determinam os destinos de um povo, da nação” (CORREIO PAULISTANO, 1901 apud SCHWARZ, 2007, p. 245).

Como a Europa fizera e faria novamente na emergência do nazismo alemão por volta de 1930, parecia oportuno a então incipiente ciência brasileira “imaginar uma nação em termos biológicos, regular sua reprodução, estimar uma futura homogeneidade” (SCHWARZ, 2007, p. 240).

Tal homogeneidade ecoa o projeto de nação de Andrada e Silva. Alguns anos depois da Independência, ao combinar as teorias do evolucionismo com darwinismo social, o discurso do final do século 19 e início do século 20 vai procurar negar civilização aos negros e mestiços, ignorando os efeitos da miscigenação já avançada³⁹, que no Brasil permitiram o povoamento de seu imenso território. Expulsar ou fazer apagar as populações mestiças “em avançado **estágio de degeneração**”, como argumentava a *Gazeta Médica da Bahia*, o jornal científico da Faculdade de Medicina de Salvador, em 1886 (apud SCHWARZ, 2007) foi a principal empreitada de muitos médicos, historiadores e geógrafos, juristas, escritores.

³⁹O antropólogo Edgar Roquette Pinto, signatário do “Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o racismo”, estimou, em estudo publicado em 1929, que, em 1890, a população brasileira tinha a seguinte configuração étnico-fenotípica: 44% de brancos; 12% de negros, 12% de índios, e 32% de mestiços. Em 1912, o mesmo Roquette Pinto estimou os seguintes percentuais: 50% de brancos; 9% de negros; 13% de índios; 28% de mestiços (SCHWARZ, 2007, p. 97). Já segundo cálculos de Hasenbalg (2005), o Brasil tinha, em 1890, cerca de 14 milhões de habitantes, sendo 2 milhões deles negros e quase 6 milhões de mulatos (42%).

Nesse esforço científico, as teorias raciais, deslocadas no tempo e no espaço porque trazidas de anos anteriores do século 19 da Europa para o Brasil, encontraram um lugar fecundo e receberam calorosa acolhida.

Em julho de 1911, o pesquisador João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao participar do I Congresso Internacional das Raças, apresenta sua tese: “o Brasil mestiço de hoje tem no **branqueamento** em um século sua perspectiva de saída e solução” (LACERDA, 1911, apud SHWARCZ, 2007, p. 11).

O discurso científico brasileiro sobre raça retomava, além das teorias da biologia darwiniana e pós-darwiniana, os achados e opiniões de cientistas estrangeiros que haviam passado pelo Brasil e anotado suas impressões, como Louis Agassiz, em seu *A journey in Brazil*, escrito em 1865. Para o pesquisador, se alguém duvidasse dos males da miscigenação deveria vir ao Brasil, onde “a deteriorização decorrente da amálgama das raças (...) vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro, do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental” (AGASSIZ, 1868, apud SHWARCZ, 2007, p. 13).

Para o historiador inglês Thomas Buckle (1821-62), que dedicou ao Brasil 10 páginas de sua obra sobre a civilização inglesa, *History of the English Civilization* (1845), o país tropical era “exemplo de nação degenerada de raças mistas” (BUCKLE, 1845, apud SHWARCZ, 2007, p. 13). Já o conde francês Arthur de Gobineau, que serviu no Brasil como diplomata do governo francês, numa missão ao Brasil em 1869, observou: “Não são nem trabalhadores nem fecundos (...) será preciso menos de 200 anos, em realidade, para ver o fim da posteridade dos companheiros de Cabral” (GOBINEAU, 1874 apud BAPTISTA & ROSEMBERG, 2008, p. 76), vaticinou o conde, referindo-se ao navegador português Pedro Álvares Cabral. Para vários desses observadores estrangeiros, a saída brasileira encontrava-se no incentivo à imigração europeia branca.

Antes da lei de abolição da escravatura, o jurista Silvio Romero, professor da Faculdade de Direito de Recife, defende em suas obras *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro* (1881) e *História da literatura brasileira* (1888) que “quanto à raça, o brasileiro é uma **sub-raça** mestiça e crioula, nascida da fusão de duas raças **inferiores**, o índio e o negro, e uma **superior**, a branca ou ariana. Para evitar a degeneração da nova raça mestiça, será preciso estimular seu **embranquecimento**, promovendo a imigração europeia” (ROMERO, 1881 apud CHAUI, 2000, p. 49).

Nabuco era também defensor ardoroso da imigração europeia e contrário à possibilidade de importação de uns “cem ou duzentos mil chins”, referindo-se aos trabalhadores chineses que naquela época aportavam em diferentes países das Américas.

Compara-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de **Pátria** que nós Abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela riqueza de nossas instituições e pela liberdade do nosso regímen, a imigração europeia traga, sem cessar, para **os trópicos** uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que posamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul⁴⁰.

(NABUCO, 1988, p. 170).

Os homens de ciência⁴¹ do Brasil movimentavam-se, portanto, entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e sua adaptação a um povo que, estima-se, tinha entre cerca de 30 a mais de 50% de sua população miscigenada, como vimos em nota na página 104. Essa ciência, mais especificamente o discurso médico no Brasil, foi elaborada à luz das teorias raciais evolucionista-deterministas, foi acolhida não por acaso no país. Introduzida “de forma crítica e seletiva, transforma-se em instrumento conservador e mesmo autoritário da definição de uma identidade nacional” (SCHWARCZ, 2007, p. 42). Sodré concorda. Para ele, a questão racial está na gênese da formação desse país “homogêneo e puro”, sonhado por Andrada e Silva, como vimos no item 6.2 deste capítulo. “O racismo no Brasil tem uma funcionalidade política” (SODRÉ, 1999, p. 36).

O discurso sobre as relações raciais foi, assim, fundamental para o estabelecimento das primeiras políticas públicas republicanas: a decisão de não adotar legislação de segregação étnico-racial; a política de não desenvolver política específica de integração dos negros libertos⁴²; e a de incentivar a imigração europeia para o branqueamento da população. Afastava-se, assim, o risco, anunciado pela ciência brasileira, de africanização do país.

⁴⁰ Mantida a grafia original.

⁴¹ Importante nos lembrarmos que naquele momento histórico, a ciência fazia-se principalmente nos institutos geográficos e nas faculdades de medicina.

⁴² Ao contrário do que haviam defendido Andrada e Silva e Nabuco, como vimos no item 6.2.

Estima-se que entre 1888 e 1930, 3.762.000 estrangeiros entraram no Brasil (HASENBALG, 2005, p. 166)⁴³ como parte dessa política de incentivo à imigração europeia. Segundo cálculos de Hasenbalg (2005), o Brasil tinha, em 1890, cerca de 14 milhões de habitantes e em 1930, 37,6 milhões.

Enquanto o país se repovoava e embranquecia⁴⁴, a partir das políticas de incentivo à imigração europeia, o silêncio histórico sobre as atrocidades da escravidão contra o sujeito negro brasileiro era garantido por decisões como a de Rui Barbosa, que mandou queimar os arquivos da escravidão, como vimos no capítulo 3 desta dissertação. Mais uma vez, como na supressão do artigo da Constituição de 1824, os arquitetos do Estado brasileiro preferiram eliminar a materialidade documental da escravatura que documentava a vinda de milhões de sujeitos negros para o Brasil, traficados como escravos.

No campo do discurso científico, continuaram os esforços de pesquisas para o estabelecimento da diferença entre as raças e a condenação da mestiçagem. O lócus dessas pesquisas são as então duas faculdades de Medicina existentes no Brasil, a primeira em Salvador e a segunda, no Rio de Janeiro. O sujeito negro brasileiro passou a ser observado como objeto de ciência. A partir dos conceitos social-darwinistas, os médicos-cientistas brasileiros dedicaram-se a uma leitura original da realidade nacional ao apontar o cruzamento como o nosso maior mal e condenar a miscigenação das raças como causa de nossa degeneração.

O mesmo Silvio Romero, que tão fortemente advogou pelo embranquecimento da população brasileira, será, 50 anos depois da publicação de suas obras, o autor a ser citado na abertura do primeiro estudo rigorosamente científico sobre o sujeito negro brasileiro, empreendido pelo médico Raimundo Nina Rodrigues em 1933⁴⁵.

Quando vemos homens como Bleek refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua (...) nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas COZINHAS, a América em nossas SELVAS e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse

⁴³ Ribeiro (1995) usa um número parecido de 3.271 milhões de estrangeiros que imigraram para o Brasil, sendo que 97% formados por portugueses, italianos, espanhóis e alemães e 3% representados por imigrantes japoneses. (RIBEIRO, 1995, p. 242).

⁴⁴ “Basta lembrar que as pessoas de cor como proporção da população total do Sudeste declinaram de 49% em 1872 para 16% em 1950. (...) o resto do país experimentou uma taxa de branqueamento mais lenta durante o mesmo período – a população de cor caiu de dois terços para mais da metade da população (53%) da população” (HASENBALG, 2005, p. 167).

⁴⁵ Mesmo ano da publicação da primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que analisaremos no item seguinte do presente capítulo.

sentido! É uma desgraça. O negro não é só uma **máquina econômica**; ele é antes de tudo, e malgrado sua **ignorância**, um objeto de ciência⁴⁶.
(ROMERO, 1881 in RODRIGUES, 19333 apud SCHWARCZ, p. 208)

Em seu *Africanos no Brasil*, Rodrigues afirma serem os grupos negros “um **impedimento** à civilização branca”, ou melhor, “um dos fatores de nossa **inferioridade** como povo” (RODRIGUES, 1933, apud SHWARCZ, 2007, p. 208).

Os estudos do médico baiano são o ponto culminante dessas quatro décadas de pesquisas durante as quais o discurso médico no Brasil empenha-se na produção de artigos sob os títulos “Raça e Civilização” (publicado na *Gazeta Médica*⁴⁷, em edição de 1880) ou “Raça e degeneração” (*Gazeta Médica*, 1887), “O cruzamento racial” (*Gazeta Médica*, 1891).

Nessa mesma linha de argumentação, o jornal científico *Brazil Médico* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴⁸ defendia, em 1904:

Claro está que um branco imbecil será inferior a um preto inteligente. Não é, porém, com excepções que se argumenta. Quando nos referimos a uma raça, não individuallisamos typos della, tomamol-a em sua accepção mais lata. E assim procedendo vemos que a **casta** negra é o **atraso**; a branca o progresso e a evolução. A demência, é a forma em que mais avulta os negros. Pode-se dizer que tornam-se eles **dementes** com muito mais frequência, por sua constituição, que os brancos⁴⁹.
(Jornal Brazil Médico, 1904:178, apud SCHWARCZ, 2007, p).

Na Bahia, em 1923, a *Gazeta Médica* publicava:

A **mestiçagem** deve ser até certo ponto encarada psicologicamente como factor de **degeneração**. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências portadores de caracteres étnicos diversos e condições especiaes que sob as influências mesológicas devem trazer uma **perturbação** inevitável na organização do equilíbrio inobstavel. A mestiçagem extremada aqui encontrada...retarda ou difficulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres **atávicos** de indivíduos mergulhados na **noite dos tempos**. É preciso **mudar as raças**⁵⁰.
(Gazeta Médica da Bahia, 1923:256 apud SCHWARCZ, 2007, p.216).

⁴⁶ Mantidos a grafia e os capitulares originais. Grifo da autora.

⁴⁷ Jornal científico regular da Faculdade de Medicina da Bahia, lançada em 1866 e publicada até os anos 30 do século 20.

⁴⁸ Publicação científica semanal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, iniciada em 1887 e publicada por 25 anos.

⁴⁹ Mantida a grafia original. Grifo da autora.

⁵⁰ Mantida a grafia original.

E não era apenas a ciência a dedicar-se ao discurso sobre raça e miscigenação no Brasil. Inspirados pelas mesmas teorias social-darwinistas, o discurso sobre o sujeito negro brasileiro ganha a imprensa e a literatura, que naquele momento via gracejar o romance naturalista.

Nos jornais, a condenação científica à hibridação das raças ganhava eco. Afinal, como conceitua Moura, a imprensa é “gerenciadora de enunciação” (MOURA, 2001, p. 5) e o jornalismo, administrador dos sentidos da informação científica. A mistura de raças no país é, por exemplo, considerada “um tumulto” pelo jornal *A Província de São Paulo*, em 1887 (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1887 apud SCHWARZ, 2007, p. 13).

Na literatura, o sujeito negro será retratado a partir do esvaziamento de sua identidade (Sodré, 1999). Em obras como *O Tronco do Ipê*, de José de Alencar (1871), *Casa de Pensão*, de Aluísio de Azevedo (1884), *Quincas Borba*, de Machado de Assis (1891), e *Recordações do Escrivão Caminha* (1909) e *Diário Íntimo*, (1903-1921) de Lima Barreto, a pessoa negra é narrada por vezes a partir da comparação com um móvel da sala ao qual se tem apreço, por vezes como malvados e bárbaros feiticeiros, ou ainda, no caso dos mulatos, como pessoas que precisam esconder sua ascendência negra porque, afinal, “É triste não ser branco” (BARRETO, 1956, p. 130), desabafa Lima Barreto, em *Diário Íntimo*.

Para Sodré são diversos, na literatura do final do século 19 e início do século 20, os enunciados que tentam contornar a realidade de que no Brasil a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da cor de sua pele. Assim, a literatura, mesmo sendo ela feita por escritores de ascendência negra como Machado de Assis e Lima Barreto, coloca o sujeito negro num quadro de “desconsideração de sua concretude humana (...) o negro se torna ‘de-historicizado’ (...), associado à simples natureza, perde seu valor de pessoa e agente histórico” (SODRÉ, 1999, ps. 158 e 159). Fazem parte ainda desse quadro, segundo Sodré, escritores como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha.

Em seu *O Presidente Negro*, de 1926, Lobato cria cientificamente uma solução para os Estados Unidos que, num fictício ano de 2.228, acabara de eleger, por acidente, um presidente negro. A ciência - sempre a ciência - descobre, então, uma loção “**descarapinhadora**” de cabelos negros, que fazia cem milhões de criaturas revirarem para o céu com os olhos **agradecidos**” (LOBATO, 2008, p. 173) e que tinha como efeito colateral esterilizar a população negra. Eureka, o problema racial nos Estados

Unidos estaria, portanto, resolvido, no romance de ficção científica de Lobato. No prazo de uma geração não nasceriam mais pessoas negras naquele país.

Para Euclides da Cunha, a busca por parte dos mulatos de novos cruzamentos que embranqueçam sua pele e seu passado (o que o senso comum chamou e chama no Brasil de “melhorar a raça”) é sinal de uma tentativa de retorno à raça superior.

O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima **cruzamentos** que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida.(...)Essa tendência é expressiva. Reata, de algum modo a série contínua da evolução que a mestiçagem partira. A raça superior torna-se o objetivo remoto para onde tendem os mestiços **deprimidos**(...).

(CUNHA, 1973[1906] apud GUIMARÃES, in MAIO & SANTOS, 1996, p. 143).

Reunidas num quadro ideológico, os enunciados presentes nas obras de Silvio Romero, dos médicos-cientistas reunidos nas duas escolas de Medicina então existentes no Brasil, e de autores como Lima Barreto, Monteiro Lobato e Euclides da Cunha nos permitem concluir pela existência de uma cadeia discursiva sobre o sujeito negro que é “objeto de ciência” e, como elemento de uma raça inferior, parte de uma miscigenação degenerativa. Essa cadeia usa enunciados e, assim, constrói ideias como a de degeneração pela mestiçagem, de demência, de atavismo, de obscuridade (“a noite dos tempos”), de impedimento ao progresso, de inferioridade e ignorância.

A partir dessa cadeia discursiva, identificamos a segunda estratégia discursiva sobre o sujeito negro no Brasil, a que chamamos de “mestiçagem negativa”.

Essa negatividade tem por base a então incipiente ciência brasileira, produzida principalmente nas duas Faculdades de Medicina presentes no Brasil e é tornada “pública” pelos jornais e pela literatura. Essa estratégia discursiva está construída a partir de:

- a) uma aguda curiosidade científica pelo elemento mestiço, baseada nos princípios do social-darwinismo, que gracejou na Europa na primeira metade do século 19;
- b) o sujeito negro como elemento de mestiçagem como um doente: “demente”, marcado pela “ignorância”, “atávico”, “deprimido”;
- c) esse elemento negro-mestiço como um “impedimento” ao progresso, preso ao atraso, à “noite dos tempos”;
- d) esse impedimento como um entrave a ser superado pelo branqueamento da população brasileira pelo sangue europeu, “É preciso mudar as raças”,

esterilizar o mestiço como na ficção científica de Lobato ou com políticas públicas de incentivo à migração europeia.

O negro é, assim, a parte doente ou atrasada no sangue brasileiro, o sujeito “negativo”, híbrido, menos fértil (como subentendido na palavra “mulato”)⁵¹ e que precisa ser diluída. Em Lima Barreto, de ascendência negra, encontramos uma síntese emotiva dessa negativa.

Também podemos identificar aqui o Mesmo e o Outro (como definimos no item anterior desta pesquisa, essa identificação se dá pelo uso da primeira e da terceira pessoa nos enunciados). Num país que nascia como República, livre da escravidão, a primeira pessoa é recorrentemente “o brasileiro” ou “o povo brasileiro”. A terceira pessoa, no uso singular e plural, é mais comumente atribuído ao “mulato”, ao “negro” ou aos “grupos negros” e até mesmo a “criaturas de cabelos negros encarapinhados”.

Essa atribuição de negatividade à mestiçagem foi por nós identificada como mecanismo discursivo sobre o sujeito negro como parte de um processo que deveria ser desfeito. Uma síntese dos enunciados que operam nesse mecanismos encontra-se no quadro 4, abaixo.

Quadro 4 – A segunda estratégia discursiva, a representação da mestiçagem negativa, o Mesmo e o Outro

Autor/fonte e enunciados		O Mesmo e o Outro (primeira e terceira pessoas)
Romero	<p>O brasileiro é uma sub-raça mestiça e crioula.</p> <p>Essa raça nasce da mistura de uma raça superior, branca e duas raças inferiores, a índia e a negra.</p> <p>O negro é, ao mesmo tempo, uma máquina econômica e um objeto de</p>	<p>Primeira pessoa (nós): o brasileiro.</p> <p>Eles: o negro.</p>

⁵¹ Ver nota à página 65 desta dissertação sobre a origem da palavra mulato como derivada de “mula”, o animal não-fértil.

	ciência.	
Rodrigues	Os grupos negros são um dos fatores de nossa inferioridade como povo.	Primeira pessoa (nós): povo brasileiro. Terceira pessoa: os grupos negros.
Jornal <i>Brazil Médico</i> ⁵²	A casta negra é o atraso, a branca, o progresso.	Primeira pessoa (nós): o enunciado científico tende a apagar o locutor. Terceira pessoa: negros e brancos.
Lima Barreto	É triste não ser branco.	Primeira pessoa: Eu (aqui o locutor não é explícito, mas a obra referida é uma autobiografia). Terceira pessoa: não há.
Euclides da Cunha	O mulato despreza o negro e busca cruzamentos que “embraqueçam” seu sangue.	Primeira pessoa (nós): não há. Terceira pessoa: o mulato.
Monteiro Lobato	A solução para o imbróglio sobre a eleição de um presidente negro nos Estados Unidos está numa loção descarapinhadora de cabelos negros.	Primeira pessoa: não há. Terceira pessoa: criaturas de cabelos negros encarapinhados.

Na medida em que se aproxima a década de 30, começam a se definir no Brasil novos enunciados de uma emergente estratégia discursiva sobre o sujeito negro brasileiro. O país também se movimentava do fim da primeira República, e de seu

⁵² Publicado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre em 1887 e 1912 (SCHWARZ, 2007).

caráter econômico agrário, em direção a uma economia industrial e urbanizada, consolidada politicamente após a Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, os modelos raciais de análise social voltam a ganhar força, com a ascensão das políticas de arianismo, principalmente na Alemanha, mas também em outros países, e o recrudescimento das políticas de segregação social nos Estados Unidos, no Brasil começam a se manifestar as teses culturalistas que vão tender a enaltecer esse sujeito negro brasileiro como elemento fundamental na constituição da mistura racial aqui existente. “Raça permanece, porém, como tema central no pensamento social brasileiro, não mais como um fator de “desalento”, mas talvez como “fortuna”, marca de uma especificidade reavaliada positivamente” (SCHWARCZ, 2007, p. 249). A miscigenação passa a ser valorizada.

A obra seminal de Gilberto Freyre sobre as relações sociais no Brasil, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933 e *Jubiabá*, de Jorge Amado, publicado em 1935, são dois exemplos da materialidade dessa estratégia discursiva então emergente, como veremos a seguir.

6.4 A terceira estratégia discursiva, a representação do sujeito negro como elemento de uma miscigenação espetacular

Como define Schwarcz, a partir da década de 30, a “mestiçagem de negativa se transforma em exótica, de científica se modifica em espetáculo” (SCHWARCZ, 2007, p. 249). A mistura entre brancos e negros passa a ser vista como origem do brasileiro, “talvez o **tipo ideal** do homem moderno para os trópicos, europeu e de sangue negro ou índio a **avivar-lhe** a energia” (FREYRE, 2003, p. 110).

Ainda no quadro do processo de construção do caráter nacional, que segundo Chauí (2000) somente terminará de se formar na década de 50, Gilberto Freyre e Jorge Amado são autores-referências no movimento de se recolocar o pensamento identitário brasileiro, cristalizando “a atmosfera afetiva das relações de classe social mediadas por comida, humor, sexualidade, música e religião” (SODRÉ, 2007, p. 191).

Em certas partes, vão trazer à tona os enunciados que vimos manifestos nos escritos de Andrada e Silva e Nabuco. Freyre, por exemplo, desloca os problemas da população negra de uma possível discriminação étnico-fenotípica para atrelá-lo à condição de escravidão. “Não era a ‘raça inferior’ a fonte da corrupção, mas o **abuso** de uma raça pela outra” (FREYRE, 2003, p. 402). Recorre a Andrada e Silva e Nabuco para sustentar essa sua ideia de que as “funestas consequências da senzala” ou a

corrupção no Brasil devem-se “ao escravo [e, portanto, não ao sujeito negro]. Ao **fato social** e não ao étnico” (FREYRE, 2003, p. 434).

Em Freyre, o encontro de brancos e negros, no espaço da casa grande resulta forte, alegre, ainda que profundamente marcado pela violência. Trata-se ainda de uma confluência de pessoas sem consciência de raça. Para o sociólogo pernambucano, o Brasil nasce sem que a raça tenha por aqui um “papel decisivo” (FREYRE, 2003, p. 67). No Brasil, defende Freyre, o português encontra-se com o negro, transportado da África para o trabalho agrícola e vai “**misturando-se gostosamente** com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em **filhos mestiços**” (FREYRE, 2003, p. 71). Da herança moçárabe ibérica, trouxe o português ao Brasil a “**doçura** no tratamento dos escravos” (FREYRE, 2003, p. 198). E assim, “o Brasil formou-se, **despreocupados** os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça” (FREYRE, 2003, p. 91). Isso porque o português “cosmopolita e plástico” já trazia em si a experiência da formação de seu país sob as bases de duas culturas antagônicas, a europeia, católica, e a norte-africana, maometana, além do “estoque semita, móvel e adaptável” (FREYRE, 2003, p. 69).

Havia, sim, segundo Freyre, algumas desvantagens em ser mestiço. “os preconceitos inevitáveis (...) contra a cor da parte de uns; contra a origem escrava da parte de outros”(FREYRE, 2003, 537), mas o importante era ter-se construído um lócus de comunhão, intermediado pela religião. Para o autor de *Casa Grande & Senzala*, a política social adotada no Brasil era “**prudente** e sensata (...). A religião tornou-se o ponto de encontro e de **confraternização** entre as duas culturas, a do senhor e a do negro”(FREYRE, 2003, 439).

Se retomarmos a primeira estratégia discursiva sobre o sujeito negro coisificado, podemos identificar na ideia de “confraternização” novamente o enunciado da “homogeneidade” de Andrada e Silva e de Nabuco, de uma mistura que faria o Brasil “inquebrantável” mesmo diante das convulsões. De uma hibridação que nasce do silêncio, do calar porque o sujeito negro renuncia a seu direito de reivindicação, como sugerido por Nabuco e identificada na ED1 da presente pesquisa (item 6.2), para que senhores e advogados pudessem “conciliar todas as classes” (NABUCO, 1988). Que nasce, ainda, de uma política “prudente e sensata”, como sugere, então Freyre, que permite fazer encontrar essas duas culturas, a do sujeito negro e a de seu senhor.

Em suas leituras sobre o sujeito negro brasileiro, Freyre dedicará mais palavras às crianças e as mulheres, afinal seu olhar se dirige à casa grande e os homens negros ali não estavam. Os homens negros são o braço que Freyre prefere chamar de

“**colaborador**” do branco na obra de colonização agrária do Brasil. Mais uma vez, retomamos a primeira estratégia discursiva identificada nesta pesquisa (item 6.2) para sugerirmos que o enunciado do “braço colaborador” nos deixa entrever as ideias que sustentam o “negro coisificado” da primeira estratégia, reduzindo o homem negro a uma parte de seu corpo, interditando-lhe a voz.

Na casa, o senhor de engenho, mulheres e crianças, brancas e negras, se misturam⁵³. A “negra ou mulata **fácil**” de Freyre (2003) amamenta o filho do senhor - Freyre se pergunta se essa proximidade seria responsável pela predileção do homem branco pelas “mulheres de cor”, pela “franca **lubricidade animal**” que ligava colonos e mulheres africanas. **Negros macumbeiros** preparam afrodisíacos para **senhores brancos** de 70 anos que, por sua vez, cercam-se de “negrinhas impúberes (...) a lhe proporcionarem as últimas sensações de homem” (FREYRE, 2003, p. 408). Professores negros eram “**dóceis e bons**”, ao contrário dos professores brancos, que chegavam a espancar seus pupilos. As pretas de ganho iam às ruas das cidades vender azeite, bolo e manga. Mais novas, “negrinhas de dez, doze anos já estavam nas ruas se oferecendo a marinheiros enormes” (FREYRE, 2003, p. 537). Empregados da casa, negros, sofrem violências, como as descritas pelo o protagonista de Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, citado por Freyre

Por exemplo, um dia **quebrei a cabeça** de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo (...). Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias, (...) eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha de mão, **fustigava-o**, dava-lhe mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, algumas vezes gemendo.
(ASSIS, s/d, apud FREYRE, 2003, p. 454)

Ainda assim, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, para Freyre, no Brasil o ex-senhor e o ex-escravo “somos **duas metades** confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas” (FREYRE, 2003, p. 418). Mais uma vez aqui, nos parece, a estratégia da homogeneidade volta a falar por meio do enunciado das “duas metades”: há aqui a ideia de unidade, formada a partir de duas partes com sentimentos fraternais entre si, de homogêneo. Dessa forma, entre ex-senhor

⁵³ Vale registrar aqui que os dois capítulos de *Casa Grande & Senzala* dedicados aos negros têm como título “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”. A justificativa para o título encontra-se logo num dos primeiros parágrafos do capítulo, quando Freyre relata casos de “homens brancos que só gozam com negra. (...) Casos de exclusivismo ou fixação. Mórbidos, portanto; mas através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro” (FREYRE, 2003, p. 368).

e ex-escravo não há diferença, repartição, não há ódio, como vimos funcionar na ED1 identificada nesta pesquisa o enunciado em Nabuco (1988).

Dois anos depois da publicação da obra freyriana, que em sua primeira edição tinha como sub-título “Formação da família brasileira sob o regímen de economia patriarcal”⁵⁴, Jorge Amado publica o que os críticos mais tarde definiram como seu primeiro grande romance, *Jubiabá*. Ambientado num cenário urbano, a obra de Amado transforma o feiticeiro, que até então era retratado quase sempre como animalizado e maligno, no herói-pai Jubiabá que tem sua “função sacerdotal em nada ‘diabólica’ (...) perfeitamente ajustada e regulada no interior da comunidade litúrgica” (SODRÉ, 2007, p. 189) do candomblé.

Na obra de Amado, Antônio Balduíno, o filho pobre do morro, moleque que brincava vestido num camisolão com outras crianças, como o retrata Amado, abandona a favela onde cresceu ouvindo histórias, esqueceu a tradição de servir, para buscar um outro mundo, o dos “homens livres”.

Raros eram os homens livres do morro: Jubiabá, Zé Camarão. Mas ambos eram **perseguidos**: um por ser macumbeiro, outro por malandragem. Antônio Balduíno aprendeu muito nas histórias heróicas que contavam ao povo do seu morro e esqueceu a **tradição de servir**. Resolveu ser do mundo dos livres, dos que depois teriam ABC e modinhas e serviriam de exemplo aos homens negros, mulatos e brancos, que se escravizavam sem remédio.
(AMADO, 1975, p. 27)

Fugido do bairro pobre, Balduíno é recebido na casa de um comendador, onde apaixonou-se por Lindinalva, a filha de seu benfeitor, branca e loura, como seu próprio nome sugere (linda-alva - prostituída num outro momento do romance, ela passa a ser chamada de Linda, perdendo, portanto, seu traço de “alvura”, sua brancura). O amor não será correspondido, mas Lindinalva, em seu leito de morte, entrega o filho dela (fruto do amor entre a moça e seu noivo, branco) aos cuidados de Balduíno. Este, quando homem feito, “ganha” a cidade de Salvador quando assume sua identidade de militante do movimento operário, sob a proteção do pai-de-santo Jubiabá.

Antônio Balduíno agora era livre na cidade religiosa da Bahia de Todos os Santos e do pai de santo Jubiabá. Vivia a grande aventura da **liberdade**. Sua casa era a cidade toda, seu emprego era corrê-la. O **filho do morro pobre** é hoje o dono da cidade. Cidade religiosa, cidade colonial, **cidade negra** da Bahia. Igrejas suntuosas bordadas de ouro, casas de azulejos azuis, antigos sobradões onde a miséria habita, ruas e ladeiras calçadas de pedras, fortes

⁵⁴ Mantida a grafia original à capa da edição publicada por Maia & Schmidt Ltda, Rio de Janeiro, 1933.

velhos, lugares históricos, e o cais, principalmente o cais, tudo pertence ao negro Balduino. Só ele é o **dono da cidade** porque só ele a conhece toda, sabe de todos os seus segredos, vagabundeou em todas as suas ruas, se meteu em quanto barulho, em quanto desastre aconteceu na cidade. Ele fiscaliza a vida da cidade que lhe pertence.

(AMADO, 1975, p.64)

Para fins desta pesquisa, os enunciados presentes nas obras de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, e de Jorge Amado, *Jubiabá* nos trazem pistas e nos permitem concluir pela existência de uma cadeia discursiva em torno de uma visão da hibridação como espetáculo, como definida por Schwarz (2007), e positiva (o sangue negro e índio a “avivar” o sangue branco), como celebrou Freyre (2003). Essa cadeia constrói ideias como a da mistura alegre (desde o primeiro encontro, que vem das tradições da formação do povo português, despreocupado com as raças), do braço negro que colabora, da doçura do negro que educa, e da possibilidade de deixar a tradição de servir para ser livre. Há uma marca de violência nessa mistura, traços de perseguição, animalidade, açoite, mas não há ódio. Somos, brancos e negros, “duas metades confraternizantes” (FREYRE, 2003).

A partir dessa cadeia discursiva, identificamos a terceira estratégia discursiva sobre as relações raciais no Brasil, a partir do sujeito negro, a que coloca esse sujeito negro como elemento do que vamos chamar de “mestiçagem espetacular”. Esse espetáculo, para usar a análise de Schwarz (2007, está assentado num Brasil emergente que se urbaniza e se industrializa e que transforma, então, o que era negativo em exótico e do que era científico em cultural. Essa estratégia discursiva está construída a partir de:

- a) uma ideia de uma mistura natural e alegre, que tem suas origens no povo português, já acostumado a lidar com misturas de gentes diferentes (mouros, cristãos, judeus);
- b) o sujeito negro como um “colaborador” (seja no uso de seu braço na lavoura, seja com sua macumba que empresta ao senhor de escravo, mesmo em avançada idade, os elixires que lhes permitem viver as últimas alegrias de homens;
- c) o sujeito negro feminino, ou seja, a mulher e a mulata negra como “fácil”, o lócus de uma gostosa mistura;

d) a ideia da religião, o lócus de encontro e confraternização de negros e brancos, numa lógica “sensata e prudente”, que permite formar duas metades que se complementam, fraternalmente.

O negro é, assim, o complementar - sangue, braço, docilidade e macumba. O que pode romper com a lógica de servir para ser o “dono da cidade”, desde que educado no espaço do “comendador” branco.

Também podemos identificar aqui o Mesmo e o Outro (como definimos no item anterior desta pesquisa essa identificação se dá pelo uso da primeira e da terceira pessoa nos enunciados). A primeira pessoa é o “nós” das duas metades confraternizantes, plural, alegre, em harmonia. A terceira pessoa são os portugueses colonizadores⁵⁵, mas são também os professores negros, os negros macumbeiros, os mestiços e, tão comumente, a mulher negra e a mulata, “as mulheres de cor” e “as negrinhas impúberes” de Freyre (2003) e os “raros homens livres do morro” de Amado (1967). Novamente aqui, nos enunciados sobre as mulheres podemos retomar a primeira estratégia discursiva identificada na presente pesquisa para vê-la voltar a falar nessa terceira estratégia discursiva identificada nesta pesquisa da “coisificação” da mulher fácil, da negrinha que atende o homem branco, mistura-se com ele (novamente também a homogeneidade no enunciado da mistura), para proporcionar-lhe prazeres. Fáceis, à mulher ao homem negros está interdita a palavra por serem “coisas” por não serem livres, por serem complementos, braços e não sujeitos com suas vozes.

Por outro lado, a alegria, a mistura gostosa e lúbrica, a despreocupação com as raças desvelam as ideias que marcam o mecanismo discursivo da mestiçagem espetacular e única.

Uma síntese dos enunciados que operam nesse mecanismo encontra-se no quadro abaixo.

Quadro 5 – A terceira estratégia discursiva, a representação do sujeito negro como elemento de uma miscigenação espetacular, o Mesmo e o Outro

Autores/ fontes e enunciados	O Mesmo e o Outro
------------------------------	-------------------

⁵⁵ Identificamos na presente pesquisa que nessa terceira estratégia discursiva o Outro será também “o estrangeiro”, o colonizador, o português. Esse “segundo” Outro não nos parece apagar o Outro-sujeito negro. Na obra de Amado, como trata-se de um romance todo escrito em terceira pessoa, “ele/ela/eles/elas” referem-se a todos os personagens. Não nos parece aqui caber uma análise à luz de Ducrot sobre locutor/enunciador no romance. Aqui apenas destacamos que se há um “Ele” na obra de ficção de Amado esse é Antonio Balduino, o negro que deixa o morro pobre de homens que se escravizam para ganhar a “cidade negra” de Salvador, segundo as palavras de Amado.

Freyre	<p>O brasileiro é o tipo ideal para os trópicos.</p> <p>O sangue negro e índio vieram a avivar-lhe a energia.</p> <p>Não era a chamada raça inferior a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça pela outra. As consequências da escravidão não são advindas da etnicidade, mas do fator social.</p> <p>A doçura no tratamento dos escravos.</p> <p>Fomos formados despreocupados com a unidade ou a pureza da raça.</p> <p>A religião tornou-se o ponto de encontro e confraternização.</p> <p>Felizes os alunos dos professores negros, dóceis e bons.</p> <p>Somos duas metades confraternizantes que se veem enriquecendo em valores e experiências.</p>	<p>Primeira pessoa (nós): duas metades confraternizantes.</p> <p>Terceira pessoa: o português, as mulheres negras e as negrinhas impúberes, os colonizadores, os negros macumbeiros, os professores negros.</p>
Amado	<p>Balduíno (negro) esqueceu a tradição de servir e resolveu entrar no mundo dos livres.</p> <p>Negros, mulatos e brancos se escravizam.</p>	<p>Primeira pessoa: não há.</p> <p>Terceira pessoa: Antonio Balduíno, os raros homens livres do morro, os livres, pai Jubiabá.</p>

	O filho do morro é dono da cidade.	
--	------------------------------------	--

Essa estratégia e seus enunciados, que emergiram no início dos anos 30, num Brasil que se desenha industrial e urbano, permitiram assentar o espetáculo das raças, por sua vez, base do mito da democracia racial. Esse passa a ser uma ideologia não-oficial do Estado brasileiro, “mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais” (SCHWARCZ, 2007, p. 248).

Nas décadas seguintes, outros autores como Sergio Buarque de Hollanda ecoarão e atualizarão, em seus estudos da identidade brasileira, os enunciados dessa estratégia discursiva que celebra a democracia racial, esse Brasil cordial, de todas as cores - raça, céu, pássaros, flores. Nesse momento, pela proposta de Chauí, o caráter nacional está resolvido, nação e nacionalidade, então totalizadas em torno da mestiçagem, “se deslocam para o campo das representações já consolidadas” (CHAUÍ, 2000, p.29).

Ou como conclui Ortiz:

O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada, pode difundir-se socialmente e tornar-se senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.

(ORTIZ, 1985, p. 41)

6.5 A quarta estratégia discursiva, a representação do sujeito negro segundo o movimento negro

Embora com poucas referências no discurso hegemônico da ideologia do Brasil-nação, ao longo da história do país muitos são os exemplos de movimentos sociais, organizações e intelectuais negros com importante atuação político-social, com propostas de políticas públicas e com inserção institucional e visões e reivindicações por cidadania. No capítulo 4 desta dissertação vimos como o sujeito negro brasileiro resistiu à empresa escravocrata, nos terreiros, quilombos, rebeliões, na Guerra do Paraguai e na luta pela abolição.

Para fins desta dissertação, fizemos um recorte em torno do movimento negro brasileiro no contexto da emergência de seu discurso em movimentos organizados (inicialmente quando da urbanização do Brasil, por volta de 1930, momento em que movimentos como Frente Negra Brasileira (FNB) torna-se o primeiro partido negro no

país no contexto da organização do movimento negro no cenário da organização de movimentos operários – ainda neste item vamos abordar um pouco mais sobre a FNB. Mais tarde o discurso volta a emergir quando da organização do movimento negro em torno do processo de democratização do Brasil ao final da década de 70 do século 20). Contudo, o mesmo pode ser feito, em outros estudos, considerando-se, por exemplo, momentos anteriores da história da imprensa negra no Brasil (MOURA, 2002) ou dos movimentos de resistência, como a formação de quilombos, especialmente o Quilombo de Palmares (sobre o qual brevemente tratamos no item 4.1 desta dissertação). Podemos considerá-los (levantes quilombolas ou a imprensa negra) formas de construção da afirmação da subjetividade negra em diálogo de resistência com o Mesmo - sujeito discursivo historicamente interdito da alteridade do sujeito negro.

Ainda ao final do século XIX, surgem os primeiros periódicos editados por negros, o que virá a ser chamado mais tarde por pesquisadores de “imprensa negra”.

tendo a ‘raça negra’ e o preconceito como principais temas datam do final do século 19. Surgem O Treze de Maio (1888)A pátria (1889), o Exemplo (1892), A Redenção (1899), O Baluarte (1903), O Propugnador (1907), O Combate (1912), O Patrocínio (1913) (...) com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos ‘homens de cor’.
(GOMES, 2005, p. 28).

Esses jornais tanto festejam quanto criticam a abolição, reorganizando e legitimando uma memória sobre a miséria e a humilhação do sujeito negro que eram parte integrante da lógica da sociedade escravocrata. Essa mesma imprensa negra também rendia homenagens à Princesa Isabel, a quem muitas vezes chamavam de “a Redentora” (GOMES, 2005).

Nas letras, mesmo antes da emergência da estratégia discursiva da mestiçagem positiva, algumas obras trazem representações da identidade do sujeito negro fora das “regras” da estratégia discursiva inspirada na ciência social-darwinista. Sodré (1999) destaca, por exemplo, *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, publicado em 1895, onde a pessoa do negro é reconhecida e valorizada, e *O Feiticeiro*, de Xavier Marques, onde “transparece a atmosfera litúrgica dos terreiros baianos, com descrições etnograficamente aceitáveis (...) do candomblé nagô” (SODRÉ, 1999, p. 189). Essa descrição mais próxima à realidade do candomblé será retomada e retrabalhada por Jorge Amado, como vimos no item 6.4 deste capítulo.

Ortiz (1985) destaca também a obra de Manuel Bonfim, *América Latina: Males de Origem*, publicada em Paris em 1903 (o mesmo ano da publicação de *Os Sertões*, de Cunha), como um exemplo de estudo que retoma as mesmas preocupações de Nina Rodrigues e Silvio Romero, mas com conclusões contrastantes. A partir de sua analogia do biológico (a relação entre os parasitas e os parasitados) com o social, Bonfim faz coro com uma análise negativa do colonizador ibérico - embora defenda a civilização europeia como portadora do potencial de progresso e civilização -, mas considera a mistura racial na América Latina ‘renovadora’, uma vez que tenderia a reequilibrar os elementos negativos.

Não nos façamos porém grandes ilusões. Dentro do pensamento positivista de época, Manuel Bonfim toma partido pelo progresso, isto é, pela civilização europeia. O caráter ‘renovador’ das culturas negras e índia não possui, como o da cultura portuguesa, as qualidades que possibilitam orientar o progresso no sentido da evolução da sociedade; entretanto tal afirmação se dá sem que se faça apelo às teorias racistas vigentes.
(ORTIZ, 1985, p. 26).

Já “o início dos anos 30 [do século XX] foi o ápice do período de efervescência e de expectativas políticas de vários setores da população negra”. Num Brasil que se industrializava, os movimentos negros surgem e ganham força dentro dos movimentos operários. Em 1931, vários setores negros fundam a Frente Negra Brasileira, sob o lema “Deus, Pátria, Raça e Família”. A Frente vai manter uma escola primária e secundária para crianças e jovens negros e será o primeiro partido político com registro a representar especificamente as posições de movimentos negros (registro que foi cassado em 1937, durante a ditadura Vargas).

Em 1932, surge a Legião Negra, que arregimenta centenas de soldados negros em São Paulo para a luta na Revolução Constitucionalista e propõe, em seu estatuto, “a propaganda para o levantamento moral e cívico dos descendentes da Raça Negra do Brasil”. Em seu manifesto, amplamente publicado pela imprensa paulista em julho de 1932:

Descendentes da Raça Negra do Brasil: Estamos vivendo a hora mais decisiva da nossa História. Nós, os **construtores** da grandeza econômica da nossa pátria, que, com nosso sangue, a temos redimido de todas as **opressões** e com o leite da **Mãe Negra**, que a todos nós embalou e ensinou com suas lendas e canções, o grande **amor ao Brasil**, somos neste momento um dos maiores soldados desta **cruzada** pelo dever que temos de defender imenso patrimônio que durante três séculos e meio acumulamos”.

(MANIFESTO DA LEGIÃO NEGRA in O Correio de São Paulo, 1932, apud GOMES, 2005, p. 71).

Naquele momento, os jornais, principalmente em São Paulo, esforçavam-se por demonstrar as ideias de participação política da população negra, a quem denominavam “classes de cor” e que eram reconhecidas, principalmente, quando homens alistavam-se como soldados. Por outro lado, temia-se – e explicitava-se o temor de confrontos de natureza racial. No Rio de Janeiro, por exemplo, o jornal *A Noite*, em matéria sobre a campanha militar constitucionalista em São Paulo, reafirmava “a ideia de ‘brasilidade’. As tropas deveriam ter ‘unidade cívica’, e não divisões raciais” (GOMES, 2005, p. 75). A Legião Negra será derrotada pelas tropas getulistas e desaparecerá. A Frente Negra Brasileira terminará por aliar-se aos integralistas e será cassada pelo governo Vargas em 1937.

Pouco mais de uma década depois, em meados da década de 50 e no início da década de 60, a UNESCO, então empenhada em refutar os dogmas racistas que culminaram no nazismo na Europa, patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais, destacando a situação do Brasil. Pensadores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Darcy Ribeiro foram convidados a empreender estudos que pudessem transmitir ao resto do mundo o que imaginou-se ser uma receita brasileira de relações raciais harmoniosas. Porém, “o resultado dos mesmos, não confirmou as expectativas originais; pelo contrário, a auto-imagem e as idealizações raciais no Brasil sofreram danos de não pouca monta” (HASENBALG, 2006, p. 238).

Na literatura, em 1963, o poeta pernambucano Solano Trindade identificava-se como escritor negro e dirigia suas obras aos negros brasileiros. Em seu poema *Sou Negro* fala sobre as lutas dos negros brasileiros, rejeitando a ideia do “pai João, humilde e manso”.

Sou Negro / meus avós foram queimados/ pelo sol da África/minh'alma recebeu o batismo dos tambores atabaques, gonguês e agogôs/Contaram-me que meus avós/vieram de Loanda/como **mercadoria** de baixo preço plantaram cana pro senhor do engenho novo/ e fundaram o primeiro Maracatu./Depois meu avô brigou como um danado nas terras de **Zumbi**/Era **valente** como quê/Na capoeira ou na faca/escreveu não leu/o pau comeu/Não foi um pai João/humilde e manso/Mesmo vovó não foi de brincadeira/Na **guerra** dos Malês/ela se **destacou**/Na minh'alma ficou/o samba/o batuque/o bamboleio/e o desejo de **libertação**.

(TRINDADE, 1963, apud SILVA & ROSEMBERG, in VAN DIJK, 2008, p.89).

Ao final dos anos 70 do século XX, diversos movimentos sociais, entre eles muito ativamente os movimentos negros, deram início ao processo de redemocratização do Brasil. É nesse contexto que emergirá o que Sousa classificou como o acontecimento discursivo fundador no campo da história da afirmação do negro no Brasil, “dêixis fundadora da afirmação do negro como sujeito” (SOUSA in ORLANDI, 1993, p. 60). No dia 20 de novembro de 1978, o então recém-formado Movimento Negro Unificado distribuiu e lê em praça pública, em São Paulo, o Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, defendendo o 20 de novembro como data oficial para a celebrar as lutas, vida e morte do herói negro Zumbi dos Palmares. “A estratégia é transformar em mito a passividade do negro e estabelecer a resistência e o ativismo dos escravos como *verdade histórica*⁵⁶” (SOUSA in ORLANDI, 1993, p. 59).

Nós, negros brasileiros, **orgulhosos** por descendermos de Zumbi (...) hoje estamos reunidos numa **luta** de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja **participação real e justa** do negro, uma vez que somos os mais oprimidos dos oprimidos, não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isso, negamos o 13 de maio (...) como um dia de libertação. Por quê? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrendo uma situação de **dominação** em que até hoje o negro se encontra; jogados nas favelas, cortiços, alagados e invasões (...)e tendo ainda sobre si o peso **desumano** da violência e repressão policial. Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração que a que estamos submetidos, lutando contra o racismo e toda e qualquer forma de **opressão** existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade, visando uma real **emancipação** política, econômica, social e cultural.

(Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra, 1978 apud SOUSA in ORLANDI, 1993, p. 59).

Instituiu-se, assim, discursivamente “um campo da subjetividade negra” (Sousa, 1993). O sujeito negro deixará de ser apenas referido para referir-se. O Brasil movimentava-se de um regime de repressão pela ditadura militar que completava então quase 25 anos, para a construção de um novo marco político de democracia. Dez anos depois do Manifesto, as lutas e reivindicações dos movimentos sociais negros conquistaram a inclusão na Constituição Federal do artigo que condena o racismo como crime inafiançável. O ganho no campo do novo marco legal abre espaço para novas reivindicações. Começam a ganhar voz as propostas favoráveis a políticas de ações afirmativas, como vimos no capítulo 4 desta dissertação. Instituiu-se, então, um novo sujeito de enunciação, “o sujeito coletivo que pede” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, in ORLANDI, 1990, p. 163).

⁵⁶ Grifo da autora.

Para fins desta pesquisa, os enunciados do Manifesto e nossa identificação de um novo sujeito de enunciação nos permitem concluir pela existência de uma cadeia discursiva em torno de um sujeito negro que é enunciador e locutor (DUCROT, 1987). Essa cadeia dá voz a esse sujeito negro.

A partir daí, identificamos a quarta estratégia discursiva sobre as relações raciais no Brasil da presente pesquisa, o sujeito negro no Brasil presente na enunciação dos movimentos negros no país. Essa estratégia assenta-se, historicamente, em momentos da prática social de ampliação da democracia no país e pelo reconhecimento de um papel ativo do sujeito negro na história brasileira. Essa estratégia discursiva está construída a partir de:

- a) a ideia do orgulho de ser negro (a afirmação de ser negro, ser orgulhoso, pertencer a movimentos como Palmares, a guerra dos malês na Bahia);
- b) a ideia de um sujeito negro ativo, que reivindica uma “participação real e justa” na sociedade brasileira (“construtores”, “valente”).

Também podemos identificar aqui o uso da primeira e da terceira pessoa nos enunciados dessa cadeia discursiva, que formam essa quarta estratégia discursiva. Há um deslocamento do Mesmo e do Outro nessa quarta ED. Mas um deslocamento que não nos parece radical. Isso porque percebemos que “o negro” aqui é, ao mesmo tempo, primeira pessoa e terceira pessoa, Mesmo e Outro.

Nos textos e trechos identificados na presente pesquisa, há uma insistência no pronome “nós”, mas que não supera a diferença “nós” e “eles”. O que pode indicar que “o sentido de pertencimento (...) evocava tanto o desejo de ser reconhecido como a explicitação da desigualdade” (GOMES, 2005, p. 73). Eu e ele, nós e eles, o negro fala sobre si e do outro negro nesse mecanismo discursivo do sujeito negro segundo os movimentos negros.

Vejamos no quadro abaixo uma síntese dos autores e enunciados que operam nessa estratégia discursiva e como o Mesmo e o Outro se apresentam nesse mecanismo.

Quadro 6 – A quarta estratégia discursiva, a representação do sujeito negro segundo o movimento negro, o Mesmo e o Outro

Autores/fontes e enunciados	O Mesmo e o Outro
-----------------------------	-------------------

		(primeiras e terceiras pessoas)
Manifesto da Legião Negra de 1932	Construtores da grandeza econômica da nossa pátria. Opressão redimida com sangue. A Mãe Negra. Amor ao Brasil. Cruzada para defender o patrimônio brasileiro que acumulamos.	Primeira pessoa: nós negros construtores. Terceira pessoa: a Mãe Negra.
<i>Sou Negro</i> , de Solano Trindade.	Meus avós vieram de Luanda como mercadoria. Meu avó valente. Minha avó se destacou na guerra. O desejo de libertação.	Primeira pessoa: Eu, negro. Terceira pessoa: meus avós negros; o senhor de engenho.
Manifesto do 20 de novembro de 1978	Orgulhosos por descender de Zumbi. O negro tem sobre si o peso desumano da violência.	Primeira pessoa: nós negros brasileiros. Terceira pessoa: o negro.

A partir dessas quatro estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil, podemos ver como o discurso retorna aos mesmos espaços do dizer, constrói suas paráfrases, os processos pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém “a memória, o dizível” (ORLANDI, 1999, p. 36).

Identificamos nas quatro estratégias discursivas:

a) Uma ideia de homogeneidade.

Essa ideia é a base do discurso sobre as relações raciais no Brasil. Ela se movimenta entre o desejo de um todo homogêneo e inquebrantável (um ideal de nação -

ED1), para um projeto de homogeneidade eugênico (ou seja, de que a homogeneidade deveria se dar pelo embranquecimento da população brasileira e pelo desaparecimento do sujeito negro - ED2), para depois se tornar um projeto de homogeneidade que resulta no surgimento de um homem ideal para os trópicos, um homogêneo formada da mistura alegre de raças que transforma brancos e negros em duas metades confraternizantes (FREYRE, 2007 - (ED3), e, finalmente, se tornar um homogêneo construído sobre a ambiguidade de uma identidade negra que ora e refere como “nós” ora como “ele” (ED4).

b) Uma ideia de silenciamento.

Erguida sobre a base da homogeneidade, o discurso sobre as relações raciais no Brasil silencia a possibilidade da diferença. Silencia pela não-inclusão da menção à escravidão no primeiro marco legal do Brasil-nação, silencia porque fala de seu Outro, o sujeito negro, como um sujeito inconsciente que teria abdicado de seu direito de reivindicação, silencia porque pretende apagar a “maldição da cor” (ED1), silencia por transformar a pretensão do apagamento em política pública: queima os arquivos da escravidão, e estimula a entrada de imigrantes europeus brancos para a eliminação do sangue negro (ED2). Silencia porque cala o processo de formação étnico-fenotípica do Brasil ao atribuir à mestiçagem o adjetivo “gostosa” ou retirar a “alvura” da mulher que se exclui socialmente (ED3). Silencia por confundir o “nós” e o “ele” no discurso do próprio sujeito negro (ED4).

c) O Mesmo branco e o Outro negro

Nas estratégias discursivas identificadas nesta pesquisa, o Mesmo, ou o que fala, é branco. Esse Mesmo é também o povo brasileiro, numa indicação de que a primeira pessoa do discurso sobre as relações raciais no Brasil parece nos convidar a um exercício lógico: se o “eu” é branco, e o “eu” é o povo brasileiro, logo o povo brasileiro é branco.

O Outro (a terceira pessoa) é o sujeito negro (por vezes, o Outro é o estrangeiro⁵⁷, porém, o sujeito negro é o Outro mais presente, mais referido, sobre quem efetivamente se fala. Ainda quando fala o próprio sujeito negro, “o negro” ou a “Mãe Negra” é a terceira pessoa.

⁵⁷ Aqui vale lembrar o que vimos em Hobsbawn, sobre como o Outro referia-se ao estrangeiro no princípio da criação dos Estados-nações, como vimos no capítulo 3 da presente dissertação.

Como vimos, a paráfrase para a EFAD, é o retorno aos mesmos lugares do dizer, o lugar da sedimentação. A paráfrase é a origem do sentido, uma vez que não há sentido sem repetição.

Nas estratégias discursivas, pudemos identificar também como há sempre um movimento no discurso. Por exemplo, vimos emergir, na quarta estratégia discursiva identificada nesta pesquisa, o sujeito negro que se refere, ou seja, onde o sujeito negro é falado na primeira pessoa (sem deixar, porém, de ser falado na terceira pessoa, como vimos). Aí, encontramos uma polissemia, aquilo que traz o novo ao discurso, o espaço do deslocamento e da criação.

Lembremo-nos de que é na tensão entre paráfrase e polissemia que o discurso se faz e significa, entre o mesmo e o diferente, o já-dito e o a se dizer, segundo Orlandi (1999).

No próximo capítulo, trabalharemos especificamente o corpus da presente pesquisa para identificar se e como esse discurso sobre as relações raciais ecoa no discurso de opinião do jornal *O Globo*. Vamos nos perguntar, a partir dos enunciados do discurso do jornal *O Globo*, que ideias estão ali presentes e que elos discursivos elas formam entre si e entre as estratégias discursivas que identificamos neste capítulo desta dissertação. Pretendemos identificar como os textos sempre recorrem a outros textos e, como nos propôs Foucault, como a prática discursiva do jornal *O Globo* é gerada a partir de combinações de práticas discursivas e definida pelas relações entre essas práticas.

Neste capítulo buscamos o tecido de historicidade do discurso sobre as relações raciais no Brasil a partir de seu Outro, o sujeito negro brasileiro. Vimos como esse o Mesmo (a primeira pessoa) e o Outro foram referidos ao longo do eixo do tempo, num recorte cronológico coerente com o processo de construção do caráter e da identidade nacional (Chauí, 2000). Analisamos essas referências a partir da identificação dos enunciados de textos seminais sobre as ideias sobre o Brasil e identificamos ali quatro estratégias discursivas as relações raciais no país.

Essas estratégias permitem que vejamos o movimento do discurso, a partir de seus já-ditos e não-ditos.

Capítulo 7 - O jornal O Globo e seus enunciados sobre relações raciais no Brasil

Neste capítulo vamos apresentar o jornal *O Globo*, objeto empírico desta pesquisa, e textos opinativos do jornal sobre as relações raciais no Brasil, que definimos como o corpus desta dissertação. Vamos aqui identificar os processos de enunciação do jornal nesses textos opinativos. Mas, vale lembrar, não estaremos apenas na superfície linguística. Buscamos um objeto discursivo e, por isso, vamos buscar identificar nos enunciados e na estrutura do discurso de opinião como o discurso do jornal sobre as relações raciais se materializa.

7.1 O contrato de leitura do jornal O Globo

As edições 27.179 e 27.296 d'*O Globo* formam o corpus desta dissertação. Lido e clipado ao longo de todo o ano de 2008 (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) – edições 27.174 a 27.540 -, d'*O Globo* vamos analisar dois editoriais do jornal, publicados nos dias 06 de janeiro e 02 de maio de 2008.

O Globo foi criado em 1925, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, pelo jornalista Irineu Marinho. Semanas depois da primeira edição do jornal, Irineu Marinho faleceu e o periódico passou às mãos de seu filho, Roberto Marinho, que o dirigiu até a década de 90 quando o jornal passou, então, a ser editado sob responsabilidade de seu filho, João Roberto Marinho.

Hoje, o jornal é apenas uma parte de um enorme conglomerado de empresas de mídia, hoje reunidas na *holding* Organizações Globo. As Organizações detêm, além do jornal, a maior cadeia de TV do Brasil, sistema de rádio, editora de periódicos e livros, operações de TV a cabo e telefonia, negócios na Internet.

O jornal *O Globo* pode ser considerado hoje um veículo de importância nacional. Ou seja, é reconhecido como um jornal de repercussão entre autoridades, no espaço acadêmico.

O Globo publica, em média semanal, 48 páginas de conteúdo diariamente, divididas nas editorias de Rio (cidade/local), País (mais dedicada aos temas da Política e de políticas públicas nacionais – Educação, Saúde), Opinião (duas páginas, normalmente as centrais do primeiro caderno: na primeira estão o editorial e a coluna de Cartas dos Leitores, e na segunda, artigos assinados por articulistas fixos e por articulistas convidados), Economia, Mundo, Segundo Caderno, Esportes.

De segunda a sexta, o jornal tem três ou quatro cadernos. O primeiro, normalmente, traz as editoriais de País, Opinião e Rio e a coluna de notas assinada diariamente pelo jornalista Anselmo Góis), o segundo traz Economia, Mundo e Esportes (às segundas-feiras Esporte ganha um caderno à parte) e o terceiro com Cultura (chamado Segundo Caderno). Às terças-feiras, o jornal publica o suplemento Fanzine, voltado a leitores adolescentes. Aos sábados, há cadernos especiais de temas femininos (Ela) e o encarte infantil (Globinho), além de um caderno especial sobre o mercado de livros e publicações (Prosa e Verso). Aos domingos, o jornal tem, além dos cadernos regulares, um caderno especial com notícias da TV, a Revista do Globo (um formato mais próximo do jornalismo de revista, com perfis de celebridades, editoriais de tendências de moda e decoração e articulistas fixos na área de comportamento). Também aos domingos, o espaço do editorial do jornal coloca um tema em discussão. O jornal apresenta em editorial sua posição sob o título “Nossa opinião” e convida um especialista ou autoridade para expor sua posição sobre o mesmo assunto.

Em seu projeto editorial, *O Globo* tem algumas características. Destacamos algumas:

Na página 2 do jornal, uma coluna resume os destaques da edição do dia, sempre com uma foto aberta em duas colunas, no alto esquerdo da página (às segundas-feiras, a página traz uma seleção feita pelo próprio jornal das fotos melhores ou mais impactantes fotos da semana). Na mesma página 2, a coluna Por Dentro do Globo conta histórias pitorescas ou mostra o processo de produção das notícias, destacando jornalistas da equipe d’*O Globo* dedicados a coberturas especiais, casos mais polêmicos. A mesma coluna traz também a nota Autocrítica, onde o jornal reconhece erros de ortografia ou apuração da edição passada. A página 2 é completada ainda por uma coluna de notas sobre Política.

Na página 3, o tema da primeira notícia do jornal não é fixo. Alguns dias são publicadas matérias sobre Política (cobertura do Congresso ou do governo federal) ou ainda sobre políticas públicas (relatórios sobre Educação, segurança pública, saúde, etc.).

O jornal tem uma página chamada Logo, a página móvel, um espaço para licenças editoriais e gráficas, com temas variados, ora composta por autores convidados (como músicos ou poetas ou cartunistas) ora dedicado a comentários mais de fundo sobre temas como política, assuntos internacionais, literatura, comportamento.

Os jornalistas da equipe d'*O Globo* que assinam colunas de artigos e/ou notas são Anselmo Góis (Política, cidades e *fait-divers*), Merval Pereira (Política), George Vidor (Economia), Miriam Leitão (Economia), Jorge Moreno (Política), Joaquim Ferreira dos Santos (sociedade), Flavia Oliveira (Economia/Negócios).

O jornal tem ainda articulistas fixos, que publicam regularmente colunas assinadas ou artigos: Ali Khamel (ligado ao grupo Globo por ser diretor de jornalismo da TV Globo), Ricardo Noblat, Zuenir Ventura, Luís Fernando Veríssimo, Cristovam Buarque, Elio Gaspari, e no caderno de Cultura, Arnaldo Jabor, Cora Rónai, Artur Xexéo, entre outros.

7.2 A construção do corpus desta pesquisa

Depois de percorridas as etapas da contemplação e da observação dos efeitos de evidência a partir dos pressupostos da EFAD dos textos do jornal *O Globo*, ao longo de um ano de pesquisa, construímos nosso dispositivo analítico (apresentado no primeiro capítulo da presente dissertação). A partir daí, partimos para a etapa de construção de um corpus, dentro do dispositivo teórico que propusemos para esta dissertação (também apresentado no capítulo 1 desta pesquisa). Foram os seguintes os nossos passos:

Passo 1

Lemos e clipamos matérias do jornal *O Globo* que se referiam ao que chamamos, para efeitos desta pesquisa, de relações raciais). Todas as editorias do jornal foram acompanhadas diariamente. Foram coletadas mais de 700 notas e matérias, com notícias que iam de acusações de crime de racismo, jogadores de futebol do Benin treinados por clubes brasileiros, relatórios sobre o desempenho de estudantes negros e brancos na Educação básica, concursos de beleza, a guerra civil no Zimbábue, o debate sobre a constitucionalidade das cotas para estudantes negros nas universidades e, muito fortemente, sobre as eleições presidenciais norte-americanas.

Aqui precisamos fazer um parêntese para uma importante observação. O ano em que observamos o jornal *O Globo*, 2008, será especialmente marcado no tema das relações raciais pelo processo eleitoral para presidente dos Estados Unidos. A presença do candidato Barack Obama, o primeiro negro que entrou no processo das prévias eleitorais americanas com chances efetivas de ser eleito o primeiro presidente negro norte-americano, teve cobertura diária do jornal *O Globo*, desde a disputa das primárias do partido Democrata, passando pela escolha de Obama como candidato democrata, sua

campanha e a eleição propriamente dita. Essa cobertura teve, certamente, forte impacto no número de matérias publicadas e clipadas para esta pesquisa.

Passo 2

Desse amplo universo de material recolhido, usando as propostas de Charaudeau (2006), Wolf (1995), Ramos (2000) e Hall (1999), entendemos que nos seria mais rico optar por analisar o material opinativo do jornal. Isso porque entendemos que esses são os espaços dos jornais onde mais claramente o veículo nos oferece mais explicitamente interpretações da realidade. Como dissemos no capítulo dois desta dissertação, os espaços de opinião são lugares da liberdade que a imprensa tem de exprimir uma opinião acerca de tópicos de grande interesse e “o ponto onde os *media* mais activa e abertamente modelam e estruturam a opinião pública”⁵⁸ (Hall et al, 1999, 234).

Passo 3

Desse universo mais restrito, o discurso de opinião do jornal *O Globo*, escolhemos dois editoriais, para análise (as razões de nossa escolha foram apresentadas no item 1.5, capítulo 1, desta dissertação e serão novamente retomados no item seguinte deste capítulo):

- a) *Grave ameaça*, publicado na página 6, editoria de Opinião do jornal *O Globo*, no dia 6 de janeiro de 2008;
- b) *Falsas divisões*, publicado na página 6, editoria de Opinião do jornal *O Globo*, no dia 2 de maio de 2008;

Cópias dos editoriais formam o Anexo desta pesquisa.

Todo esse processo foi regido pela teoria da AD, especialmente pelos pressupostos da Escola Francesa da Análise do Discurso.

7.3 Os textos analisados

Depois de termos delineado as quatro principais estratégias discursivas⁵⁹ presentes no discurso sobre a questão racial no Brasil, dedicamos nossa análise a dois textos editoriais do jornal *O Globo*, publicados respectivamente em 6 de janeiro de 2008

⁵⁸ Mantivemos a grafia do texto original.

⁵⁹ Como apresentamos no capítulo 6 desta dissertação são as seguintes as estratégias discursivas identificadas no presente estudo e que tratam das relações raciais no Brasil: 1) o negro coisificado; 2) a mestiçagem negativa; 3) a mestiçagem positiva; 4) o sujeito negro segundo os movimentos negros, descritas, respectivamente nos itens 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 desta pesquisa.

e em 2 de maio de 2008., sob os títulos *Grave ameaça* e *Falsas divisões*, respectivamente.

Como apresentamos no capítulo 1 (item 1.5, Material a ser analisado na pesquisa), desta dissertação, esses dois textos foram selecionados a partir dos seguintes critérios:

- a) nossa opção por trabalhar com o discurso de opinião e, mais especificamente, com o texto editorial, uma vez que o editorial “parece fornecer um ponto de referência objectivo e externo para mobilizar a opinião pública” (HALL et al, 1981 in TRAQUINA, 1999, p. 234)⁶⁰;
- b) ter como tema central a questão das relações raciais;
- c) ter sido publicados no veículo de mídia que escolhemos para esta pesquisa, o jornal *O Globo*, dentro da lógica da possibilidade da imprensa de “escrever editoriais e exprimir opinião acerca de tópicos de grande interesse” (HALL et al, 1981 in TRAQUINA, 1999, p. 233).

Entendemos que o discurso de opinião é, como o define Ramos (2000), fenômeno marcante em nossos tempos de mediação da vida pública. Essa mediação encontra nos jornais local estratégico da constituição do discurso político-social.

Eles substituem freqüentemente as instâncias oficiais (...); assumem-se como entidades de uma re-criação do real, constituindo, ao nível sócio-político, uma rede de poderes, e ao nível lingüístico uma pluralidade de modos de significação, de códigos e de competência;(...) ao mesmo tempo que permitem, reproduzem e ampliam a discussão e a defesa de pontos de vista. E, se a vida social e política se rege por relações de consenso/conflito, também o jornal se define e pronuncia nesses termos⁶¹.
(RAMOS, 2000, p. 1)

Entendendo-se que no quadro da ordem social as relações se regem por movimentos de tensão e distensão, de consenso e conflito, os textos de opinião, como proposto por Ramos, operam, na vida social, como discurso polêmico.

O polêmico, por sua gênese no campo lexical da guerra, é definido por “um conjunto de propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas (...) ao serviço de um objectivo dominante, o de desqualificar o objecto que constitui seu alvo, ‘matar’ metaforicamente o adversário discursivo⁶².
(RAMOS, 2000, p. 2)

⁶⁰ Mantida a grafia original do texto em Traquina (1999).

⁶¹ Mantida a grafia original do texto.

⁶² Mantida a grafia do texto original.

O discurso de opinião é, portanto, visto como um contra-discurso. No jornal *O Globo*, corpus desta pesquisa, esse contra-discurso está identificado em seu espaço dentro do jornal em uma editoria específica, sob o nome “Opinião”.

O discurso polêmico tem ainda entre suas características o fato de que se reverte de um “carácter maniqueísta” (RAMOS, 2000, p. 3), lançando mão de estratégias argumentativas para, ao mesmo tempo, desqualificar argumentos opostos, mas também para construir uma imagem de imparcialidade, autoridade e justiça de seu locutor, no nosso caso, o jornal *O Globo*. “O artigo evoca aquilo que, aos olhos da opinião pública, é razoável, é evidente, é necessário”⁶³(RAMOS, 2000, p. 6).

7.3.1 Trilha da análise

Para nossa análise, seguimos o mesmo percurso que fizemos nas cadeias de sentido quando da identificação das estratégias discursivas, apresentadas no capítulo 6 desta dissertação:

- a) Selecionamos editoriais publicados em *O Globo* no período de janeiro a dezembro de 2008 que tiveram como tema central a questão racial, identificando dois editoriais sobre o tema no referido período. O primeiro publicado em 6 de janeiro e o segundo, em 2 de maio de 2008;
- b) Destacamos nos textos algumas palavras, buscando sempre não os sentidos das palavras que queremos dar a elas (ORLANDI, 2008), mas o efeito de sentido. “O que fica no processo de produção de sentido, que é histórico e no qual há um jogo entre história e ideologia, é um subproduto (são efeitos de sentido)” (ORLANDI, 2008, p. 143).

Importante lembrar que, como dito anteriormente, não estamos buscando aqui identificar o que o texto diz. A partir dos instrumentos da EFAD, vamos, sim, buscar aquilo que, ao dizer o que diz, o que esses textos – no caso os editoriais do jornal *O Globo* - estão fazendo?, como nos propõe Orlandi (2008). Tomaremos num quadro de análise esses efeitos de sentido dados pelas condições de produção dos textos de opinião, como vimos no capítulo 2 desta dissertação;

- c) Procederemos a uma análise discursiva, procurando identificar as cadeias discursivas presente nos enunciados do discurso de opinião do jornal *O Globo*

⁶³ Grifos mantidos como no texto original.

sobre relações raciais, deslocando a observação do produto para o processo, determinado por suas condições de produção.

Vamos aos textos e sua análise.

7.3.2 O texto editorial *Grave ameaça*

O editorial apresentado a seguir foi publicado pelo jornal *O Globo* no domingo, 6 de janeiro de 2008, página 6, editoria de Opinião⁶⁴.

*É odiosa qualquer manifestação de racismo, acertadamente punida por legislação específica. Tão mais condenável se torna o crime quando consideramos ser o Brasil uma **nação miscigenada**, em que **não pode haver espaço para choques** de cunho racial.*

*Ao importar modelos aplicados em **sociedades diferentes** da nossa, como as **cotas** na Universidade – contestadas na Justiça nos Estados Unidos, país-símbolo dessas **ações ditas afirmativas** –, Brasília sucumbiu a grupos de pressão organizados que se batem por **políticas públicas racialistas**, uma **distorção de perigosas** conseqüências.*

Tenta-se interpretar a problemática social brasileira pelo ângulo das raças, um conceito rejeitado pela própria ciência. Por esse tipo de visão, o negro tem escolaridade relativamente mais baixa e se situa nos estratos de renda menos beneficiados não por ser pobre, mas por ser negro.

A partir dessa míope interpretação, propõe-se uma série de ações todas elas desafiadoras do princípio constitucional da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos brasileiros.

*As cotas raciais para a Universidade não só **discriminam** alunos pela cor da pele, mas também cometem uma **injustiça** com os pobres que não são negros, e por isso não contam com a ajuda desses grupos de pressão. Além disso, ao **deixar em plano secundário o mérito acadêmico**, essa política conspira a favor da perpetuação de um dramático problema, o da baixa qualidade do ensino. Com isso, coloca-se um grande ponto de interrogação sobre a capacidade que teremos de contar com profissionais à altura dos desafios num **mundo inexoravelmente globalizado**.*

*A aplicação dessas políticas reproduzirá no Brasil **choques** existentes em sociedades com um histórico muito **diferente** do nosso, em que ainda há o **convívio pacífico** de **várias raças étnicas**, um **patrimônio** hoje sob **grave ameaça**. E que se tornará **irreversível** caso o Congresso aprove o estatuto dito da igualdade racial.*

No quadro a seguir, destacamos os enunciados presentes no discurso de opinião do jornal *O Globo*, a partir da análise do editorial *Grave ameaça*. Entendemos que esses enunciados formam cadeias discursivas sobre as relações raciais no Brasil.

⁶⁴ Grifos da autora.

Destacamos ainda quem é o Mesmo (a primeira pessoa, quem fala) e quem é o Outro (a terceira pessoa, sobre quem se fala) nessas cadeias discursivas no editorial *Graves ameaças*.

Como definimos no capítulo 6 da presente dissertação, para fins desta pesquisa, o Mesmo, no discurso, é aquele que garante a história da ordem das coisas, entre elas, a ordem do discurso. O Mesmo é aquele que fala, é a primeira pessoa, o eu, o nós, o que conta a história, explica, reivindica, advoga, expõe suas opiniões. O Outro, no discurso, por sua vez, é o sujeito ao qual o discurso está interdito e/ou encerrado, conjurado. O Outro é a terceira pessoa, a pessoa sobre a qual se fala, mas que, quase sempre, não fala, ou melhor, não enuncia.

No item 7.4, na sequência, vamos proceder às lógicas de ligação as quais nos propusemos nesta dissertação (capítulo 1, item 1.7.5), contrapondo o corpus desta pesquisa com as descrições genealógicas (que estruturamos como estratégias discursivas identificadas para fins do presente estudo), reconhecendo tais lógicas de ligação. Analisaremos essas lógicas a partir da configuração, das condições de produção e da interação social do discurso de opinião como discurso polêmico (RAMOS, 2000). A partir daí, poderemos, finalmente, buscar os efeitos de sentido do discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Quadro 7 – Enunciados em destaque, o Mesmo e o Outro no discurso do editorial *Grave ameaça*

Enunciados em destaque	Mesmo e Outro
Nação miscigenada	O Mesmo: nossa sociedade O Outro: o negro, os pobres, os grupos de pressão.
Sem espaço para choques	
Ações “didas” afirmativas	
Distorção perigosa / grave ameaça irreversível	
Injustiça	
Mérito	
Variedade étnica	
Igualdade	
Políticas públicas racialistas	

Pudemos identificar as seguintes lógicas de ligação entre as descrições genealógicas (as estratégias discursivas) e o primeiro item do corpus desta pesquisa, o editorial *Grave ameaça*, a partir da estrutura do discurso de opinião como discurso polêmico:

7.3.2.1 O título e a metáfora da guerra

A “guerra metafórica” (RAMOS, 2000) que define o discurso polêmico é apresentada logo no título do editorial: grave ameaça.

Aqui usamos a ideia de Paul Ricoeur (1975), segundo a qual a metáfora não é senão um deslocamento e extensão do sentido da palavra, sua “*explication relève d’une théorie de la substitution*” (RICOEUR, 1975, p. 7)⁶⁵. Assim, a “guerra metafórica” de Ramos retoma a origem da palavra polêmica, que vem do léxico militar e da guerra para reforçar a proposição de Foucault segundo a qual “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas(...), mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

No editorial *Grave ameaça*, a polêmica reafirma sua natureza verbal, onde “as armas a terçar são as palavras” (RAMOS, 2000, p. 2), lançando-se mão de estratégias discursivas, numa luta de poder, numa luta pelo discurso.

Para o locutor do editorial, portanto, para o jornal *O Globo*, é preciso chamar a atenção da opinião pública para algo que coloca o Mesmo (“nossa sociedade”) em risco. Ao usar o Mesmo como “nós”, o editorial lança ainda mão de uma das estratégias linguísticas identificáveis no discurso de opinião que é a da cumplicidade e de interpelação direta ao leitor. O locutor “transforma-se, assim, em ‘um dos nossos’ (...) pode ser sentido como uma vítima” (RAMOS, 2000, p. 7), no caso uma potencial vítima de tal da grave ameaça, anunciada no título do editorial. Se o locutor é o “nós”, na lógica maniqueísta do discurso polêmico, o “nós” encarna o conjunto de características positivas, contrapondo-se ao “eles”, no caso desta pesquisa, o Outro.

Como vemos aqui e veremos nos itens seguintes, num esforço de retórica e polêmica que conforma o discurso de opinião, os editoriais que estamos analisando, usam todo o tempo a metáfora, tanto em sua estrutura de transferência dos sentidos das palavras, quanto em uma de suas funções, identificadas por Ricoeur em sua obra *La*

⁶⁵ “Sua explicação é estabelecida a partir de uma teoria da substituição” em versão livre da autora.

métaphore vive (1997), a retórica, ou seja, sua função de persuasão. A luta pelo discurso procura convencer e para tal procura aniquilar seu adversário discursivo.

7.3.2.2 A desqualificação por sinonímia

O editorial trata como sinônimos idênticos as políticas afirmativas e as cotas raciais (“*as cotas na Universidade – contestadas na Justiça nos Estados Unidos, país-símbolo dessas ações ditas afirmativas*”). Como vimos no capítulo 4 desta dissertação, as políticas de ações afirmativas são um novo e amplo campo de políticas públicas, onde as cotas são apenas um de seus instrumentos. Reduzir ações afirmativas como cotas é parte de uma construção de desqualificação – como vimos uma característica importante do discurso de opinião – pela redução de sentidos de uma ou mais palavras.

7.3.2.3 O efeito de sentido da expressão “ditas afirmativas”

Essa desqualificação reforça-se na sequência do texto, com o uso do adjunto adnominal “ditas afirmativas” que qualifica o substantivo “ações”. Na língua portuguesa, o mais comum é usar a expressão “dito/dita” para subentendidamente desqualificar o nome (dito é tanto sinônimo de “mencionado” como de “mexerico”, segundo o dicionário Novo Dicionário da Língua Portuguesa (s/d, p. 485). Aqui a desqualificação – que, como vimos, é típica do discurso de opinião - se faz por adjetivação, ou seja, por delimitação do sentido de uma palavra, no caso “afirmativas”.

7.3.2.4 O lugar-comum, o todo homogêneo

O locutor no editorial, o jornal *O Globo*, procura consagrar-se num espaço de autoridade e de legitimidade, usando o lugar-comum, o que parece verdadeiro, trabalha para imputar respeitabilidade, o que é próprio desse tipo de fala. Vemos aqui mais um recurso característico do discurso de opinião e de sua estrutura de discurso polêmico e de sua função retórica.

Selon l'un des préceptes les plus elementaires de la rhétorique, celui qui veut prendre la parole doit d'abord se justifier; il doit s'identifier à son public et s'adapter à son horizon. Il y arrive en proposant une opinion commune à lui-même et à son auditoire, une opinion qui a une chance d'être reconnue, de préférence une opinion courante ou respectable. C'est que Arioste a appelé un “endoxon”⁶⁶.

⁶⁶ “Segundo um dos preceitos dos mais elementares da retórica, aquele que quer tomar a palavra deve primeiramente se justificar. Ele deve se identificar a seu público e adaptar-se a seu horizonte. Chega a este ponto propondo uma opinião comum a ele mesmo e a sua audiência, uma opinião que tem chance de

(VON MOOS, 1990, apud RAMOS, 2000, p. 7)

O *endoxon*ⁱ nos remete às estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil que vimos no capítulo 6. Vem da ideia de que o Brasil é uma nação miscigenada, logo, é uma nação sem conflitos raciais. Esse é o ideal da nação mestiça a qual vimos falar nas EDs 1 e 3 identificadas na presente pesquisa e apresentadas no capítulo 6 desta dissertação. Uma nação que não é exclusivamente branca e que, portanto, deve ser “inquebrantável”, como nos sugere a primeira estratégia discursiva sobre as relações raciais no Brasil. Uma nação formada por um encontro que resultou no homem ideal para os trópicos, como vimos na terceira estratégia discursiva que apresentamos na presente pesquisa

A desqualificação das políticas de ação afirmativas segue, fiel a suas características do esquema polêmico do discurso de opinião. O editorial *Grave ameaça* adjetiva as políticas de ação afirmativa como “políticas racialistas” – o adjetivo “racialistas” não é explicado, o que nos parece uma outra estratégia enunciativa e argumentativa do discurso polêmico que é lançar mão de expressões técnicas, propositalmente não explicadas, para procurar imprimir autoridade à argumentação.

7.3.2.5 Novamente a metáfora da guerra

O discurso do editorial d’*O Globo* retoma o campo da guerra metafórica para sustentar que tais políticas “ditas afirmativas” “são uma distorção” e, mais, uma distorção adjetivada como “perigosa”, reforçando a ideia da grave ameaça já enunciada no título do editorial que analisamos aqui no item 7.3.2.1 acima.

Neste ponto, o editorial, como discurso polêmico, reveste-se do caráter maniqueísta típico dos discursos de opinião “onde se define uma instância que congrega todas as qualidades e virtudes, pertinentes ou não para o fim evocado, e uma outra (o alvo definido) acusada, mais ou menos declaradamente, de simbolizar o oposto” (RAMOS, 2000, p. 3). A qualidade é a homogeneidade, o Brasil miscigenado que desconhece o conflito racial. As políticas “ditas de ação afirmativa” são seu oposto, o alvo definido como “distorção”;

7.3.2.6 A estratégia da reversão

ser reconhecida, de preferência, uma opinião corrente ou respeitável. É o que Ariosto chamou de um ‘*endoxon*’”. Em versão livre da autora.

O discurso do editorial *Grave ameaça*, então, passa a sustentar que as cotas raciais discriminam. “Não é de se admirar, portanto, que alguns textos polêmicos se revistam por vezes de um carácter por vezes excessivamente truculento, onde o insulto substitui a defesa e ataque de ideias, onde a injúria se sobrepõe à argumentação⁶⁷” (RAMOS, 2000, p. 2).

O editorial usa a estrutura polêmica para sustentar que as cotas raciais, criadas, em princípio, para o enfrentamento da discriminação, são, elas próprias discriminatórias. Ou seja, as cotas são desqualificadas a partir de sua própria natureza. Aqui vemos funcionar também uma das estratégias de negação do racismo chamada de reversão (como vimos no capítulo 5 desta dissertação), a forma mais radical de negação do racismo, uma estratégia de (contra)ataque, segundo Van Dijk (2008).

Na reversão, se uma pessoa (ou grupo) acusa o outro de racista, ela é, por sua vez, acusada de racismo às avessas, de ser intolerante e de ver racismo onde ele não existe. O acusado reverte a acusação: “*Nós* não somos culpados de nenhum ato negativo, *eles* é que são. Ou: *nós* não somos racistas, eles é que são os *verdadeiros* racistas⁶⁸” (VAN DIJK, 2008, p. 165). O editorial, então, qualifica as políticas de ação afirmativa como discriminatórias, num movimento que pretende desacreditar seu adversário discursivo. Para o público, o texto de opinião pode criar a dúvida: afinal, quem discrimina?

7.3.2.7 Argumentos de emoção, o ideal da democracia

Retomando a operação que Ramos (2000) define como maniqueísta, o editorial opera também “recorrendo a argumentos de índole intelectual ou emotiva”. Em seu quinto parágrafo, como vimos, lança mão das ideias de justiça (no seu oposto “injustiça”) e de meritocracia (o “mérito acadêmico”). A meritocracia é dita numa situação de risco: a política “conspira” – novamente a metáfora da guerra – contra ela (“*ao deixar em plano secundário o mérito acadêmico, essa política conspira...*”).

Ambas as ideias – justiça e meritocracia - fazem parte do ideal de democracia e são, portanto, ideias caras à opinião pública.

Nesse ponto, portanto, o editorial usa da estrutura do discurso polêmico em seu viés de persuasão, enunciando e argumentando a partir do que a opinião pública entende como “razoável” e “necessário” (RAMOS, 2000) e dizendo à opinião pública que há uma conspiração contra tais ideais democráticos.

⁶⁷ Mantido a grafia original do texto.

⁶⁸ Grifos do texto original.

No caso ainda da ideia de meritocracia, vemos ainda a política de cotas ao “conspirar” contra tal ideia, lançar uma dúvida – “um ponto de interrogação” - sobre as possibilidades de desenvolvimento do país. A política de cotas, segundo *O Globo*, coloca em xeque a capacidade que teremos – retoma-se aqui o verbo na primeira pessoa do plural, o “nós” que cria cumplicidade com o leitor, o nós/Mesmo do discurso sobre as relações raciais, o nós/povo brasileiro que vimos na estratégia discursiva sobre a mestiçagem positiva (item 6.4 da presente dissertação) para sermos um país competitivo num cenário de globalização.

Esse “ponto de interrogação”, essa incerteza, portanto, sobre o futuro da “nossa sociedade” ecoa/retoma os argumentos das estratégias discursivas 1 e 2, que, como vimos, atrelaram a homogeneidade como instrumento *sine qua non* para a independência e o progresso do Brasil. Tal homogeneidade e sua consequente ausência de conflitos são a base sob a qual se ergue “nosso ideal de Pátria”, como o pensou Joaquim Nabuco (segundo apresentamos no capítulo 6, item 6.3 da presente pesquisa).

Retomar esse ideal de nação é esforço de persuasão emotiva, fim último da retórica, arte na qual razão e sentimentos são inseparáveis, segundo Reboul.

Os meios da competência da razão são os argumentos(...): o raciocínio silogístico (entimemas) e os que se fundamentam no exemplo. (...) Os meios que dizem respeito à afetividade são, por um lado, o etos, o caráter que o orador⁶⁹ deve assumir para chamar a atenção do auditório, e por outro lado o patos, as tendências, os desejos, as emoções do auditório das quais o orador poderá tirar partido.

(REBOUL, 2004, p. XVII)

7.3.2.8 Variedade étnica é patrimônio

A ideia da ausência de conflito, que emerge do todo “homogêneo e compacto” que vimos na ED1 (capítulo 6, item 6.3 desta dissertação) ressurge no discurso do editorial *Grave ameaça*, quando a política de cotas é então apresentada como um risco a esse convívio pacífico que sempre marcou o Brasil, lugar onde a “variedade étnica” é um patrimônio. Aqui também vemos reforçado o ideal público de ausência de choques, o homogêneo que já em 1824, nos enunciados da fundação política do Brasil-nação, nos foi apresentado como uma proteção a quaisquer convulsões políticas.

Essa não-divisão, logo, o todo homogêneo, é apresentada como um patrimônio brasileiro, formado, como vimos quando apresentamos a estratégia discursiva identificada nesta pesquisa da mestiçagem positiva, na “mistura gostosa” do sangue

⁶⁹ Em nosso caso, na presente pesquisa, a ideia de orador aplica-se ao locutor.

branco com “o sangue negro e índio [que] vieram a avivar-lhe a energia”, a partir de Freyre (2007).

7.3.2.9 O ‘golpe’ final

No fecho do texto, o discurso do editorial retoma seu conjunto de propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas, dentro do mecanismo da guerra metafórica, para ajudar o leitor a concluir que, diante de seus enunciados, a ameaça das cotas é de tal forma grave que desenha-se “irreversível”.

A desqualificação do objeto que constitui o adversário discursivo do discurso de opinião do jornal *O Globo*, as políticas “ditas de ação afirmativas”, recebe então seu golpe final, aquele que pretende aniquilar metaforicamente esse adversário discursivo.

O efeito de sentido da ameaça, presente no título do editorial *Grave ameaça*, recoloca os enunciados de uma longa cadeia discursiva sobre as relações raciais no Brasil. Nesta pesquisa, vimos emergir tal cadeia no Brasil do século 19, quando os abolicionistas, advogados dos “homens de cor” que “dormiam”, tinham em seu ideal “**conciliar** todas as classes, e **não indispor** uma contra as outras (...) que não podem querer instilar no coração do oprimido um **ódio** que ele não sente” (NABUCO, 1988, p. 39). Vimos essa cadeia recolocar-se na estratégia discursiva sobre a miscigenação negativa identificada nesta pesquisa – quando as propriedades enunciativas e argumentativas visavam à homogeneidade pelo embranquecimento – e, mais uma vez, a vimos surgir na estratégia discursiva da miscigenação positiva identificada nesta pesquisa, onde a mistura alegre da “variedade étnica” brasileira formou um homem moderno nos trópicos, pronto para os desafios de um Brasil que progredia rumo à urbanização e à industrialização. Esse homem agora, esse Mesmo, que forma “nossa sociedade” precisa agora aprontar-se, sem divisões, “para um mundo inexoravelmente globalizado”.

7.3.2.10 O Mesmo e o Outro

Dentro de sua lógica, o discurso do editorial *Grave ameaça*, com sua estrutura de discurso de opinião e discurso polêmico, marca o seu Mesmo (que definimos aqui como a primeira pessoa) como a “nossa sociedade” (como vimos nos itens acima). O Outro, a terceira pessoa sobre a qual se fala, sobre o qual o discurso está encerrado, está fundado no sujeito negro. Ora coincide com esse sujeito negro (“*Por esse tipo de visão, o negro tem escolaridade relativamente mais baixa...*”), ora se distingue dele por contraste, a

terceira pessoa são os “pobres que não são negros”. De uma ou outra forma, portanto, o Outro nesse discurso de opinião do jornal *O Globo* refere-se ao sujeito negro, por ligar-se a ele ou por diferenciar-se dele.

Para o próximo editorial, repetiremos o mesmo procedimento descrito no quadro **y** acima: destacamos as ideias presentes no discurso de opinião, em nosso caso, o discurso de opinião do jornal *O Globo*, a partir da análise do editorial *Falsas divisões*. Como fizemos para o primeiro discurso de opinião analisado acima, na sequência do quadro, vamos proceder às lógicas de ligação que nos propusemos nesta dissertação (capítulo 1, item 1.7.5), contrapondo o corpus desta pesquisa com as descrições genealógicas (que estruturamos como estratégias discursivas), identificando tais lógicas de ligação, a partir das condições de produção do discurso midiático de opinião.

7.3.3 O texto editorial *Falsas divisões*

O editorial apresentado a seguir foi publicado pelo jornal *O Globo* na segunda-feira, 2 de maio de 2008, página 6, editoria de Opinião.

Um grupo de artistas, acadêmicos, sindicalistas e representantes de movimentos sociais contrários a políticas de cotas raciais dirigiu-se ao Supremo Tribunal Federal para entregar uma carta ao presidente do STF, Gilmar Mendes. O documento afirma que os vestibulares que adotam o mecanismo de cotas acabam privilegiando estudantes de classe média “arbitrariamente classificados como negros”.

No começo de abril, o STF começou a julgar as ações contra o ProUni (Programa Universidade para Todos), defendido pela Ministério da Educação, que oferece bolsas em universidades e faculdades a estudantes que se declararem indígenas, pardos ou negros. É nesse contexto que se posiciona o atual manifesto, que enfatiza: “A crença na raça é artigo de fé do racismo. A fabricação de ‘raças’ oficiais e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios”.

Não se trata de negar que, mesmo no Brasil, exista preconceito racial; mas, diz a carta “depois da Abolição, a nação elaborou uma identidade amparada na idéia anti-racista da mestiçagem, e produziu leis que criminalizam o racismo”.

Um dos defeitos da discussão das cotas é desviar a atenção da realidade da educação brasileira. “Há um programa inteiro de restauração da educação pública a se realizar”, diz o manifesto dos intelectuais, “que exige políticas adequadas e vultosos investimentos. É preciso elevar o padrão do ensino, mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural”.

É nesse abismo que reside a verdadeira injustiça; e enquanto ele não for atacado de frente, criar cotas raciais em faculdades e universidades é de uma artificialidade patente. Como lembrou Drauzio Varella, em artigo recente para a “Folha de S. Paulo”, a caracterização das raças, em termos históricos, é precária e recente: há não muito tempo, éramos todos negros, originários do continente africano, e só

em circunstâncias muito particulares é que produziram as diferenciações de hoje. Mas é sobre essa base frágil que trabalham no fundo os que estão criando argumentos para a perpetuação do racismo.

Como fizemos para o editorial anterior, vamos destacar, no quadro a seguir, palavras presentes nos enunciados desse segundo editorial do *O Globo*, publicado em 02 de maio sob o título *Falsas divisões*, que forma o corpus desta pesquisa. Como no primeiro editorial, entendemos que esses enunciados formam cadeias discursivas sobre as relações raciais no Brasil.

Destacamos ainda no quadro quem é o Mesmo (a primeira pessoa) e quem é o Outro nessas cadeias discursivas do editorial *Graves ameaças*.

Na sequência do quadro, item 7.4, vamos proceder às lógicas de ligação que nos propusemos nesta dissertação (capítulo 1, item 1.7.5), contrapondo o corpus desta pesquisa com as descrições genealógicas (que estruturamos como estratégias discursivas identificadas no presente estudo), reconhecendo tais lógicas de ligação. Analisaremos essas lógicas a partir da configuração e da interação social do discurso de opinião como discurso polêmico (RAMOS, 2000). A partir daí, poderemos buscar os efeitos de sentido do discurso sobre as relações raciais no Brasil.

Quadro 8 – Enunciados em destaque, o Mesmo e o Outro no discurso do editorial *Falsas divisões*

Enunciados	O Mesmo e O Outro
Cotas raciais	O Mesmo: éramos (no passado) todos negros.
Arbitrariamente classificados como negros	
Inocular ódios	
Preconceito racial	O Outro: estudantes arbitrariamente classificados como negros, os que estão criando “falsas divisões”.
Ideia anti-racista de mestiçagem	
Divisão artificial / de base frágil	
Todos negros	
Perpetuação do racismo	

Nos itens de 8.3.3.1 a 8.3.3.10, identificamos as seguintes lógicas de ligação entre as descrições genealógicas (as estratégias discursivas) e o segundo item do corpus desta pesquisa, o editorial *Falsas divisões*, a partir da estrutura do discurso de opinião como discurso polêmico.

7.3.3.1 O título como contra-discurso

Como define Ramos (2000), a guerra metafórica do discurso de opinião tem natureza dialógica. Ou seja, implica a existência de dois antagonistas que divergem em certos pontos, mas partem de bases enunciativas gerais. Para efeitos desta pesquisa, a base enunciativa são as relações raciais no Brasil. A partir daí, o discurso de opinião, no caso o editorial em análise do jornal *O Globo*, vai procurar conquistar o seu lugar no macro-discurso social, procurando sobrepor-se a outros. Essa ideia de um discurso que se funda na diferença de pontos de vista é logo explicitada no título do texto de opinião do jornal *O Globo*. Ao adjetivar as divisões que, segundo o texto propõe, surgem das políticas de cotas, o título do editorial já começa por qualificá-las como “falsas”.

O discurso presente no editorial *Falsas divisões*, portanto, em seu título já explicita seu caráter maniqueísta, de atribuir ao alvo definido (a política de cotas), o oposto das qualidades e virtudes da verdade, ou seja, a mentira, a falsidade.

A ideia de falsa divisão também retoma o ideal de homogeneidade que vimos em funcionamento quando apresentamos as estratégias discursivas no capítulo 6 da presente dissertação. Já no título, o discurso de opinião do jornal *O Globo* atribuirá a qualquer divisão baseada na ideia das relações raciais como não-verdadeira.

7.3.3.2 Desqualificação pela qualidade de arbitrário

Em seu exercício característico de discurso de opinião e de discurso polêmico, o editorial *Falsas divisões* fará funcionar os mecanismos os “arsenais retóricos e argumentativos” de Kerbrat-Orecchioni (s/d, apud RAMOS, 2000) a fim de desacreditar seu adversário discursivo, a proposta de uma política de cotas raciais nas universidades brasileiras.

Essa desqualificação dar-se-á nesse ponto por dois mecanismos. Primeiro vai usar o argumento do “racional” para a opinião pública (RAMOS, 2000) ao atribuir às cotas uma natureza de privilégio. Afinal, privilégios não carregam em si a racionalidade do Estado-nação moderno e eficiente.

Segundo, o discurso de opinião vai desqualificar a população-alvo das políticas de cotas ao qualificar os estudantes como tendo sido “arbitrariamente classificados como negros”. O que é arbitrário, por derivação, não é justo nem científico.

7.3.3.3 Outros locutores

É especialmente interessante notar no editorial *Falsas divisões* como o jornal *O Globo* explicita uma das mais importantes características do discurso de opinião, o fato de reconhecer-se como instância intermediária e assumir-se como o local de confluência de múltiplas vozes, uma ponte entre o público e os tomadores de decisão.

Em *Falsas divisões*, *O Globo* toma emprestados enunciados de um manifesto de artistas e intelectuais, entregue ao presidente da suprema corte brasileira. Assim, “le journal se presente alors comme un lieu d’interxtualité, traversé par des discours déjà constitués et, simultanément, générateur d’une parole polyphonique (espace à plusieurs voix)⁷⁰” (IMBERT, 1988, apud RAMOS, 2000, p. 9).

Ao criar inter-referências nos seus artigos de opinião, *O Globo* assume um papel relevante de criador de realidade. As citações de outros artigos e documentos alimentam a polêmica, num processo de intertextualidade. O texto passa a ser um mosaico, faz circular outros textos, “se constrói numa rede de laços intertextuais mais ou menos óbvios que re-criam o mundo⁷¹” (RAMOS, 2000, p. 10).

Essas citações, por outro lado, também reforçam a autoridade do locutor do artigo de opinião e seu impacto, ampliando, portanto, seu poder performativo.

No editorial aqui analisado, *O Globo* lança mão ainda de um outro locutor, além do grupo que assina o referido manifesto sobre a política de cotas. Esse locutor ecoa o enunciado médico-científico que vimos trabalhar tão presentemente na estratégia discursiva sobre a mestiçagem negativa identificada nesta pesquisa (que vimos no capítulo 6, item 6.3 da presente pesquisa).

No editorial *Falsas divisões*, o segundo momento do exercício da palavra polifônica do jornal está baseado em outro artigo de jornal (dessa vez d’*A Folha de S. Paulo*), assinado pelo médico Drauzio Varella. Na estratégia discursiva sobre a mestiçagem negativa identificada nesta pesquisa, o discurso médico foi fundamental para criar a cadeia discursiva de que o elemento negro era a fonte de doenças e vícios e demência e causa do atraso no desenvolvimento do Brasil-nação. Esse mesmo discurso médico apelava para a homogeneidade racial brasileira a partir da diluição do sangue negro, por meio do incentivo à imigração europeia e o conseqüente embranquecimento da população brasileira.

⁷⁰ “O jornal se apresenta então como um lugar de intertextualidade, atravessado pelos discursos já constituídos e, simultaneamente, gerador de uma palavra polifônica (espaço de vozes plurais)”. Versão livre da autora.

⁷¹ Mantida a grafia do texto original.

Os media não só possuem um quase monopólio do “conhecimento social”, como fonte primária de informação daquilo que acontece – também dirigem a passagem entre aqueles que estão “no saber” e a ignorância estruturada do público.

(HALL & al, 1981, in TRAQUINA, 1999, p. 234)

Em *Falsas divisões* novamente o discurso médico vem reforçar a ideia da homogeneidade, dessa vez, para sustentar que todos, haveria pouco tempo, “éramos todo negros”, que todos originamos do continente africano e que a diferenciação, é fruto, apenas, de “circunstâncias muito particulares”. Esse enunciado, por sua vez, nos remete à uma outra ideia, a que nega o acontecimento (no sentido social-histórico) e coloca a diversidade no campo do acidente, ou seja, tratar-se-ia não de um jogo político-social, mas de um jogo natural, de acasos biológicos. No próximo item, vamos seguir analisando esse enunciado.

7.3.3.5 Éramos todos negros

Há nesse enunciado mais um argumento de homogeneidade: todos éramos iguais, negros, logo, todos continuamos iguais, ainda que não todos sejamos negros. O que somos então, todos somos brancos? O editorial não aprofunda o raciocínio, apenas o situa sob o argumento da ciência médica, como vimos no item acima.

Podemos ver funcionar aqui uma das estratégias discursivas de negação que Van Dijk classifica como “desracialização”. Para ele, essa estratégia baseia-se muito comumente no argumento de que “o status quo étnico [é] ‘natural’, ‘inevitável’, ou até mesmo democrático” (VAN DIJK, 2008, p 96). Haveria algo mais democrático do que um passado que nos iguala a todos e, principalmente, um passado recente (“há não muito tempo”)?

Essa homogeneidade reforça o silenciamento tanto do passado quanto do presente das relações raciais no Brasil.

A ideia da homogeneidade e seu efeito de sentido no passado retomam o silenciamento que vimos funcionar quando apagamos em marcos legais e arquivos oficiais as histórias da escravidão (EDs 1 e 2), ou ainda no apelo que vimos enunciado na ED1 desta pesquisa: “não devemos, portanto admitir essa **maldição da cor**; pelo contrário, devemos tudo fazer para **esquecê-la**” (NABUCO, 1988, p. 38). Se somos todos originários do continente africano, que especificidade ou que identidade haveria

na origem do que a primeira (ED 1) das estratégias discursivas identificadas nesta pesquisa chamou de “homens de cor”, as centenas de milhares de pessoas que foram traficados da África para o Brasil como escravos? Se éramos todos negros e originários do continente africano, que perfeita, então, a idéia de “duas metades confraternizantes” que vimos na terceira estratégia identificada nesta pesquisa.

Se éramos todos iguais, fazem sentido os enunciados das EDs 1 e 3 identificadas nesta pesquisa segundo os quais “funestas conseqüências da senzala” (nas palavras de Andrada e Silva, ED1) devem-se “ao **fato social** [da escravidão] e não ao étnico” (nas palavras de Freyre, ED 3). Apenas a escravidão, condição temporária, nos separava a brancos e negros.

O passado equitativo também reforça o silenciamento no presente. Não é preciso – nem possível – falar de políticas diferenciadas. Afinal, temos um passado – recente – comum. Quaisquer possíveis desigualdades étnicas ou raciais seriam inconsistentes com essa origem que partilhamos e compartilhamos. “É mais vantajoso negar tal inconsistência [a desigualdade] fundamental, ou pelo menos explicá-la como incidental” (VAN DIJK, 2008, p. 167).

7.3.3.6 Inoculação e ódio

Usando a ferramenta do discurso polêmico de dar um caráter de palavra polifônica ao discurso de opinião, o editorial *Falsas divisões* segue citando o manifesto de artistas e intelectuais contra as cotas e retoma dois enunciados que vimos falar quando de nossa apresentação sobre as estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil. São eles a ideia de inoculação e de ódio.

A ideia da inoculação é utilizada na cadeia discursiva sobre o negro coisificado (ED 1) e sobre a mestiçagem negativa (ED 2), identificadas na presente pesquisa. Na ED 1, a inoculação dos vícios e da imoralidade é apresentada por Andrada e Silva, como a resposta dos escravos à tirania dos brancos. Na ED 2, embora sem o sentido intravenoso da inoculação, o que sugere Lobato em sua obra *O Presidente Negro* é também uma fórmula de propagar (outro significado do verbo inocular, segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (s/d, p. 768) a esterilidade a “criaturas de cabelos encarapinhados”, resolvendo o problema das relações raciais no fictício Estados Unidos do ano 2.228 ao aniquilar a população negra daquele país no prazo de uma geração, por infertilidade.

A ideia do ódio, como vimos, está presente tanto na ED 1 quanto na ED 3, a da mestiçagem positiva, identificada nesta pesquisa. Na estratégia discursiva sobre o negro coisificado, o ódio é aquilo que não sente o “oprimido”, o “homem de cor”, como argumenta Nabuco (1988). O contato entre as raças branca e negra no Brasil, segundo os enunciados de tal cadeia discursiva, é “isento de asperezas”. Já na ED 3, o ódio, ou a ausência dele, emerge como resultado da política “prudente e sensata”, identificada por Freyre (2007) na religião, o ponto de “confraternização” de brancos e negros, ou na “doçura no tratamento dos escravos” que herdamos de nossos colonizadores portugueses.

7.3.3.7 A distância do marco legal à realidade

O discurso do editorial *Falsas divisões* segue sua estrutura de discurso polêmico desqualificando seu adversário discursivo ao reconhecer que existe preconceito racial no Brasil, mas, ao mesmo tempo, ao lembrar ao leitor do editorial, que “a nação produziu leis” que o criminaliza.

Atrair o enfrentamento do racismo a ideia de um projeto nacional também é um eco das estratégias discursivas que vimos no capítulo 6 da presente pesquisa. A nação que se reconhece não exclusivamente branca e que, portanto, rejeita a discriminação está presente nas cadeias discursivas identificadas nesta pesquisa. Para relembrarmos a ED3, retomamos aqui as palavras de Freyre, citadas no item 6.3 desta pesquisa: “somos **duas metades** confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas” (FREYRE, 2003, p. 418).

A referência ao marco legal nacional também faz emergir a ideia da não-discriminação que ora se silencia ora se positiva na lei. Vimos o silêncio sobre a escravidão operar quando vimos falar a estratégia discursiva identificada nesta pesquisa sobre o sujeito negro coisificado (quando a Assembleia Constituinte de 1824 preferiu suprimir o artigo que tratava da abolição gradual dos escravos do Brasil-Império ou quando da decisão de Ruy Barbosa, em 13 de maio de 1991, de queimar todos os arquivos da escravidão). Essa positivação legal a vimos atuar a partir da estratégia discursiva da mestiçagem positiva identificada nesta pesquisa, que deveria ser reconhecida pelos estatutos da nacionalidade e, assim, pudesse ajudar a neutralizar os conflitos do mundo “real”, como é tarefa da ideologia fazê-lo.

7.3.3.8 Identidade e anti-racismo

Em seu mecanismo de discurso polêmico, o editorial *Falsas divisões* procura autoridade e legitimidade no mesmo *endoxon* que vimos no item 7.3.2.4 acima. A opinião comum é de que o Brasil tem uma identidade construída sobre a base da “anti-racista da mestiçagem”. Conhecemos seus alicerces dessa identidade ao longo do capítulo 6 desta dissertação, quando vimos falar as estratégias discursivas identificadas nesta pesquisa sobre as relações raciais no Brasil.

Sobre essa base, o editorial se apoia para identificar-se com seu público, usando assim um dos preceitos elementares da retórica, que, como vimos, à página 57 desta dissertação é a arte de persuadir pelo discurso.

7.3.3.9 O silêncio sobre os que falam do racismo

Ainda na lógica da desqualificação de seu adversário discursivo, o texto de opinião d’*O Globo*, *Falsas divisões*, recorre ao mecanismo de dessasujeitamento e de silêncio sobre quem seriam as pessoas favoráveis às políticas de cotas ao simplesmente não nomeá-las. O editorial diz apenas que “os que estão criando argumentos para a perpetuação do racismo trabalham sobre uma base frágil”.

Essas pessoas ou movimentos ou organizações não têm nome. Apenas vão contra os argumentos científicos, jurídicos e identitários identificados pelo discurso de opinião, operando em bases “frágeis”.

Esse mecanismo de desqualificação tanto ecoa a estratégia discursiva 2, que baseia sua cadeia discursiva sobre a mestiçagem negativa em argumentos científicos de sua época e, portanto, o fundamenta sobre bases que poderíamos chamar de sólidas, em oposição a bases “frágeis”.

Ecoa ainda, ainda que por um mecanismo de silêncio, a estratégia discursiva do sujeito negro segundo os movimentos negros, identificada nesta pesquisa, uma vez que sabemos, a partir dos enunciados argumentativos dos movimentos negros, como vimos no capítulo 6, item 6.5, como na história das ações afirmativas no Brasil (item 4.2.1) que tais políticas são, principalmente, fruto de reivindicações desses movimentos negros.

A desqualificação, portanto, dá-se pelo silenciamento.

7.4 Genealogias e corpus

Nesta pesquisa, nos propusemos a analisar se e como as genealogias (o que nos dá conta dos começos e das hereditariedades, segundo Foucault (2002), do discurso sobre as relações raciais no Brasil ecoam no discurso de opinião do jornal *O Globo*.

Fomos buscar essa genealogia nos textos que nos permitiram a identificação das estratégias discursivas do discurso sobre as relações raciais no Brasil, apresentadas no capítulo 6 desta dissertação.

Nos itens acima do capítulo 7 desta pesquisa, apresentamos os enunciados, identificados para efeitos desta pesquisa, presentes no corpus que definimos para esta pesquisa, os dois editoriais de *O Globo*, publicados sob os títulos *Grave ameaça* e *Falsas divisões*.

Consideramos ainda as condições de produção e as características do discurso midiático de opinião.

Buscando as lógicas de ligação da leitura genealógica e do corpus, a partir das características do discurso midiático de opinião, podemos concluir que o jornal *O Globo*, quando fala das relações raciais no Brasil em seu discurso de opinião, usa o esquema da comunicação polêmica (RAMOS, 2000) para ecoar os enunciados das estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil, identificadas nesta pesquisa.

Em seu discurso de opinião, o jornal *O Globo* enuncia que:

a) a identidade do Brasil-nação está ancorada numa homogeneidade racial.

O discurso de opinião do jornal *O Globo* retoma a idéia de nação compacta e homogênea, de um povo formado por uma mestiçagem de “várias raízes étnicas”, que é um “patrimônio” do país.

O efeito de sentido nesse ponto é que no Brasil, por exemplo, o debate de políticas de ação afirmativa não teria razão nem espaço e representaria “grave ameaça” calcada numa distinção “anti-científica”, numa “falsa divisão”. Um enunciado sobre tais políticas está, portanto, sob interdição no Brasil.

b) da homogeneidade deriva o não-conflito.

Se somos uma nação homogênea, alcançamos o ideal do “todo inquebrantável” aos tumultos sociais e políticos, desejado e planejado pelos primeiros ideólogos do Brasil-nação, que vimos falar na primeira estratégia discursiva (capítulo 6 desta dissertação) identificada nesta pesquisa. Não houve ódio entre escravizadores e escravizados. Houve diluição do sangue que nos teria “inoculado” vícios (segunda

estratégia discursiva identificada nesta pesquisa. Reforçado pelo que Freyre (2007) chamou de uma “política sensata e prudente”, o brasileiro formou-se a partir de uma “gostosa” mistura, com brancos e negros sendo duas metades confraternizantes (FREYRE, 2007).

Diante desse passado que o discurso de opinião do jornal *O Globo*, com sua estrutura polêmica, retoma, qualquer debate em torno das relações raciais no Brasil representaria um risco grave de conflitos, de divisões que não temos pois, desde nosso ideal de nação, devemos ser e somos um todo homogêneo.

O efeito de sentido aí é, portanto, que as políticas públicas baseadas em identidades derivadas das relações raciais representam potencial de conflito, com “perigosas consequências”. Tais políticas poderiam alterar a estrutura da ideia de Brasil-nação, a homogeneidade racial. O Brasil importaria de outras sociedades não somente seus modelos, mas também seus conflitos. Aqui não houve conflitos, não há conflitos, por que, então, debateríamos políticas que representassem ameaças de conflitos?

Além dos dois pontos acima, podemos concluir ainda, em nossa busca das lógicas de ligação entre a história e o discurso do jornal *O Globo*, que, em sua estrutura de discurso de opinião, além de enunciar, o jornal *O Globo* silencia.

c) o sujeito negro dilui-se.

Em seu discurso de opinião, o jornal *O Globo* cala o sujeito negro, retomando o silêncio das estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil identificadas nesta pesquisa. O sujeito negro está diluído entre “os pobres que não são negros”. Está sem nome quando ações especificamente voltadas para as populações negras são articuladas por “esses grupos de pressão”, quando dito sob os recursos gramaticais de indeterminação do sujeito (“Tenta-se interpretar a problemática social brasileira pelo ângulo das raças” ou “os que estão criando argumentos para a perpetuação do racismo”). Esses “grupos” usam argumentos precários e não-científicos em contraposição a cientistas e “intelectuais”, que sabem não existir raça.

O sujeito negro também é colocado em xeque porque sua definição é “arbitrária”.

O sujeito negro está ainda diluído no argumento da ciência de que, há pouco tempo, “éramos todos negros” e que, portanto, nada – ou apenas acidentes da biologia – nos diferenciam.

O efeito de sentido aqui reforça os dos dois pontos anteriores, de que no Brasil não é desejável - ou sequer possível - que se discuta relações raciais, ora porque somos homogêneos, ora porque é perigoso, ora porque quem fala sobre isso não é digno de falar, por ser “precário”, “arbitrário”, diluído porque não-determinado. Num processo de reversão (VAN DIJK, 2008) quem fala de discriminação é considerado discriminador.

O que vemos, portanto, nas lógicas de ligação entre as estratégias discursivas identificadas por esta pesquisa e o discurso de opinião do jornal *O Globo* são estratégias de negação das relações raciais no Brasil.

Essa negação se repete a partir das cadeias discursivas que constroem as ideias da homogeneidade, a ideia de que é preciso evitar qualquer ameaça de convulsão social e política, e o silêncio em torno do Outro do discurso das relações raciais definido nesta pesquisa, o sujeito negro brasileiro.

Essa repetição tem dois efeitos de sentido.

7.4.1 O primeiro efeito de sentido, alteridade e identidade

O primeiro efeito de sentido da repetição das ideias de homogeneidade, não-conflito e do silêncio é tornar possível o assujeitamento do Outro como define Orlandi (1999). Se não há Outro, por efeito de sentido das ideias de homogeneidade e silêncio, não haveria, então, porque falar de relações.

Como vimos ao longo desta dissertação, cabe ao Mesmo garantir a história da ordem das coisas, entre elas, a ordem do discurso. O Mesmo é aquele que fala, é a primeira pessoa, o eu, o nós, o que conta a história, explica, reivindica, advoga, expõe suas opiniões. O Outro, por sua vez, é o sujeito ao qual o discurso está interdito e/ou encerrado, conjurado. O Outro é a terceira pessoa, a pessoa sobre a qual se fala, mas que, quase sempre, não fala, não enuncia.

Nas estratégias discursivas identificadas na presente pesquisa, vimos como, reforçando a definição de Foucault (2007), esse Outro das relações raciais, como são o Outro nas ordens de discurso, é interior e estranho. Assim é o sujeito negro no discurso das relações raciais no Brasil, regido por uma necessidade de diferenciação, mas também de ligação (MENDES, 2002). O Outro não fala, é o que inculca “vícios e imoralidades” no Mesmo (ED1), o demente (ED2) que precisa ser diluído com sangue branco europeu – o estranho -, mas é também o complemento, o sangue negro veio avivar o sangue branco, formando o tipo ideal para os trópicos, “misturando-se

gostosamente”, sem conflitos (ED3). Ora, o que complementa, se dissolve no Mesmo, dilui-se. Se diluído, não sabe se primeira ou terceira pessoa (ED4).

Se complementar, é calado, cerceado. O Outro é não-sujeito porque, afinal, é preciso “conjurar-lhe o perigo interior, encerrando-o (...) para reduzir-lhe a alteridade” (FOUCAULT, 2007, p. XII).

Se não há Outro, não há alteridade.

Se não há alteridade, como é possível a identidade?

7.4.2 O segundo efeito de sentido, a *fundatio renovada*

O segundo efeito de sentido da repetição das ideias de homogeneidade, não-conflito e do silêncio do Outro é, também segundo a proposta de Orlandi (1999), tornar possível a naturalização de processos sociais, no marco das práticas ideológicas, no caso desta pesquisa, a naturalização das diferenças e das origens de abuso e violência nas relações do Outro com o Mesmo, do Outro com o Outro.

Como buscamos os efeitos de sentido no discurso das relações raciais no Brasil a partir da linha do tempo da construção da ideia do Brasil-nação, podemos concluir que a reafirmação pelo discurso de opinião do jornal *O Globo* das estratégias discursivas sobre relações raciais no Brasil, identificadas nesta pesquisa, permite a atualização dos enunciados do país miscigenado, alegre e sem convulsões, o país homogêneo e inquebrantável, desejado desde seu primeiro marco legal de Estado, em 1824, e constantemente renovado pelo discurso das relações raciais que precisa-pretende-mantém atadas duas metades “confraternizantes”, brancos e negros.

Enunciar diferenças ou discriminações representa ameaça latente, assustadora, nodosa, precária, arbitrária, não-científica. Não é possível permitir quaisquer enunciados que pretendam descontinuar a ideia de homogeneidade e confraternização que nos erguem e nos ligam como nação. Fazê-lo é colocar em xeque a idéia de Brasil.

Assim, para reforçar essa ideia, o discurso de opinião do jornal *O Globo* sobre as relações raciais renova o mito-discurso fundador, a *fundatio* (CHAUÍ, 2000) do Brasil: o país-jardim, cordial e sem convulsões ou conflitos. O efeito de sentido é reafirmar as ideias da identidade e do caráter nacionais, a ideologia, portanto, da nação homogênea e inquebrantável e confraternizante.

Considerações finais

*Se me perguntarem o que é a minha pátria direi:
 Não sei. De fato, não sei
 Como, por que e quando a minha pátria
 Mas sei que a minha pátria é a luz, o sal e a água
 Que elaboram e liquefazem a minha mágoa
 Em longas lágrimas amargas. (...)
 Tenho-te no entanto em mim como um gemido
 De flor; tenho-te como um amor morrido
 A quem se jurou; tenho-te como uma fé
 Sem dogma; tenho-te em tudo em que não me sinto a jeito
 Nesta sala estrangeira com lareira
 E sem pé-direito.
 Vinícius de Moraes, *Pátria Minha**

Nesta dissertação, fizemos um percurso iniciado na revisão de alguns conceitos da Análise do Discurso, na delimitação de nosso material de pesquisa e no estabelecimento de nossa metodologia. Revisamos o processo de construção do discurso midiático e as características do discurso midiático de opinião. Vimos como emergiram os conceitos de raça (no sentido de identidade racial) e de nação e como ambos encontraram-se num determinado momento da história. Trouxemos alguns dados sociais e econômicos sobre as relações raciais brasileiras e vimos como se dá, na contemporaneidade, o discurso sobre relações raciais. A partir daí, identificamos, em diferentes momentos e por diferentes sujeitos, enunciados que formam as cadeias discursivas sobre as relações raciais no Brasil e como essas cadeias se estruturam em estratégias discursivas. Mergulhamos no corpus de nossa pesquisa - dois textos editoriais do jornal *O Globo* - para buscar ali os ecos das estratégias discursivas sobre as relações raciais que identificamos no contexto desta dissertação.

Ter percorrido esse caminho de investigação, do ponto de vista construído a partir da presente pesquisa, nos possibilitou o exercício ao qual nos propusemos, o de nos colocarmos na posição de analista do discurso para expandir nosso campo de compreensão sobre o jornalismo em suas funções pública e social e suas reais possibilidades enquanto ação social. Tal perspectiva é fiel à linha de pesquisa de Jornalismo e Sociedade a qual esta dissertação se vincula, dentro do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Ao optarmos epistemologicamente pela Análise de Discurso, somamos esta dissertação aos estudos de jornalismo que se debruçam sobre a linguagem e o discurso, como lentes de interpretação de nosso mundo, mas também como prática de sentidos e, portanto, de intervenção no real.

A busca que realizamos ao longo deste trabalho foi de compreender a práxis simbólica em torno das relações raciais no Brasil, a partir da identificação de estratégias discursivas sobre esse tema no país, desde sua formação como Estado-nação e de sua *fundatio*, ou seja, da criação de um semióforo do Brasil (CHAUÍ, 2000) até podermos ver funcionar os ecos de tais estratégias no discurso midiático de opinião atual do jornal *O Globo*.

Nossa proposta aqui era, com o instrumental teórico-metodológico da Análise de Discurso, e a partir do entendimento das condições de produção do discurso midiático nos colocarmos a pergunta: seria possível desnaturalizar esse discurso sobre as relações raciais no Brasil para ver quem é o seu Outro, quem é o seu Mesmo e como esses elementos se relacionam?

A presente pesquisa nos responde sim a essa pergunta, ao nos levar a pensar, a partir da linguagem, a ideologia – essa estratégia de trincheira numa guerra de posições, segundo a perspectiva gramsciana. Assim, pudemos compreender como as palavras e enunciados ligados ao tema das relações raciais no Brasil não apenas estão ligadas às coisas, nem são o reflexo de evidências. Elas carregam em si a história, a memória, o esquecimento sobre essas relações.

É a ideologia desse Brasil-nação que torna possível a relação entre as palavras sobre as relações raciais e as coisas, ou seja, o cotidiano e as lógicas das relações sociais-raciais. Como nos propusemos, fizemos esse caminho sobre e sob dois movimentos, o da coesão (o mito exemplar da democracia racial) e da contradição (o discurso versus as práticas sociais).

Não podemos deixar de reforçar que, ao longo de todo esse projeto de pesquisa, o discurso foi abordado e entendido por nós em sua lógica de movimento, de paráfrases e polissemias, de rupturas e continuidades. Em nosso percurso pelas estratégias discursivas identificadas nesta pesquisa e pelo discurso de opinião do jornal *O Globo*, o conjunto dos enunciados nos possibilitaram tanto a visualização mais ampla do tema estudado como, ao mesmo tempo, permitiu-nos enxergar recorrências linguísticas. Vimos a movimentação dos enunciados parafrásicos da homogeneidade e do silenciamento, ora operarem na lógica da economia liberal do Brasil império, ora serem parafraseados no discurso científico ou no discurso da literatura, ora funcionarem no ensaio sobre as relações íntimas no Brasil.

Mas vimos também polissemia e ruptura.

Enquanto há estratégias discursivas (as EDs identificadas nesta pesquisa como a primeira estratégia discursiva – o negro coisificado pela instituição da escravidão; a segunda ED – a miscigenação negativa; e a terceira ED – a da miscigenação positiva, alegre e singular do Brasil) que fortalecem um Mesmo como sujeito discursivo que silencia o Outro e interdita-lhe o direito de construir sua subjetividade, localizamos a estratégia discursiva que nesta pesquisa denominamos de ED 4, a do sujeito negro segundo os movimentos negros. Essa estratégia apresenta um ‘novo Mesmo’. Um sujeito discursivo que, embora historicamente lhe tenha sido negada a possibilidade de auto-afirmar-se enquanto subjetividade negra, renasce em um movimento de emancipação do silenciamento.

No momento da enunciação do Manifesto do Dia da Consciência Negra (que vimos nesta dissertação, item 6.5), uma estratégia discursiva especificamente do sujeito negro se estabelece. Ali há um novo Mesmo (embora, como assinalamos anteriormente, esse Mesmo se sobreponha ao Outro sem necessariamente superá-lo) e esse novo Mesmo enuncia o desejo de "participação real e justa" e de "emancipação política, econômica, social e cultural".

Nessa quarta estratégia discursiva identificada nesta pesquisa, a primeira pessoa, o sujeito negro, fala em luta (usando as palavras "cruzada", "brigou") e do desejo de libertação. Mas será o atrelamento da voz dos movimentos negros ao processo de democratização do Brasil no final da década de 70 do século 20, que culminará no Manifesto do Dia da Consciência Negra em 1978, que marca o acontecimento, dito em termos de acontecimento discursivo, da instituição discursiva de um campo de subjetividade negra (SOUSA, 1993).

Tal acontecimento, como não poderia deixar de ser, dada a natureza dialética do discurso em nossa perspectiva, provoca o jogo próprio à negação, à rejeição ao discurso do outro (GUILHAUMOU & MALDIDIER, in ORLANDI, 1997) que vimos funcionar no discurso de opinião do jornal *O Globo* (capítulo 7 desta dissertação).

Pelo uso do enunciado da "emancipação", parece operar aqui um trajeto temático que conduz da expressão com valor de conceito ("luta", que estava atrelado à defesa do Brasil ou de parte dele ou a um relato de passado) à palavra de ordem "emancipação" que vai atrelar-se a um movimento por políticas públicas. Tal palavra exprime a positividade da existência de uma comunidade que tem voz e consciência. "A evolução da noção de liberdade é significativa do saber revolucionário: objeto de desejo, noção-

limite, a liberdade é também um 'já-lá'" (GUILHAUMOU & MALDIDIER, in ORLANDI, 1997, p. 179).

Como nos propõe Faleiros (2006), a exclusão se configura pela invisibilidade das pessoas. Para efeitos desta pesquisa, podemos sugerir que a exclusão se configura pelo silenciamento no discurso sobre as relações raciais no Brasil. É também Faleiros que nos lembra que essa exclusão não pode ser superada por soluções ambíguas. Para ele, são "as lutas sociais [que] vão modificando as relações".

Nesse sentido, a reivindicação por emancipação, enunciada no acontecimento discursivo do Manifesto do Dia da Consciência Negra, pode ser, além de uma ruptura discursiva, uma ruptura na correlação de forças que estabelece os processos de inclusão e exclusão (FALEIROS, 2006). Afinal, o discurso, como o entendemos, não é reflexo, mas criador de realidades.

Descobertas

Em nossa busca pelos efeitos de sentido, encontramos como o discurso de opinião do jornal *O Globo* atualiza enunciados das estratégias discursivas sobre as relações raciais no Brasil. Assim, o jornal, no discurso de opinião analisado, o faz partir da preponderância de um Mesmo, sujeito discursivo este que, a partir da repetição das ideais de homogeneidade e de não-conflito, silencia o Outro no discurso. Este Outro, em *O Globo* é o sujeito negro a quem é negada a alteridade, o poder de construir sua subjetividade negra desde o seu lugar de fala. Essa série de estratégias discursivas articuladas por este Mesmo torna possível a naturalização das diferenças e das origens de abuso e violência nas relações com esse Outro, a quem é negada a voz de afirmação de sua subjetividade. O Mesmo, no discurso de opinião de *O Globo*, é o enunciator que monopoliza o cenário discursivo e diz, nomeia e classifica o Outro que, assim, não pode enunciar a sua própria subjetividade negra ao ter seu discurso interdito.

Portanto, como havíamos nos proposto, em nosso percurso de pesquisa, a linguagem colocou-se como lugar de descoberta, lugar do discurso (ORLANDI, 1999).

Descoberta para nós de uma nova leitura do Brasil e de nossa identidade como nação e como povo. Descoberta de um país que fundou sua ideia de nação num mito mágico do país-jardim livre de conflitos, que ergueu suas relações raciais baseado primeiro numa alienação negra, depois numa negatividade e, mais tarde, como complementaridade, sempre buscando construir um todo homogêneo. Descoberta de uma ideia de Brasil – e, portanto, de um Brasil - que se funda tentando ocultar uma

promiscuidade envergonhada e, ao mesmo tempo, amalgamar subjetividades, retirando de milhões de homens e mulheres sua capacidade de enunciar e criar, impossibilitando, assim, uma identidade nacional que seja completa por negar alteridade a seu Outro.

As estratégias discursivas em torno da preponderância deste Mesmo, sujeito discursivo que silencia o Outro, se constroem a partir das características de discurso polêmico do discurso de opinião, um discurso que pretende aniquilar seu adversário discursivo (esse embate Mesmo *versus* Outro), apresentando-se como um contra-discurso de caráter maniqueísta.

Se acreditamos que, como na linha na qual se insere esta pesquisa, o jornalismo é uma prática social que cria e transforma realidades, precisamos pensar como incluir no discurso midiático novos trajetos temáticos que ajudem a romper nossa identidade brasileira lacunar, sem alteridade, e que, abram espaço para que falemos sobre nós mesmos, em nossas diferenças, sem desqualificações, sem medos.

Parafraseando Porto (2002), ao sabor do movimento do discurso, as questões continuam...

Referências bibliográficas

- ALVES, A. C. *Os escravos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.
- AMADO, J. *Jubiabá*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- ARENDT, H. *As origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSIS, J. M. *Mariana*, in DUARTE, E. A. *Machado de Assis Afro-descendente*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.
- _____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1986.
- BAPTISTA, P. V. e ROSEMBERG, F.. *Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia*, in VAN DIJK, T. A. *Racismo e Discurso na América Latina*. São Paulo: Editora Contexto/UNESCO, 2008.
- BENETTI, M.. *Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*, in LAGO, C. e BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CUNHA, L. N. *A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934*, in ROMÃO, J. (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO e BID, 2005.
- CUNHA JR. H. *Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira*, in ROMÃO, J. (org.). *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO e BID, 2005.
- DA MATTA, R. *Notas sobre o racismo à brasileira*. In: SOUZA, Jesse (org.). *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1996, p.69-74.

- Dicionário de la Lengua Española. Madrid: Real Academia Española, 2001.
- DORATIOTO, F. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- DUARET, E. A (org.). *Machado Afro-descendente*. Belo Horizonte: Crisálida Editora, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FALEIROS, V. Inclusão social e cidadania. 2006. Disponível em: http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/Vicente_faleiros.pdf. Acesso em 28 abr.2009.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
_____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2002
_____. *A ordem do discurso*. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006,
_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global editora, 2003.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOMES, F. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. *Efeitos do arquivo*. A análise do discurso no lado da história, in Orlandi. E. (org) et al. *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- HABERMAS, J. A inclusão do outro estudos da teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HALL, Stuart. et al. *A produção social das notícias: os mugging nos media*, in Traquina, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.
- HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Humanitas/ Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
_____. *Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*, in MAIO, M.C. ; SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- MOTA, C. M. S. L. *Representações da identidade nacional na notícia da TV*, Tese de doutoramento. Brasília: UnB, 2008.

- LAVILLE, C.; DIONE, J. *A construção do saber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- LECHTE, J. *50 Pensadores Contemporâneos Essenciais*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- LOBATO, M. *O presidente negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MACIEL, F. *O Brasil-nação como ideologia – a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MAIA, R.C.M. *Mídia e deliberação pública: mediações possíveis*. 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2002.pdf>. Acesso: 21 dez. 2008.
- MAIO, M. C. et SANTOS, R. V. *Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, v. 11, n. 23, Junho, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso: 20 nov. 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1997.
- MALDIDIER, D. *Elementos para uma história da análise do discurso na França*. in Orlandi, E. (org) et al. *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *O discurso político e a Guerra da Argélia* in Orlandi, E. (org). *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- MARIANI, B. S. C. *Os primórdios da imprensa no Brasil* (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória, in ORLANDI, Eni. *Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2003.
- MENDES, J. M. O. *O desafio das identidade*, in SANTOS, B. S. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOURA, Clóvis. *Imprensa negra*. São Paulo: imprensa Oficial de São Paulo/Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, 2002.
- MOURA, D. O. *Do campo científico ao jornalismo científico: o discurso sobre o valor da floresta amazônica*. Tese de doutoramento. Brasília: UnB, 2001.
- _____. *A Amazônia e o conflito civilização versus natureza no discurso da revista Veja*, in MOTTA, Luiz G. *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora UnB, 2002.

- KABENGELE, M.(org) *Estratégias e Políticas de Combate À Discriminação Racial*. São Paulo: Edusp, 1996.
- NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s/d.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso – Princípios e procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- _____. *Discurso fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2003.
- _____. *Terra à vista*. Campinas: Editora Pontes, 2008.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- PARK, R. E. *Race and Culture*. Glencoe: The Free Press, 1950.
- PÊCHEUX, M.. *Ler o arquivo hoje*, in Orlandi. E. (org) et al. *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *O discurso – Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 1990.
- PINHEIRO, L. et al. *Retratos da desigualdade por gênero e raça (3ª edição)*. Brasília: UNIFEM, IPEA, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Secretaria de Políticas para a Mulher, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 05 Jan.2009.
- PORTO, S. D. *Análise do discurso: um pouco de intimidade*. in Porto, S. D. (org) *Sexo, afeto e era tecnológica – um estudo de chats na internet*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- _____. *A esquerda esquecida de Fernando Henrique Cardoso: um método*. in PORTO, Sergio D.; MOUILLAUD, Maurice (orgs). *O jornal – Da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 2002
- Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1996.
- RAMOS, R. L. *O discurso de opinião como discurso polêmico: aspectos de sua configuração e da interação social*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/2906>. Acesso em: 26 Mar.2009.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RICOEUR, P. *La métaphore vive*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

- RODRIGUES, A.D. *Delimitação, natureza e funções do discurso midiático*, in PORTO, Sergio D.; MOUILLAUD, Maurice (orgs). *O jornal – Da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 2002
- SANTOS, J. R. *O Negro como Lugar*, in MAIO, Marcos C. et SANTOS, Ricardo V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- SODRÉ, M.. *Claros e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- SOUZA, P. *A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil*, in ORLANDI, Eni. *Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Editora Pontes, 2003.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- TUCHMAN, G. *Making News – a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.
- UNICEF, *Situação da Infância e Adolescência Brasileira*. Brasília: UNICEF, 2005.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- WEDDERBURN, C. M. *Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa*, in SALES, A. (org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- WIEVIORKA, M. *Le racisme, une introduction*. Paris: Editions La Découverte, 1998.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Domingo, 6 de janeiro de 2008

ORGANIZAÇÕES GLOBO
 Presidente: Roberto Irineu Marinho • Vice Presidentes: João Roberto Marinho • José Roberto Marinho
 O GLOBO é publicado pela Infoglobo Comunicações S.A.
 Vice Presidente: Rogério Marinho

O GLOBO

Diretor de Redação e Editor Responsável: Rodolfo Fernandes
 Editores executivos: Luiz Antônio Novaes, Ascânio Seleme e Helena Celestino
 Editores – O País: Sílvia Fonseca; Rio: Paulo Motta; Economia: Cristina Alves; O Mundo: Sandra Cohen;
 Esportes: Antonio Nascimento; Segundo Caderno: Artur Xexéo; Fotografia: Alexandre Sasaki;
 Ciência: Ana Lucia Azevedo; Arte: Léo Tavejnhansky; Opinião: Aluizio Maranhão
 Rua Irineu Marinho, 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.230-901 • Tel.: (21) 2534-5000 • Fax: (21) 2534-5535
 Impressão: Rod. Washington Luiz, 3.000 - Duque de Caxias, RJ - CEP 25.085-000 • Tel.: (21) 2534-5000

TEMA EM DISCUSSÃO: *Racismo*

NOSSA OPINIÃO

Grave ameaça

É odiosa qualquer manifestação de racismo, acertadamente punida por legislação específica. Tão mais condenável se torna o crime quando consideramos ser o Brasil uma nação miscigenada, em que não pode haver espaço para choques de cunho racial. Mas desgraçadamente partem do próprio governo iniciativas que tendem a criar esse tipo de tensão.

Ao importar modelos aplicados em sociedades diferentes da nossa, como as cotas na Universidade — contestadas na Justiça nos Estados Unidos, país-símbolo dessas ações ditas afirmativas —, Brasília sucumbiu a grupos de pressão organizados que se batem por políti-

cas públicas racialistas, uma distorção de perigosas consequências.

Tenta-se interpretar a problemática social brasileira pelo ângulo das raças, um conceito rejeitado pela própria ciência. Por esse tipo de visão, o negro tem escolaridade relativamente mais baixa e se situa nos estratos de renda menos beneficiados não por ser pobre, mas por ser negro.

A partir dessa míope interpreta-

ção, propõe-se uma série de ações, todas elas desafiadoras do princípio constitucional da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos brasileiros.

As cotas raciais para a Universidade não só discriminam alunos pela cor da pele, mas também cometem uma injustiça com os pobres que não são negros, e por isso

não contam com a ajuda desses grupos de pressão. Além disso, ao deixar em plano secundário o mérito acadêmico, essa política conspira a favor da perpetuação de um dramático problema, o da baixa qualidade do ensino. Com isso, coloca-se um grande ponto de interrogação sobre a capacidade que teremos de contar com profissio-

nais à altura dos desafios num mundo inexoravelmente globalizado.

A aplicação dessas políticas produzirá no Brasil choques existentes em sociedades com um histórico muito diferente do nosso, em que ainda há o convívio pacífico de várias raças étnicas, um patrimônio especial hoje sob grave ameaça. E que se tornará irreversível caso o Congresso aprove o estatuto dito da igualdade racial.

Ações ditas afirmativas tendem a criar tensões raciais

Sexta-feira, 2 de maio de 2008

ORGANIZAÇÕES GLOBO
 Presidente: **Roberto Irineu Marinho** • Vice Presidentes: **João Roberto Marinho** • **José Roberto Marinho**
 O GLOBO é publicado pela Infoglobo Comunicações S.A.
 Vice Presidente: **Rogério Marinho**

O GLOBO

Diretor de Redação e Editor Responsável: **Rodolfo Fernandes**
 Editores executivos: **Luiz Antônio Novaes**, **Ascânio Seleme** e **Helena Celestino**
 Editores – O País: **Sílvia Fonseca**; Rio: **Paulo Motta**; Economia: **Cristina Alves**; O Mundo: **Sandra Cohen**;
 Esportes: **Antonio Nascimento**; Segundo Caderno: **Artur Xexéo**; Fotografia: **Alexandre Sassaki**;
 Ciência: **Ana Lucia Azevedo**; Arte: **Léo Tavejnhansky**; Opinião: **Aluizio Maranhão**
 Rua Irineu Marinho, 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.230-901 • Tel.: (21) 2534-5000 • Fax: (21) 2534-5535
 Impressão: Rod. Washington Luiz, 3.000 - Duque de Caxias, RJ - CEP 25.085-000 • Tel.: (21) 2534-5000

OPINIÃO

Falsas divisões

Um grupo de artistas, acadêmicos, sindicalistas e representantes de movimentos sociais contrários a políticas de cotas raciais dirigiu-se ao Supremo Tribunal Federal para entregar uma carta ao presidente do STF, Gilmar Mendes. O documento afirma que os vestibulares que adotam o mecanismo das cotas acabam privilegiando estudantes de classe média “arbitrariamente classificados como negros”.

No começo de abril, o STF começou a julgar as ações contra o ProUni (Programa Universidade para Todos), defendido pelo Ministério da Educação, que oferece bolsas em universidades e faculdades a estudantes que se declaram indígenas, pardos ou negros. É nesse contexto que se posiciona o atual manifesto, que enfatiza: “A crença na raça é o artigo de fé do racismo. A fabricação de ‘raças’ oficiais e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios.”

Não se trata de negar que, mesmo no Brasil, exista preconceito racial; mas, diz a carta, “depois da Abolição, a nação elaborou uma identidade amparada na idéia anti-racista da

mestiçagem, e produziu leis que criminalizam o racismo”.

Um dos defeitos da discussão das cotas é desviar a atenção da realidade da educação brasileira. “Há um programa inteiro de restauração da educação pública a se realizar”, diz o manifesto dos intelectuais, “que exige políticas adequadas e vultosos investimentos. É preciso elevar o padrão do ensino, mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural”.

É nesse abismo que reside a verdadeira injustiça; e enquanto ele não for atacado de frente, criar cotas raciais em faculdades e universidades é de uma artificialidade patente. Como lembrou o médico e escritor Drauzio Varella, em artigo recente para a “Folha de S. Paulo”, a caracterização das raças, em termos históricos, é precária e recente: há não muito tempo, éramos todos negros, originários do continente africano, e só circunstâncias muito particulares é que produziram as diferenciações de hoje. Mas é sobre essa base frágil que trabalham os que, no fundo, estão criando argumentos para a perpetuação do racismo.

